



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
LINGUAGEM E SOCIEDADE

SIMÔNE GOMES DOS SANTOS

A SAGA ILUMINISTA DA MARQUESA DE ALORNA. UMA LEITURA D'AS
LUZES DE LEONOR, DE MARIA TERESA HORTA

Marabá
2023

SIMÔNE GOMES DOS SANTOS

**A SAGA ILUMINISTA DA MARQUESA DE ALORNA. UMA LEITURA D'AS
LUZES DE LEONOR, DE MARIA TERESA HORTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Sociedade da Faculdade de Estudos da Linguagem – FAEL, do Instituto de Linguística, Letras e Artes – ILLA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, como requisito para obtenção do título de Mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Mario da Silva

Marabá

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

S237s Santos, Simône Gomes dos
A saga iluminista da Marquesa de Alorna. Uma leitura
d'as Luzes de Leonor, de Maria Teresa Horta / Simône
Gomes dos Santos. — 2023.
127 f.

Orientador(a): Fabio Mario da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Marabá,
2023.

1. Literatura portuguesa - História e crítica. 2.
Paternalismo. 3. Mulheres e literatura. 4. Iluminismo. 5. Horta,
Maria Teresa, 1937 - Crítica e interpretação. 6. Alorna,
Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquesa
de, 1750-1839. I. Silva, Fabio Mario da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 869.092

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa - CRB-2/994

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMÔNE GOMES DOS SANTOS

A SAGA ILUMINISTA DA MARQUESA DE ALORNA. UMA LEITURA D'AS LUZES DE LEONOR, DE MARIA TERESA HORTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Linguística, Letras e Artes – ILLA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, como requisito para obtenção do título de Mestrado, pela seguinte banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

FABIO MARIO DA SILVA

Data: 08/05/2023 09:16:41-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Fabio Mario da Silva (UFRPE/Poslet- UNIFESSPA)
Orientador

Prof^a. Dr.^a Aldinida Medeiros (UEPB)
Arguente externa

Simone Cristina
Mendonça

Assinado de forma digital por
Simone Cristina Mendonça
Dados: 2023.05.08 08:39:43 -03'00'

Prof^a. Dr.^a Simone Cristina Mendonça (UNIFESSPA)
Arguente interna

Marabá

2023

Aos meus pais, Amâncio Gomes dos Santos e Aldiva Gomes dos Santos; às minhas filhas, Geovana Gomes e Diulia Francis. Ao meu eterno "namorado" Paulo Francis. Enfim, a todos os meus familiares e amigos: Maria Dalveni e ao prof. Fabio Mario da Silva, que foram grandes incentivadores.

Ademais, à FAPESPA, pelo incentivo financeiro. Meu MUITO OBRIGADA!

“Ao que clama, porventura, a Sabedoria, e o Entendimento não faz ouvir a sua voz?”

(Provérbios 8)

RESUMO

Maria Teresa Horta, jornalista, escritora e poetisa, cujas produções se iniciaram nas primeiras décadas do século XX, é umas das primeiras escritoras a lutar pela emancipação da escrita das mulheres em Portugal. Obteve destaque após ser uma das autoras da obra *Novas Cartas Portuguesa* (1974). Em sua trajetória de vida e de carreira literária, Maria Teresa Horta tem em seu histórico o fato de ser perseguida e espancada pelos conservadores durante a Ditadura Militar em Portugal. A postura, em suas obras, consiste no revide ao patriarcalismo, na luta pela valorização das obras das escritoras na elite intelectual e na inserção delas no cânone literário. Dentre suas obras, destaca-se *As luzes de Leonor* (2017), um romance histórico escrito durante 13 anos. O presente estudo é um levantamento bibliográfico sobre a saga iluminista de Leonor de Almeida, personagem protagonista do romance em análise. Apresentaremos a trajetória e os desafios de Leonor, a qual enfrentou os ditadores, da época, para se destacar na elite cultural de vários países, e que viveu em uma época de transição entre a Idade Moderna e Idade Contemporânea. Em destaque, o embate entre o Renascimento e o Advento da Filosofia Iluminista, momento histórico em que a razão prevalecia, sobre os preceitos religiosos (Igreja católica). Nesse contexto, surgem, portanto, os conflitos internos e externos da protagonista de *As Luzes de Leonor* (2017) em busca pelo conhecimento, associada às paixões, aos sentimentos e, sobretudo, às interpelações que fazem parte constante dos questionamentos que elaborava. Para isso, Leonor de Almeida se inspirou nos principais filósofos e influenciadores iluministas, como Rousseau, Diderot e Voltaire. Considerando as ideias destes e de outros filósofos, bem como o contexto conflituoso e revolucionário, nota-se que essa obra se destaca pela intensa luta de Leonor que, através de sua postura, inspirou mulheres a lutar por igualdade. Assim, uma das constatações a que se chega neste trabalho é a valorização da mulher através da busca pelas “luzes”, pelo conhecimento, que é libertador, pelo enfrentamento dos padrões machistas e seculares que querem, quase sempre, limitar as mulheres.

Palavras-chave: Patriarcalismo. Iluminismo. Leonor de Almeida. Mulheres. Maria Teresa Horta.

RESUMEN

Maria Teresa Horta, periodista, escritora y poeta, cuyas producciones comenzaron en las primeras décadas del siglo XX, es una de las primeras escritoras la luchar por la emancipación de la escritura femenina en Portugal. Cobró protagonismo tras ser coautora del libro *Novas Cartas Portuguesa* (1974). En su vida y trayectoria literaria, María Teresa Horta tiene antecedentes de ser perseguida y golpeada por los conservadores durante la Dictadura Militar en Portugal. La postura, en sus obras, consiste en luchar contra el patriarcado, luchar por la apreciación de las obras de las escritoras entre la élite intelectual e insertarlas en el canon literario. Entre sus obras destaca *As luzes de Leonor* (2017), una novela histórica escrita a lo largo de 13 años. El presente estudio es un levantamiento bibliográfico sobre la epopeya ilustrada de Leonor de Almeida, personaje principal de la novela objeto de análisis. Presentaremos la trayectoria y los desafíos de Leonor, que enfrentó para destacarse en la élite cultural de varios países, viviendo una época de transición entre la Edad Moderna y la Edad Contemporánea. Destacando, el choque entre el Renacimiento y el Advenimiento de la Filosofía de la Ilustración, donde primaba la razón, sobre los preceptos religiosos (Iglesia Católica). En este contexto, entonces, surgen las luchas internas y externas de la protagonista de *As Luzes de Leonor* (2017) en busca de saberes, pues creía que las pasiones, los sentimientos, sobre todo las actitudes, son parte constante de las preguntas que elabora. Para ello, Leonor de Almeida se inspiró en los principales filósofos e influencers de la Ilustración, como Rousseau, Diderot y Voltaire. Considerando las ideas de estos y otros filósofos, así como el contexto conflictivo y revolucionario, se advierte que esta obra se destaca por la intensa lucha de Leonor quien, a través de su postura, inspiró a las mujeres a luchar por la igualdad. Así, uno de los hallazgos que se viene en este trabajo es la evaluación de las mujeres a través de la búsqueda de "luzes", por el conocimiento que es liberador, por confrontar los patrones sexistas y seculares que casi siempre quieren limitar a las mujeres.

Palabras clave: Patriarcalismo. Iluminación. Leonor de Almeida. Mujeres. Maria Teresa Horta.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Execução de Robespierre (1974)	17
Imagem 2	Árvore genealógica – Família Távora	62
Imagem 3	Panfleto Denúncias em segredo	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Total de personagens femininas e masculinas no romance	69
Quadro 2	Quantidade de personagens principais e secundários – homens e mulheres	70

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1	SÉCULO DAS LUZES: NOVOS IDEAIS, NOVOS VALORES	14
1.1	OS FILÓSOFOS ILUMINISTAS FRANCESES: ROUSSEAU, VOLTAIRE, DIDEROT	18
1.2	ESTAGNAÇÃO, DECADÊNCIA E ATRASO CULTURAL EM PORTUGAL: A ASCENSÃO DO ILUMINISMO	33
1.3	FORMAÇÃO CULTURAL DE LEONOR DE ALMEIDA E AS “OBRAS PROIBIDAS”	38
2	O ROMANCE HISTÓRICO DE MARIA TERESA HORTA	46
2.1	O ROMANCE HISTÓRICO	46
2.2	A ESTRUTURA DO ROMANCE	61
2.2.1	Mulheres e homens em perfis intelectuais: a personagem do romance	66
2.2.2	As personagens no romance: uma galeria d’ As Luzes de Leonor	69
2.3	AS LUZES DE LEONOR E A HISTORIOGRAFIA	74
3	AS LUZES DE LEONOR E A PRESENÇA FEMININA	80
3.1	BREVE PERCURSO BIOGRÁFICO: O QUE CHEGOU ATÉ NÓS SOBRE A MARQUESA DE ALORNA?	90
3.2	A SAGA ILUMINISTA DA MARQUESA DE ALORNA: A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	92
3.3	LEONOR E A PRESENÇA FEMININA: SORORIDADE	100
3.4	AS VIAGENS DA MARQUESA DE ALORNA: AS LUZES, OS FILHOS E AS PERSEGUIÇÕES	109
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As mudanças sociais são acontecimentos relevantes e imprescindíveis que se dão ao longo dos séculos, e dentre elas encontramos aquelas voltadas a parcelas específicas da sociedade. No que se refere ao público feminino, percebe-se que ainda há luta pela inserção da mulher na política, por igualdade de direitos, por equidade salarial e pela inclusão no cânone literário. A temática da igualdade de gênero contra os abusos do patriarcado é recorrente na literatura e em pesquisas científicas de cunho político e social. Também podemos observar esse cenário nos noticiários que, embora com o avanço tecnológico, divulgação de propagandas e leis contra o abuso sexual, infelizmente, ainda informam sobre o crime de feminicídio, cenário que pouco tem mudado, sobretudo, em relação à frequente imposição da submissão da mulher.

Todos esses fatores remetem-nos às mulheres escritoras de Portugal, aquelas silenciadas pela história literária, visto que esse espaço historiográfico era comum aos homens e interditado ao gênero feminino. Contudo, a Marquesa de Alorna se destaca como uma das poucas escritoras que conseguiu notoriedade em vida e pós-morte.

É interessante observarmos a pesquisa de cunho quantitativo sobre as escritoras portuguesas do professor e pesquisador Fabio Mario da Silva que, em seu livro *A autoria feminina na Literatura Portuguesa: Reflexões sobre as teorias do cânone* (2014), ao entrevistar uma série de professores de literatura portuguesa de vários países, constatou que Florbela Espanca e Marquesa de Alorna aparecem em destaque:

Observamos que, de todas essas escritoras, a única cuja obra aufere de várias edições de diferentes editoras, tanto no Brasil quanto em Portugal, é Florbela Espanca, que, diferentemente da escritora mais citada, a Marquesa de Alorna, aparenta ter um grande número de leitores – o que, sem dúvida, ajudará à difusão de sua obra, mesmo que academicamente seja pouco referida. (SILVA, 2014, p. 65)

Nesse sentido, o pesquisador cita o trabalho de Catharina Edfelt (2006) que, ao analisar diversas histórias sobre as mulheres da literatura portuguesa, apresenta-nos os motivos pelos quais as escritoras portuguesas tiveram tanta dificuldade em obter reconhecimento, bem como suas obras serem consagradas na história da

literatura portuguesa, apontando a dominação masculina e o preconceito contra a escrita das mulheres como fator principal.

Catharina Edfelt conclui que “a preocupação com a identidade de gênero do autor(a) se torna decisiva na categorização e organização desta”, afirmando que a “identidade do gênero da escritora está marcada no discurso historiográfico com tal intensidade que é responsável pela marginalização da sua escrita.” (EDFELT, *apud* SILVA, p. 105).

Sobre essa invisibilidade, percebemos que, de acordo com a pesquisa de Edfelt (2006), predominam as manifestações de aspectos institucionais reproduzidas, pejorativamente, por quem deveria divulgar o trabalho das mulheres. Contudo, o que ocorre é a negligência, o que, de certa forma, resulta em caracterizar estereótipos.

Esses fatores reforçam, segundo o pesquisador Fabio Mario da Silva, algumas problemáticas, a exemplo da

carga simbólica de uma autora ser principalmente entendida como mulher, só para em seguida ser entendida como escritora – interpretação feita por grande parte dos historiadores portugueses da literatura – acentua os preconceitos sexuais que se refletem em discursos deveras pejorativos nas representações que se fazem das escritoras portuguesas. Mais uma vez os estereótipos em torno do feminino predominam. (SILVA, 2014, p. 65. Grifos do autor).

Sobre essas interpretações sociais e manutenção dos estereótipos em torno das mulheres, o pesquisador recorre a George Duby e Michelle Perrot, que nos fazem recordar que “as mulheres são representadas antes de serem descritas ou narradas, muito antes de terem elas próprias a palavra.” (DUBY; PERROT *apud* SILVA, 2014, p. 66). Os autores apontam que

Isto tem consequências drásticas na construção dos estereótipos do género (feminino) que influem na apreciação das obras literárias das mesmas: mesmo antes de se conhecer a obra da escritora, os críticos, e até elas próprias, assumem o seu papel feminino, menosprezando a sua escrita. Tais ideias perpassam para os cânones sociais que, através desses estereótipos, constroem modelos de perfis femininos e masculinos: protótipos mantidos e desenvolvidos ao longo da história da humanidade. (SILVA, 2014, p. 66. Grifos do autor).

Ou seja, são poucos os espaços dados às mulheres escritoras portuguesas, tanto na historiografia literária quanto na academia.

Contudo, uma das poucas escritoras citadas no inquérito realizado pelo Professor Fabio Silva, e que é o objeto de nossa análise, é Leonor de Almeida

Lencastre e Lorena Portugal, uma mulher que viveu no século XVIII, denominado Século das Luzes, e que sobreviveu a terremotos e a revoluções, e, portanto, possuía em sua trajetória vivências em importantes acontecimentos históricos em Portugal e na Europa. Vale salientar que, além dos títulos de Marquesa Alorna, no plano real, na ficção, Maria Teresa Horta a intitula “uma sedutora de anjos e poetas¹”.

Diante deste contexto, apresentaremos nessa pesquisa, de cunho bibliográfico, a saga iluminista de Leonor de Almeida Portugal, protagonista do romance *As luzes de Leonor* (2017), da poetisa, jornalista e romancista Maria Teresa Horta, que, ao longo de sua jornada de escritora, revida veementemente o patriarcado e, conseqüentemente, os preconceitos contra as mulheres, sobretudo no que se refere à liberdade no acesso ao conhecimento, aos direitos à política de igualdade, além da liberdade sexual.

No que tange ao compromisso social e à coerência em suas obras, principalmente em relação às temáticas ora abordadas, tem-se ainda que “o erotismo amoroso e o engajamento político-social, que, articulados, testemunham o compromisso com os direitos das mulheres à sexualidade e à participação política.” (DUARTE, 2015, p. 13). Quanto às questões religiosas, da liberdade de ação coletiva, da independência individual e do direito da soberania dos povos, Vanda Anastácio afirma que essa “preocupação recorrente da dignidade das mulheres, da sua força das capacidades intelectuais e predisposição para a virtude” (ANASTACIO, 2015, p. 18) seriam posicionamentos reiterativos da Marquesa de Alorna.

Após breve exposição de dados referentes à pesquisa, temos que ela está dividida em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo, discorreremos sobre a Revolução Francesa e as tendências iluministas, a partir de seus principais motivadores, como Rousseau (2005a – 2007b), Voltaire (1998), Diderot (2015), entre outros filósofos. Para o estudo, utilizamos como referência Saborit (2009) e suas contribuições sobre as principais motivações da Revolução Francesa; Coggiola (2013) contribui para o nossa pesquisa ao apontar os fatores que separaram o Estado e a Igreja; Dias (1953) aborda sobre os dogmas da fé e o advento do Iluminismo, enquanto que Tamizzari (2018) revela, com seus estudos, os fundamentos cristãos, vistos a partir do estudo sobre Diderot e demais pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto.

Finalizamos o capítulo com um sucinto levantamento no contexto histórico-

¹ Conferir no subtítulo do romance.

sociológico português, principalmente no que se refere ao patriarcado. Para isso, utilizamos os estudos de Barata (2001) para abordar a decadência, educacional em Portugal; Anastácio (2009) traz as publicações femininas, enquanto que Cabrita (2010) se debruça sobre a crítica da difusão do saber e o anonimato das mulheres. O principal intuito desse tópico é de apresentar um perfil da personagem protagonista do romance horteano e o contexto histórico, tema do segundo capítulo.

No segundo capítulo, discutimos sobre *As Luzes de Leonor* ser ou não romance histórico, tendo em vista a polêmica levantada pela própria autora sobre o gênero da obra. Maria Teresa Horta, após 13 anos de pesquisa, “reinventa” Leonor de Almeida, personagem real, a partir da junção de um enredo fictício, porém, com enxerto de poemas e documentos históricos, em que constam personagens e fatos reais, ou seja, a junção entre ficção e realidade no tempo e no espaço. Iniciaremos as nossas indagações a partir da entrevista ao programa português **Ler mais Ler Melhor**, embasando nosso estudo nas pesquisas de Lukács (2011), que faz um panorama histórico sobre o gênero romance, bem como de autores como Candido (2009) e Real (2012); Malato (2017) e sua abordagem sobre a vida e obra da Marquesa de Alorna. O objetivo deste capítulo é apresentar os fatores históricos que motivaram Leonor de Almeida a peregrinar para divulgar sua arte e seu pensamento.

No terceiro capítulo, faremos uma breve introdução sobre a saga iluminista da Marquesa de Alorna, sua vida e obra, levando-nos a fazer as seguintes perguntas: Com a mudança de residência de Portugal para Viena, afinal, houve alguma mudança nos ideais e posturas da personagem principal? Como os valores iluministas ajudaram a Marquesa a ser considerada uma mulher à frente do seu tempo? Quais os principais valores apontados na escrita de Horta que a Marquesa deixou como legado às mulheres? Tais questões nos remetem aos estudos da lexicografia de Rafael Bluteau (1712); Medeiros (2014), que aponta a participação da mulher na política; Anastácio (2009), que nos apresenta a vida das mulheres nos salões; e Cidade (1933), que faz uma abordagem sobre o papel da mulher como mãe e escritora.

1 SÉCULO DAS LUZES: NOVOS IDEAIS, NOVOS VALORES

Nesse capítulo constam as principais motivações às novas tendências do Iluminismo. Ademais, faremos uma breve contextualização sobre o pensamento dos filósofos iluministas franceses e portugueses, bem como uma sucinta abordagem historiográfica, desde a reforma marítima ocorrida em Portugal e na cultura europeia, no século XVI, até o ambiente intelectual luso, entre os séculos XVII e XVIII. Por fim, apresentaremos um levantamento de cunho histórico-sociológico acerca do patriarcado que regia o governo português, sendo esses fatos importantes para traçar o perfil da personagem histórica.

No tocante às tendências ideológicas que inspiram Leonor, Antonio Candido resume bem o contexto histórico do Século das Luzes, o que nos ajuda a entender os passos da protagonista do romance de Horta:

[...] conjunto das tendências ideológicas próprias do século XVIII, de fonte inglesa e francesa na maior parte: exaltação da natureza, divulgação apaixonada do saber, crença na melhoria da sociedade por seu intermédio, confiança na ação governamental para promover a civilização e bem-estar coletivo. Sob o aspecto filosófico, fundem-se nela racionalismo e empirismo; nas letras, pendor didático e ético, visando empenhá-las na divulgação das Luzes. (CANDIDO, 2009, p. 63)

As novas tendências iluministas fixaram-se através de vários filósofos, dos quais podemos destacar Jean Jacques Rousseau, Voltaire e Diderot, com suas ideias revolucionárias, em um movimento intelectual europeu do século XVIII, denominado como o Século das Luzes. Os iluministas defendiam o uso da razão contra as práticas absolutistas, ou o Antigo Regime, bem como a luta em defesa da liberdade política e econômica.

O movimento recebeu o apoio da classe burguesa, que contava com mais participação política, a exemplo da Revolução Francesa,² em 1789. Os burgueses questionavam a estrutura da monarquia absolutista, influenciados pelos ideais da corrente de pensamento ora mencionada. É importante ressaltar que o Iluminismo influenciou outros movimentos no mundo, inclusive no Brasil, como a Inconfidência

² Foi o acontecimento que inaugurou a Idade Contemporânea e instituiu novas perspectivas políticas.

Mineira, que ocorreu durante a crise colonial; a Conjuração Baiana, que ocorreu devido à insatisfação das elites com o governo metropolitano que prejudicava as atividades econômicas dessa classe; bem como os processos de Independência no Continente Americano.

Assim, a Revolução Francesa foi um ciclo contestatório que aconteceu na França entre 1789 e 1799, e as consequências dessa tensão popular foram provocadas pela crise econômica e política que o país enfrentava no final do século XVIII. O levante francês, inspirado nos ideais do Iluminismo (antes, durante e após a revolução), resultou na queda da Bastilha.

É sabido, segundo Ignasi Terradas Saborit, em seu livro *Religiosidade na Revolução Francesa* (2009), que foi devido a três motivações que a Revolução Francesa aconteceu: a desigualdade social, a crise econômica e a fome. Vejamos:

Estamos falando de uma época em que o testemunho notorial registrava detalhadamente muitas vivências sociais e econômicas; em que a prece acompanhava com êxito a desgraça, tanto de caráter “público” como “privado”, em que o heroísmo e a extrema miséria guiavam as ações mais difíceis ou desesperadas e, amiúde, a morte, em que se transmitia com a palavra e o gesto tudo o que incitava a vida ou a tornava mais amena em situações críticas como a escassez, as guerras ou as festas; como aconteceria no século XX; em que o cultivo e a sensibilidade e dos sentimentos aliados ao natural do progresso das ciências e das artes quando não, como no caso dos partidários de Rousseau, do vigor da moral, uma época sem os critérios do realismo econômico e institucional ou burocrático tão como serão plenamente conhecidos no século XX. (SABORIT, 2009, p. 10).

Para o autor, a religiosidade era o motivo pelo qual a sociedade, tanto o poder público quanto o privado, sofria com algumas imposições eclesiásticas. Com isso, retirava-se de alguns os cuidados básicos, enquanto outros se tornavam heróis por incitar e provocar guerras.

De acordo com Carlos Reis (2003), a partir “desta crença nos direitos dos indivíduos decorrem os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade que inspiraram a Revolução Francesa.” (REIS, 2003, p. 427). Assim, os conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, desenvolvidos pelos iluministas, ganharam força e foram aplicados durante o processo revolucionário, uma vez que estavam insatisfeitos com as desigualdades sociais e com as injustiças do sistema monárquico.

As principais características da Revolução Francesa, que a diferem das outras revoluções burguesas, foram: a participação de camadas populares no processo

revolucionário; a defesa dos ideais iluministas; a separação da Igreja e do Estado; e, por fim, a exaltação da Razão. O último fator, conforme mencionado anteriormente, foi determinante, pois contribuiu para que o levante acontecesse. Os pensadores criticavam a concentração de poder nas mãos de um rei absolutista e a ausência de liberdade. Assim, podemos afirmar que o movimento iluminista representa a ruptura do saber eclesiástico, isto é, do domínio que a Igreja Católica exercia sobre o conhecimento, passando a valorizar o ensino filosófico, bem como o conhecimento científico.

Nesse contexto, eram privilegiados os princípios doutrinários da igreja, como estratégias caracterizadas, a partir de uma verdade pré-estabelecida, de interesses pela realidade física ou social, embora fosse distante dos interesses coletivos e/ou individuais.

O pesquisador Osvaldo Coggiola, em seu artigo Novamente, a Revolução Francesa, cita Hanna Arendt e Friedrich Engels. Segundo Coggiola (2013), a Revolução é dividida em dois grandes movimentos – conclusão que chega a partir do pensamento de Hannah Arendt –, classificando como “processo da Revolução democrático-burguesa, definindo dois ‘modelos’ diversos e contraditórios à ‘modernidade’: o ‘democrático’ centrado (anglo-saxão: Inglaterra e EUA) e o ‘totalitário’ centrado e inspirado na Revolução Francesa” (COGGIOLA, 2013, p. 282). Segundo o autor,

Friedrich Engels elencou três grandes e decisivas batalhas da burguesia contra o feudalismo europeu, integrando suas diversas vertentes: 1) A Reforma Protestante na Alemanha (o “grito de guerra de Lutero contra a Igreja”); 2) A explosão do calvinismo na Inglaterra (1648), isto é, as revoluções inglesas do século XVII; 3). A Revolução Francesa “que travou todas as suas batalhas no terreno político, sem anteriores roupagens religiosas, e da qual resultou, pela primeira vez, a destruição de uma das classes combatentes, a aristocracia, e o completo triunfo de outra, a burguesia” A nova realidade ideológica foi a expressão da nova realidade no século XVIII. (COGGIOLA, 2013, p. 282).

Desse modo, “A Revolução Francesa almejou de modo consciente acabar até com o último resquício do Velho Regime, alicerçado nos privilégios classistas de nascença e de sangue.” (COGGIOLA, 2013, p. 282). Toda a extensão do processo revolucionário francês foi organizada em três fases: Assembleia Nacional Constituinte e Assembleia Legislativa (1789-1792); Convenção (1792-1795); e

Diretório (1795-1799). Após o endurecimento da Lei do Terror,³ o jurista Maximilien Marie Isidore de Robespierre (1758-1794) foi guilhotinado, em praça pública, conforme imagem a seguir:

Imagem 1: Execução de Robespierre (1974)



Fonte: Gravura do século XIX, execução de Robespierre – Executado durante a Revolução Francesa, em 1794. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-francesa/>. Acesso em: 11/03/2022, às 20h21min.

Conforme Coggiola (2013), a morte do líder dos jacobinos⁴ marcou o início da última fase da Convenção Republicana, denominada como o Período do Terror. Um ano antes, do mesmo modo, a ativista Olympe de Gouges foi presa por questionar valores republicanos e, sem direito a advogado, condenada à morte. Em 3 de novembro de 1793, Olympe foi guilhotinada, 18 dias depois de Maria Antonieta, a antiga Rainha Consorte, que teria sugerido ao povo comer brioche quando da falta de pão.

Esses foram os fatores que levaram a população de Paris, no dia 14 de julho de 1789, a organizar-se e ter acesso ao estoque de pólvora da Bastilha, para continuar a luta e protestar contra as autoridades. Dentre essas revoltas, a da

³ O líder jacobino Robespierre, sancionando as execuções sumárias, anunciou que a França não necessitava de mais juízes, mas de mais guilhotinas. O evento nomeado de Terror Revolucionário foi a condenação à morte de 35 mil a 40 mil pessoas. (COGGIOLA, 2013, p. 308).

⁴ Os jacobinos, assim chamados porque se reuniam no convento de Saint Jacques, queriam aprofundar a revolução aumentando os direitos do povo e as limitações a grande propriedade, chegando até a sua expropriação, se necessário; eram liderados pela pequena burguesia rural e urbana e apoiados pelos sans-culottes, as massas populares de Paris. Ocupavam assentos superiores no salão das sessões, recebendo o nome de “Montanha”. A ala esquerda da antiga “Sociedade dos Amigos da Constituição de 1789” tinha imposto sua hegemonia e excluído os monarquistas e moderados de suas fileiras, rebatizando o clube como “Sociedade dos Amigos da Liberdade e da Igualdade”. Seus principais líderes foram Danton, Marat e Maximilien Robespierre, jovem advogado de províncias, representante do distrito de Arras na Assembleia Nacional. Sua força mais radical era representada pelos “raivosos”, liderados por Jacques Hébert, que queriam o povo diretamente no exercício do poder. (COGGIOLA, 2013, p. 301).

burguesia, que se junta à oposição camponesa, resulta no desmoronamento do Antigo Regime.

Os iluministas criticavam diversos assuntos, especialmente a monarquia absolutista, conforme mencionado. Além disso, questionavam sobre as práticas mercantilistas, que favoreciam o enriquecimento da nobreza, o poder do clero e as verdades reveladas pela fé. O objetivo das críticas girava, principalmente, em torno dos novos ideais a serem defendidos, conforme citou Coggiola (2013): a liberdade econômica, a liberdade política, o progresso, o avanço científico, a tolerância, a igualdade, o governo constitucional, a fraternidade, sobretudo, a separação entre o Estado e a igreja e o antropocentrismo.

Na época, alguns monarcas passaram a aceitar algumas ideias iluministas, o que rendeu aos nobres a alcunha de Déspotas esclarecidos, pois tinham medo de perderem as cabeças devido às ideias revolucionárias. Citaremos vários reinados que adotaram a presença dos filósofos e sua prática do despotismo: os reinados de Maria Tereza (1740-1780) e José II (1780-1790), na Áustria; Gustavo III (1771-1792), na Suécia; Cristiano VII (1766-1808), na Dinamarca. Há também os reinados italianos das Duas Sicílias, no Ducado de Parma, Grão-Ducado de Toscana e Ducado de Milão; Filipe V (1700-1746) e Carlos III (1759-1788), na Espanha; e no reino de José I (1750-1777), Marquês de Pombal (1699-1782), em Portugal; porém os principais representantes seriam Frederico II, da Prússia e Catarina II, da Rússia.

Muitos nomes ficaram conhecidos no movimento iluminista, como Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Diderot, John Locke e Adam Smith, que foram de fundamental importância para a mudança da mentalidade da sociedade europeia. A seguir, abordaremos sobre os pensamentos de três filósofos iluministas franceses, destacando os principais ideais e os novos valores que movimentaram a sociedade, durante meados do século XVII e todo o século XVIII.

1.1 OS FILÓSOFOS ILUMINISTAS FRANCESES: ROUSSEAU, VOLTAIRE E DIDEROT

Enquanto o poder estiver sozinho de um lado, as luzes e a sabedoria sozinhas do outro, os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes raramente farão coisas belas e os povos continuarão a ser vis, corruptos e infelizes.

(Jean Jacques Rousseau, 2005, p. 69)

Durante o século XVIII, a França viveu uma "verdadeira revolução demográfica: a população francesa passou de 20 milhões de habitantes em 1700 para 28 milhões em 1790, sendo que 80% da população vivia no campo". (cf. CARPENTIER; LEBRUN, 2000, p. 219). A posse da terra era a principal riqueza da nobreza, e com o crescimento populacional, essa riqueza é impactada, pois há pressão por parte do povo, principalmente no que se refere à agricultura, ou seja, "[...] a primeira, mais útil, mais extensa e, talvez, a mais essencial das artes". (DIDEROT, 2015, p. 25). Diante desse contexto, e dessa afirmação de Diderot, a nós é apresentada uma divisão de classes e, consequentemente, várias desigualdades nessa divisão.

Ao nosso debate trouxemos Jean Jacques Rousseau (2005), com a sua obra *Discurso sobre origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, ao observar o ser humano em seu estado natural, afirma que, em algum momento, no passado, certamente o indivíduo já esteve em seu estado de natureza, ou seja, vivia de maneira mais simples. Sua principal percepção gira em torno da história, pois em algum momento dela não haviam governantes.

Rousseau destaca que quando o ser humano não tinha desenvolvido leis, instituições políticas, sociais, economia, o homem vivia bem, e o que existia funcionava de maneira satisfatória, embora muitos filósofos que abordassem o assunto "falassem do homem selvagem e descreviam o homem civil." (ROUSSEAU, 2005, p. 161). Assim, o autor vai tentar voltar a essa origem do ser humano, do seu estado de natureza, para fundamentar a origem ou não da desigualdade.

Certo de sua teoria, o pensador francês faz uma exposição crítica a dois filósofos, Hobbes e Locke, que abordam o estado de natureza como Estado de guerra; ou seja, a ideia de que o indivíduo em seu estado natural seria uma ameaça aos próprios seres humanos, pois teria uma questão de insegurança, consequentemente, problemas que necessitariam de uma entidade e/ou autoridade superior, isto é, de um governante para resolver os problemas. A partir de então, teria estabelecido a formação de um governo, pois garantiria um mundo mais seguro.

Outro refutamento de Rousseau dá-se em relação à ideia de Hobbes, ao escrever que o homem é mau por natureza. Porém, entendemos que Rousseau não está preocupado em afirmar que o homem seja bondoso. Ele está preocupado em afirmar que, naquele momento, o ser humano, em seu estado de natureza, não tinha

preocupação de fazer atos maldosos ou bondosos, de roubar ou ajudar alguém, visto que não existiria essa preocupação nas relações humanas.

O filósofo afirma que, a partir da formação das instituições sociais, o ser humano vai, precisamente, começar a corromper-se. Então, é a sociedade que vai corromper o indivíduo, e não a sociedade que nasce corrompida. Rousseau ressalta que “nossas almas foram se corrompendo à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram para a perfeição” (ROUSSEAU, 2005, p. 15). Essa perfeição tornou-se, então, um fator fundamental da luta contra ideais que não fossem avançar e garantir direitos aos sujeitos.

Em relação ao John Locke, o mesmo afirmava que os direitos são inalienáveis, e naturalmente pertencentes ao ser humano, visto que nascemos com esse direito, como, por exemplo, a sociedade privada. Locke afirma que como as pessoas viviam em um Estado de guerra, não podiam defender sua propriedade privada, o que era perigoso, pois o sujeito que possuísse uma propriedade, a qualquer momento, poderia perdê-la através da invasão e do roubo. Para evitar esses problemas, Locke defendia a necessidade de um homem, ou uma força superior, para governar as pessoas.

Rousseau vai procurar explorar a filosofia desses pensadores para tentar encontrar falhas, principalmente sobre a concepção que eles têm desse estado de natureza e a necessidade de uma pessoa para governar os outros, sob a justificativa de protegê-los. O pensador afirma que isso “é uma confabulação furada” (ROUSSEAU, 2005, p. 218), pois, para o filósofo, a causa que gera desigualdade entre os homens e, conseqüentemente, o estado de guerra, são as instituições sociais que apareceram, uma vez que, segundo Rousseau, essas instituições não protegem ninguém contra o estado de guerra. Ainda segundo o filósofo, o marco inicial dos problemas da humanidade, considerados como o estado de guerra, foi o surgimento da sociedade privada: “todos os males constituem ao primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente [...], a igualdade rompida foi seguida pelas terríveis desordens.” (ROUSSEAU, 2005, p. 218-219).

O que Rousseau expõe é que, com surgimento da sociedade privada, quando o primeiro homem reserva e cerca sua terra e declara ter a posse de tal área – “fui eu que construí este muro; ganhei este com meu trabalho.” (ROUSSEAU, 2005, p. 220) –, vê-se surgir o momento que desencadeia um estado de guerra, ou seja, cria-

se problemas na sociedade, motivo que pode culminar em disputas entre as pessoas pela posse das propriedades.

A ideia de posse gera o estado de guerra, porque quando algumas pessoas têm mais posses do que a outra, dar-se-á início às desigualdades sociais, gerando, conseqüentemente, problemas graves, a exemplo da cobiça pelo alheio; e em defesa da propriedade, surgem as disputas. Para Rousseau, o ser humano (a sua natureza) não teria motivos para entrar em guerras e gerar conflitos, contudo, os entreveiros pela propriedade e espaços ajudariam a fomentar os combates.

O surgimento dessa propriedade privada, segundo Rousseau, vem desde os primórdios, visto que o ser humano era nômade e aos poucos foi se sedentarizando e iniciando a convivência entre as pessoas, formando pequenas vilas ao redor dos rios. E é nesse processo que ele vai começar a olhar mais para o movimento do próximo.

Para o pensador, as diferenças corporais, tanto aquelas relativas à força quanto às características fisiológicas, não podem ser combatidas, uma vez que são naturais. O que Rousseau tenta estabelecer é no sentido de que não há problemas na desigualdade natural entre as pessoas que justifique a desigualdade política e moral presente na sociedade, ou seja, não há vínculo entre essas duas desigualdades. O autor reflete sobre essas problemáticas para questionar o sistema e tenta entender de onde viria as desigualdades citadas acima entre as pessoas.

Retornamos, então, ao pensamento de Hobbes e Locke, visto que ambos defendiam que o ser humano, em seu estado de natureza, é associado ao próximo, porque ele apresenta uma desigualdade entre os demais, e que na desigualdade de natureza gera-se a diferença entre os homens. Nesse sentido, os autores abordam essa temática desvelando que quando o homem está no mesmo nível que o outro, torna-se uma ameaça, pois possuem o mesmo objetivo.

No tocante aos conflitos geradores de Revoluções, Leonardo Pereira (2020) afirma que

Com o desenvolvimento material da sociedade humana, surgem os conflitos territoriais, os problemas sociais e as relações humanas se tornam mais complexas. O homem começa um processo de distanciamento da ordem natural e adquire uma visão de mundo diferente dos tempos anteriores. O “espírito” comunitário é abandonado por uma necessidade de organização social institucionalizada que valoriza os desejos de distinção e de poder político e material. (PEREIRA, 2020, p. 14).

John Locke e Thomas Hobbes consideravam que o estado de natureza era um estado muito perigoso para os seres humanos, no sentido de rivalidade em relação ao outro sujeito. Assim, ao caracterizar a maldade, Locke reafirma a ideia de Hobbes, teórico absolutista, fazendo-se necessária uma autoridade superior para promover a paz. Porém, Rousseau afirma que essa formulação de leis e instituição “sujeitaria o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria.” (ROUSSEAU, 2005, p. 222); ou seja, o corpo político não garantiria a segurança, muito menos a liberdade, e se o governo não se mantivesse em uma forma constante e regular, seria imperfeito, inexperiente e viciado, pois, segundo Rousseau,

a falta de filosofia e de experiência só deixava perceber os inconvenientes presentes e não se pensava em sanar os outros senão à medida que se iam apresentando. Apesar do trabalho dos mais sábios dos legisladores, o estado político permaneceu sempre imperfeito [...] porque os povos aceitaram a ter chefes para que estes defendessem a liberdade e não para que os escravizassem. *Se temos um príncipe*, diz Trajano, *é para que nos preserve ter um senhor*. (ROUSSEAU, 2005, p. 224-226, grifo do autor).

Além dessa formulação, Rousseau afirma que a propriedade privada gera desigualdade porque algumas pessoas desejam protegê-la dos outros. Para se proteger dessas revoltas, que vão gerar outras, o poder vai se fortalecer. Então, a humanidade permanece nesse ciclo, que fortalece o poder, com o objetivo de se proteger das revoltas, concentrando cada vez mais domínio nas mãos de um pequeno grupo. Para as pessoas insatisfeitas com esse acúmulo de poder, resta serem tidas como insurgentes, o que contribui para mais “guerras”⁵. Sobre o estado de guerra, Diderot se opõe a Rousseau e a Hobbes, afirmando que

[...] A filosofia do senhor Rousseau de Genebra é quase inversa à de Hobbes. Um crê que o homem é por natureza bom, o outro, que o homem é naturalmente mau. Segundo o filósofo de Genebra, o estado de natureza é um estado de paz. Segundo o filósofo é um estado de guerra. Se acreditarmos em Hobbes, são as leis e a formação da sociedade que tornam o homem melhor. Se acreditarmos em Rousseau, são as leis e a sociedade que o depravam. Um tinha nascido no meio do tumulto e das facções; o outro vivia no mundo e no meio de sábios. [...]. Ambos exageraram. Entre o sistema de um e de outro, talvez haja um outro que seja verdadeiro; é que, embora o estado da espécie humana esteja numa vicissitude perpétua, sua bondade e sua maldade são sempre as mesmas,

⁵ O sentido que esta palavra obtém consta na Filosofia de Hobbes. A partir dessa ideia do autor, séculos mais tarde foi fundamentado o socialismo e, conseqüentemente, as revoltas entre governo e população.

sua felicidade e sua desventura são circunscritas por limites que o homem não pode ultrapassar. (DIDEROT, 2015, p. 199).

Para Diderot, as ideias sobre o estado de natureza no pensamento de Hobbes foram profundamente influenciadas pelas guerras civis inglesas, como podemos ler nessa passagem:

Entretanto, o Parlamento estava separado da Corte, e o fogo da guerra civil era ateado por toda parte. Hobbes, defensor da majestade soberana, foi alvo do ódio dos democratas. Vendo então as leis pisoteadas, o trono cambaleante, os homens arrastados como se fosse por uma vertigem geral para as ações mais atrozes, pensou que a natureza humana era má, e daí vem toda a sua fábula ou sua história do estado de natureza e tornou-se o agressor da humanidade e apologista da tirania. (DIDEROT, 2015, p. 177).

Cabe ressaltar que Jean Jacques Rousseau nasceu em um Estado livre e soberano. Embora afirme-se que sua voz tenha tido fraca importância política, o filósofo se pauta no efeito que as influências dos seus ideais podiam causar, pois para ele todos os seres humanos nasceram livres, porém vivem presos diante dos senhores e da sua força maior que está na obediência.

Nesse sentido, o homem é forçado a obedecer, devendo procurar meios para não estar preso a essa relação de poder: “recuperando a liberdade pelo mesmo direito que lha extorquiram, ou ele tem direito de a retomar, ou ninguém o tenha de lha tirar.” (ROUSSEAU, 2000, p. 21). Esse fator chamado ordem social, fundado de acordo com convenções entre as pessoas, não pode, portanto, ser considerado um fundamento vindo da natureza, ou um direito surgido dela.

Essas questões nos fazem lembrar a obra que ora estudamos, uma vez que Leonor, no romance de Horta, está determinada a usar a liberdade de escolha, principalmente no que se refere ao estatuto do casamento. Compara-lhe a sua irmã Maria, que obedece, os desígnios do patriarca. “A minha determinação no sentido de não aceitar as ordens de meu Pai, que me queria casar com quem eu não gostava, salvou-me de ser uma mulher infeliz para o resto da vida como aconteceu com Maria.” (HORTA, 2017, p.153).

Ao pautar-se na família, considerada a única sociedade livre de ordem natural, é estabelecido um fator de conservação: a hierarquia interna. Esta se molda com o pai sendo a cabeça e os filhos lhes devendo obediência. Nesse sentido, cabe-lhes cuidar dessa igualdade comum: “sendo a liberdade a mais nobre das faculdades dos

homens, não será degradar-lhe sua natureza, colocar-se no nível dos animais instintos.” (ROUSSEAU, 2005 p. 229). Assim, nascemos livres e iguais perante, apenas, a uma alienação, a da própria liberdade, diante da força política chamada Estado. Ao Estado deve-se cumprir suas honras e manter-se fiel. No romance em análise, o pai de Leonor, representante da autoridade masculina, embora preso no forte do Junqueira, requer de suas filhas total obediência: “Durante o tanto tempo que vivera no cárcere do Forte da Junqueira, muito sonhara com o futuro que iria determinar para cada um dos filhos.” (HORTA, 2017, p. 209).

Nesse sentido, Rousseau instiga o efeito desse dever diante do mais forte: “A força é um poder físico, que não imagino que moralidade possa resultar seus efeitos; ceder à força é ato preciso, e não voluntário.” (ROUSSEAU, 2000, p. 24). Diante disso, a força faz o direito, mas, ao mesmo tempo, impõe o sentido de obediência. Alienar-se, à vontade dos reis, amplia a “força da guerra”. Assim, Rousseau critica a renúncia à liberdade, pois:

Renunciar à própria liberdade é renunciar a qualidade de homem, aos direitos da humanidade, aos nossos próprios deveres; para quem renuncia a tudo não há compensação possível, e renúncia tal é incompatível com a natureza do homem, pois roubas às suas ações toda a moralidade quem a tira a seu querer toda a liberdade. É, enfim, contraditória e vã a convenção que estipula de uma parte a autoridade absoluta, e da outra uma não - limitada obediência; claro é que a nada me obrigo com aquele a quem tenho o direito de tudo exigir, e sem essa condição única. (ROUSSEAU, 2000, p. 25)

Essa condição é conduzida pela lei da razão sobre a da natureza, perante esse pacto social dos direitos e deveres, poder e liberdade, que cabe ao juiz. E quando nos insultamos ou violamos o Estado, tal postura é considerada crime de desrespeito à Pátria, e o crime denominado de problemas ao pacto social, violado pelo infrator, pode levá-lo a julgamento, a processos e à sentença, como ato particular ao infrator.

Nesse sentido, citamos, o processo da Família Távora como exemplo desse julgamento, resultando em uma prolongada sentença: “Sobre o nome dos Távora cai o vexame e a vergonha” (HORTA, 2017, p. 152). Além disso, esse processo provocou morte e traumas para os membros dessa família que, por longos anos, ficaram privados de liberdade, acusados por crime de lesa-majestade.

O legislador, segundo Rousseau em *O Contrato Social* (2000), nasce “no corpo social, as luzes do público que unem o entendimento à vontade, daí o exato concurso das partes, e enfim a maior força do todo; eis onde nasce a precisão do legislador.” (ROUSSEAU, 2000, p. 46). Sobre a vontade da sociedade, Montesquieu afirma que “ao nascer das sociedades, são os chefes das repúblicas que fazem a instituição, e é depois a instituição que forma os chefes das repúblicas.” (*apud* ROUSSEAU, 2000, p. 47). Eis que se forma a diferença entre governar leis e homens para se evitar o estado de guerra e a recorrer à intervenção de Deus. Nesse sentido, Rousseau afirma que “a grande alma do legislador é o grande milagre que deve provar a sua missão.” (ROUSSEAU, 2000, p. 49).

Verdadeiramente, segundo Maquiavel, “não houve ninguém que estabelecesse leis extraordinárias num povo sem recorrer a Deus, pois sem isso não teriam sido aceitas; porque há muitos bem que o sábio conhece, sem ter em si razões evidentes para poder persuadir aos outros.” (Disc. Sobre Tito Lívio, I, cap. XI, *apud* ROUSSEAU, 2000, p. 49). Por seu turno, Warburton afirma que “a política e a religião têm entre nós um objeto comum; mas somente que, na origem das nações, uma serve de instrumento à outra.” (*apud* ROUSSEAU, 2000, p. 49).

O diagnóstico apontado por Rousseau tem um ponto de partida, de primeiro observar o povo, antes de formular as suas leis, substituindo o que pode ser considerado suportável ou não a cada momento da história. Nesse sentido, em diferentes épocas, o povo se revolta e se esquece dos momentos de guerras, em busca de se tornar livre. Assim, recorrer à liberdade diante dos séculos tem tido uma única vertente. Segundo o filósofo, “Leis diferentes só geram confusas perturbações entre os povos.” (ROUSSEAU, 2000, p. 52).

A liberdade diante dos vínculos sociais se torna uma pequena proporção entre Estado e povo, e diante de medidas para fortalecer o Estado, o povo torna-se cada vez mais fraco. A pequenez e a grandeza, os poderes internos e absolutos, concentram-se nas medidas a se afirmarem com objetivo de manter a autoridade geral. Diante disso, Rousseau afirma que “o maior talento político é achar, entre uns e outros, a mais vantajosa proporção à conservação do Estado.” (ROUSSEAU, 2000, p. 53). Essa conservação aumenta a fraqueza do povo em busca de sua liberdade.

No romance em análise, Leonor de Almeida ganha a luta e consegue alcançar seus objetivos, tornando-se uma mulher capaz de influir sobre a política de um país. Ela obteve respeito e admiração, e frequentou vários palácios em diversos países.

Com autorização da Rainha, retornou ao Convento de Santos idêntica a Leonor de Távora, assim meio encoberta pela penumbra existente entre o corredor e a entrada dos seus aposentos, que fica tolhida na cadeira de pau-santo onde está sentada, “como se tentasse escapar a um contato que jamais pediria com a família da qual há muito fora banida.” (HORTA, 2011, p. 591). Contudo, “Leonor chega ao convento de Chelas levando a autorização eclesiástica para entrar.” (HORTA, 2011, p. 985).

Sobre a busca de liberdade, recorremos ao pensamento de Locke, pois segundo ele “ninguém pode vender a sua liberdade a ponto de sujeitar-se a um poder arbitrário que o trate conforme o seu capricho, pois [...] **isso seria vender a própria vida da qual não se é o dono.**” (*apud* ROUSSEAU, 2005, p. 229, grifo nosso). Segundo Rousseau, a “liberdade é um dom que recebemos da natureza na qualidade de homens.” (2005, p. 230), porém os magistrados e os poderosos a utilizavam para usufruto em benefício dos seus interesses próprios, diferentemente dos cidadãos. No romance em análise, Leonor relata sua angústia pelo fato de ter sido encarcerada:

O convento de Chelas foi para mim uma prisão de mulheres, cárcere onde, inocente, cumpri uma pena de dezoito anos. Castigada por um crime terrível, levado a cabo pelos meus avós maternos, segundo a palavra odiável de um déspota e as provas por ele obtidas sob tortura. Urdidura de uma perfeita intriga, a fim de aniquilar o poder da aristocracia. Quantas vezes, ao ir em busca da minha identidade, desejei “poder entender na vida que me escapa, aquilo que, impartilhável, faz apenas parte de mim, e me torna única”. Pois nada jamais me impediu de acreditar que um dia seria livre, embora a minha condição de mulher tornasse esse sonho idealista por demais difícil de conseguir. (HORTA, 2017, p. 83).

Entre os princípios, a liberdade e a igualdade rondam o sistema político, sobretudo o corpo legislativo. Assim, considera-se que essas duas palavras se sobrepõem e dialogam uma com a outra, formando uma unidade. Em sua máxima, Rousseau cita como objetos principais “a liberdade, porque toda a dependência particular é outra tanta força tirada ao corpo do Estado; a igualdade porque sem não pode subsistir a liberdade.” (ROUSSEAU, 2000, p. 55).

Esses lexemas geram graus de poder e riqueza e se opõem à virtude, pois, na verdade, na prática, essa tal liberdade não existe. Primeiramente, porque há o soberano e o povo, e à medida que o povo se torna um corpo entre si, mudam-se as leis. E, em sua dependência, o Estado é que estabelece a liberdade de seu povo, que pode ser alterada quando há violação das leis, vinculadas às penas de

execução aos seus membros. Nesse sentido, Rousseau afirma que “é muito difícil reduzir à obediência aquele que não procura comandar, e nem o político mais esperto conseguiria sujeitar homens que desejassem apenas ser livres.” (ROUSSEAU, 2005, p. 236).

Nesse sentido, Leonor de Almeida reflete a insubmissão, a rebeldia e a resistência:

Lembro-me de ter jurado a mim própria nunca trair o princípio da insubmissão, da rebeldia e da resistência, frente à ignorância, à superstição, ao despotismo! Talvez por isso nas minhas atitudes sempre se tenham espelhado os princípios do rigor e da insatisfação, sem nunca deixar de refletir a ideia da liberdade. (HORTA, 2017, p. 83).

Essas formas de governo nos mostram que existem duas vontades, uma moral e outra física. Considerando, pois, que “toda ação livre tem duas causas” (ROUSSEAU, 2000, p. 59), como a declaração da vontade geral se faz pela lei, a declaração do juízo público se faz pela censura.

Ao falarmos de censura, aludimos a Voltaire (1694-1778), e a seu livro *Cândido, ou Otimismo*, que foi escrito durante uma época em que a Igreja comandava o Estado, sem que houvesse qualquer perspectiva notável de haver possibilidade de um liberalismo. O filósofo era contra o absolutismo e a favor da separação entre Igreja e Estado, ou seja, foi um dos primeiros a defender a ideia de Estado Laico. Ademais, Voltaire era a favor da liberdade de expressão, da liberdade religiosa e da tolerância.

Por defender o liberalismo, Voltaire não tinha espaço na França, e escrever *Cândido, ou Otimismo* foi uma maneira que ele encontrou para criticar o absolutismo, inclusive os atos políticos e religiosos, por meio de personagens que representassem os vícios dessas instituições, principalmente da Igreja, porque a filosofia era permeada por ideais religiosos, portanto, vinculada à Teologia.

Ao investir no conhecimento, a Marquesa de Alorna alia-se ao abade Correia da Serra, que foi expulso de seu país por ser inteligente e manter firme seu posicionamento político. Mais tarde, Leonor e os demais também foram obrigados a se exilarem pela mesma postura. Vejamos no excerto a seguir:

Pina Manique nunca gostou do abade Correia da Serra. Desconfia dos seus conhecimentos, dos seus estudos, das suas leituras, da sua posição política. Suspeita da sua inteligência. Das suas ligações com a Maçonaria e a

França. Portanto, ao escutar os boatos que circulam em Lisboa sobre a entrada clandestina em Portugal do célebre naturalista francês Pierre Marie Auguste Boussonet, fugido do seu país no seguimento da perseguição movida aos girondinos, manda os seus espiões irem atrás do abade, do duque de Lafões, de Freire de Andrade, também da condessa de Oeynhausen e de seu irmão o jovem marquês de Alorna. Todos eles por demais afrancesados, ousados e revoltosos, trazendo no pensamento e nas atitudes as Luzes que desde o início iluminaram e moveram a revolução francesa. (HORTA, 2017, p. 674).

Em *Cândido*, ou o Otimismo, Voltaire (1998) apresenta Leibnetz como um dos principais pensadores alemães. Ele propunha um sistema filosófico e teológico que fosse baseado no otimismo, na crença, a fim de mostrar o mundo como o melhor dos possíveis, uma vez que foi criado por Deus, que é criatura perfeita. Porém, esse idealismo é contestado em diversas situações vividas pelo personagem *Cândido*, o que também pode explicar o motivo de o livro ter dois títulos: *Cândido*, que representa a realidade, ou *Otimismo*, que representa a esperança.

De todos os filósofos citados anteriormente, no romance em análise, Leonor de Almeida nos revela que do pensamento de Voltaire colheu as “Luzes”:

foi do pensamento de Voltaire que eu colhi as Luzes. O fruto do conhecimento. Os ensinamentos necessários que continuam a formar o meu espírito. Foram as suas palavras que eu bebi e me passaram o imenso e inadiável gosto de aprender. Foi o seu pensamento que me ensinou, me fez descobrir a decisiva importância da razão. (HORTA, 2017, p. 277).

O sarcasmo e a comicidade são um dos traços presentes na escrita de Voltaire, e ele os utilizava para descrever situações de vários países. Esses acontecimentos possibilitavam a referência de dois extremos: a filosofia perfeita e a visão imperfeita do mundo, refutando o pensamento do Dr. Pangloss,⁶ que a partir da realidade vivida por *Cândido* após a expulsão do palácio, revela a realidade e as mazelas entre os povos e os reinos.

A respeito das mazelas, das injustiças, exceto em El Dourado, onde “tudo vai bem, (...), e não no resto da Terra” (VOLTAIRE, 1998, p. 93), a realidade nos é mostrada pelas aventuras de *Cândido*, a partir de sua saída do castelo do barão de

⁶ “As coisas não podem ser de outra maneira, pois como tudo foi feito para um fim, tudo está necessariamente destinado ao seu melhor fim”. (VOLTAIRE, 2005, I, p. 230). Segundo Matos (2001), em *Cândido*, o Otimismo leibniziano encarna-se no preceptor Pangloss, que passa o tempo todo teimando em dizer que tudo está bem no melhor dos mundos possíveis. Para contestá-lo, Voltaire se compraz (já houve quem achasse o Marques de Sade uma espécie de neto de Voltaire) em criar o vertiginoso encadeamento de calamidades que leva de roldão o herói Cunegundes, o melhor dos castelos, o pobre Pangloss, o mundo inteiro. (MATOS, 2001, p. 215).

Thunder-Tem-Tronk, na Westphalia, à Veneza, ao Paraguai. Veneza por ser “um país livre onde nada há de temer [...]” (VOLTAIRE, 1998, p. 90). Embora, Martinho venha a discordar, “Veneza não é boa senão para os nobres venezianos, mas que, no entanto, aí se recebe muito bem aos estrangeiros, tenham muito dinheiro.” (VOLTAIRE, 1998, p. 100). De tal modo no Paraguai, as mazelas são descritas:

Cândido foi no mesmo instante conduzido a um pavilhão de folhagens, ornado com uma bela coluna de mármore verde e dourado, com gaiolas com periquitos, colibris, beija-flores, galinhas-d’angola e todos os pássaros, os mais raros. Um excelente almoço estava preparado em recipientes de ouro. Enquanto os paraguaios comiam milho em tigelas de madeira, a céu aberto, sob o sol inclemente, reverendo Pai comandante entrou no caramanchão. (VOLTAIRE, 1998, p. 59-60).

Assim, há o livre arbítrio em aliar-se ou não, alienar-se ou não. Cândido alia-se aos jesuítas para guerrear e ter a posse da terra, servindo de ponto inicial às críticas a eles, pois “O território já tem mais de trezentas léguas de diâmetro e está dividido em trinta províncias. Tudo aí propriedade dos padres, ao povo nada. É uma obra-prima da razão e da justiça.” (VOLTAIRE, 1998, p. 58).

Essas brigas pela posse, a luta por espaço e propriedade, razão a qual Rousseau refuta, provoca o estado de guerra entre as pessoas, sendo, essas posturas, criticadas por Voltaire: “Por mim, nada vejo de tão divino quanto aos padres, que aqui fazem guerra ao rei da Espanha e ao rei de Portugal e, na Europa, são confessores desses reis. Matam aqui os espanhóis e, em Madrid, os mandam para o céu. Isso me encanta.” (VOLTAIRE, 1998, p. 58). As contradições entre a fala e a ação justificam a ironia de Voltaire voltada aos clérigos.

No campo metafísico, a expulsão de Cândido pode ser comparada à expulsão de Adão do paraíso ao desobedecer a Deus. Essa expulsão é considerada por Pangloss necessária, pois “a queda do homem e a maldição se encaixam necessariamente no melhor dos mundos possíveis.” (VOLTAIRE, 1998, p. 25). De fato, o ser humano é corruptível, e sendo homem, também é inútil se apoiar em qualquer doutrina fundamentalista, uma vez que “os homens corromperam um pouco a natureza, pois eles não nasceram lobos, tornaram-se lobos. Deus não lhes deu nem canhão de vinte e quatro nem baionetas, mas eles fizeram baionetas e canhões para se destruírem.” (VOLTAIRE, 1998, p. 21).

Diante do caráter imprevisível das pessoas, essas irregularidades invalidam o pensamento extremista de enxergar o mundo como o melhor dos mundos. Faz-se

necessária a ideia de o homem existir, principalmente através do pensamento coerente, pois é a partir desse ser pensante, que ao lutar contra o poder estabelece regularidade e liberdade de pensamento para todos, porque “a liberdade não pode substituir frente à necessidade absoluta, pois seria necessário que fôssemos livres.” (VOLTAIRE, 1998, p. 25). Nesse sentido, Leonor de Almeida, embora aprisionada, afirma:

Cientes tal como eu, quem sabe, de não pertencerem a este lugar de clausura e de mediocridade. O meu coração e os meus sentimentos trancados anseiam por escapar, por voar para longe e muito mais alto. Até onde me levar o conhecimento e o pensamento das Luzes. (HORTA, 2017, p. 66).

Essa ideia também é compartilhada por Denis Diderot, e para o filósofo, o conhecimento, sobretudo, a sua difusão, seria o alcance para o desenvolvimento e para a felicidade humana. Um dos destaques das ideias de Diderot está relacionado ao projeto educacional, que corrobora o pensamento de Voltaire, no sentido de Estado Laico. Diderot destaca-se ao defender que a educação deve ser laica, pública e fundamentada na ação do Estado. Essas ideias foram difundidas com o apoio da imperatriz Catarina II, da Rússia, a partir da publicação da *Enciclopédia*, um dos principais símbolos que remetem ao movimento iluminista.

O apoio da imperatriz nos revela a ação dos déspotas. Embora os representantes do Estado não produzissem conhecimento, alguns apoiavam os projetos cuja principal finalidade era difundir o esclarecimento e valorizar a razão. A enciclopédia de Diderot o promoveu como um dos maiores filósofos do movimento iluminista, mostrando o papel da filosofia e do pensador no século XVIII:

[...] um autêntico manifesto em defesa do novo papel desempenhado pela filosofia no século das Luzes [...] sempre preocupada em interferir ativamente nos aspectos mais concretos da realidade social, política e econômica, rejeitando o caráter puramente metafísico da reflexão. (SCHÖPKE; BALADI, 2008, p. 16).

O filósofo, portanto, ocupava-se em difundir ideias contra o Antigo Regime e as instituições que se beneficiam dessas estruturas. A orientação Sociocrítica⁷ era voltada à valorização da razão como base do conhecimento em que o filósofo fosse

⁷ Consideramos a definição de Marc Angenot ao afirmar o que constitui o Discurso Social, focando n“o conjunto do se diz e se escreve em estado de sociedade” (2015, p. 15). Esta definição está alicerçada nos ensinamentos bakhtinianos.

o principal agente de transformação social. Diderot, em *Da interpretação da Natureza e outros escritos* (1989), declara sua preocupação em tornar seus pensamentos acessíveis ao povo: “apressemo-nos para tornar a filosofia popular. Se quisermos que caminhem para frente, aproximemos do povo ponto em que estão os filósofos.” (DIDEROT, 1989, p. 61). Expondo essa preocupação, encontramos na *Enciclopédia* a finalidade da dispersão desses conhecimentos, conforme ele ressalta:

Com efeito, a finalidade de uma enciclopédia é reunir os conhecimentos dispersos pela superfície da Terra, expor seu sistema geral aos homens com que vivemos e transmiti-los aos que virão depois de nós, a fim de que os trabalhos dos séculos passados não tenham sido inúteis para os séculos vindouros, que nossos descendentes, tornando-se mais instruídos, sejam ao mesmo tempo mais virtuosos e mais felizes, e que não morramos indignos do gênero humano. (DIDEROT, 2015, p. 158).

Preocupado com a humanidade, o filósofo investiu na dispersão dos saberes, mantendo-se, ao longo de sua jornada, no propósito de refutar ideais e vícios propagados pela igreja, além de contrapor-se à ideia sustentada pelos dogmas religiosos, de que o homem nasce com o censo de moralidade e religião. Diderot difunde a ideia de que o conhecimento humano é adquirido e, através das evidências, revelado pelos sentidos.

No romance de Maria Teresa Horta, há a preocupação do arcebispo com as mulheres da Família Távora, que não se conformavam com os dogmas propagados pela igreja.

Elas questionam os dogmas, duvidam da fé, não cortam a raiz da tentação e das dúvidas como boas católicas; por isso também os seus pensamentos jamais se harmonizarão com os nossos princípios. Corre-lhes nas veias sangue envenenado e ruim dos Távora. (HORTA, 2017, p. 68, grifo da autora).

Para o arcebispo, “**Elas** espalham a desordem.” (HORTA, 2017, p. 68). Para o filósofo, isso se dá através do progresso da razão, que é tida como um começo e não como o fim de hipóteses e questionamentos:

Tudo isso é efeito do progresso da razão, que derruba todas as estátuas e reergue algumas das que foram derrubadas; aquelas dos homens raros, que ultrapassaram o seu século. Encontramos se é permitido falar assim, contemporâneos nossos no século de Luís XIV. (DIDEROT, 2015, p. 167).

Para o enciclopedista, o conhecimento era a única possibilidade de emancipar o homem. Essa emancipação, segundo Souza, “liberta os homens da ignorância, liberta também do preconceito, do fanatismo, da superstição e da violência” (2015, p. 25). Ao adquirir conhecimento, os homens libertam-se dos dogmas religiosos e aproximam-se da razão, essas transformações se dão através de possíveis dúvidas e mudanças na sociedade.

No romance em análise, essa busca pela razão, sobretudo contrapondo-se aos dogmas, pode ser vista no seguinte excerto:

Sei de cor tanto os tons dos vestidos que veste como os livros que lê ou as ideias e ideais defendidos com ardor; entendendo quando se fatiga dizendo poesia ou discutindo ideias, mas também quando se entusiasma com a disputa da polémica, a despertar nas freiras senis arroubos de escândalo. Num trajecto traçado entre Horácio e Young, caminha ela agora ofuscada pelas Luzes de Voltaire e de Rousseau, voluptuosamente atraída pela Encyclopédie, em rigor o Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers perseguindo com clareza determinada o progresso prometido por Diderot e d’Alembert. Porque, mesmo encarcerada por Pombal num convento, não deixa Leonor de Almeida de sonhar ser ela a mudança neste Portugal de Camões, mas também da ignorância e da superstição, do negrume onde a razão não encontra o seu espaço. (HORTA, 2017, p. 142).

Com a finalidade de difundir a ideia da separação entre a Filosofia e a Religião, uma das contribuições de D’Alambert (2015) é sobre a verdade, a qual devemos, realmente, acreditar e quais devem ser praticadas, pois, “algumas verdades em que se deve acreditar, um pequeno número de preceitos que devem ser praticados, eis o que se reduz a religião revelada.” (D’ALAMBERT, 2015, p. 77).

No romance em análise, Leonor divide-se “Entre a ousadia exigida pela criatividade, a cultura, a ciência, e a limitadora prudência imposta pela Igreja, as regras e proibições, os estereótipos da educação e os protocolos da Corte. Entre a poesia libertadora e os limites da realidade.” (HORTA, 2017, p. 840). Portanto, Leonor encontrava-se diante de um grande desafio: escolher entre “permanecer agarrada à mentalidade retrógrada que repudiava, ou partir ao encontro de um novo modo de vida.” (HORTA, 2017, p. 840). Para manter-se coerente ao que acreditava, escolheu a segunda opção.

Era necessário melhorar a qualidade dos novos métodos de ensino, através de novos guias para obter-se conhecimento, pois, de acordo com Diderot, os métodos negligenciam o verdadeiro modo de instruir:

Não hesitamos em nos entregar a essas aparências enganosas; longe de meditar sobre a validade dos princípios desses métodos, abandonamo-nos cegamente a esses guias infieis, e acreditamos ter chegado a um conhecimento exato e completo das produções da natureza, quando não temos senão uma ideia muito imperfeita de algumas de suas qualidades ou propriedades, quase sempre as menos importantes. Negligencia-se, assim, o verdadeiro meio de se instruir, que é observar cada coisa em todas as suas partes, examinar tanto quanto for possível todas essas qualidades, e determinar todas as suas propriedades. (DIDEROT, 2015, p. 237).

No romance em análise, Leonor discorda dos métodos voltados à educação, pois para ela

A poesia é o único desvario a que se permite. Como poderia então saber quanto para si o destino tem guardado, se aquilo que os pais parecem esperar dela é somente o aceite de um conveniente casamento arranjado, assente na sua obediência e humildade? Sobressalta-se Leonor, que a si mesma jurara nunca aceitar a agulha em vez da pena, bordar a cercadura da vida em vez de escrever poemas. Dedicar-se a brilhar na Corte em vez de estudar e aprender. A entender e a querer um novo mundo. (HORTA, 2017, p. 159).

O bem-estar da humanidade foi uma das principais lutas de Diderot, levando-o a apoiar-se no uso da razão para a tomada de consciência. O objetivo era transformar a sociedade, afastando os dogmas e incluindo novos valores sociais em busca do conhecimento, através da educação. Para isso, era imprescindível envolver, portanto, o campo político e não mais o religioso, mesma postura assumida pela personagem Leonor:

Usando da serenidade à qual a razão me levava, tentei ainda refrear-lhe com habilidade as iras incontidas, desse modo evitando o atropelo das ideias e dos actos impensados no torneio dos obstáculos sentimentais, sabendo utilizar a meu favor o verdadeiro afecto que me dedicava a Rainha. (HORTA, 2017, p. 152).

1.2 ESTAGNAÇÃO, DECADÊNCIA E ATRASO CULTURAL EM PORTUGAL: A ASCENSÃO DO ILUMINISMO

No decurso dos Seiscentos, a Península Ibérica destaca-se no cenário da cultura europeia e uma das principais causas foram os descobrimentos marítimos ocorridos no final do século XVI. No mesmo período, ocorrem a Reforma Protestante e a Contrarreforma, mudando a rota dos portugueses, inclusive nos países em que houve a reforma religiosa. Com adesão à Reforma, viria surgir, conforme Eduardo Lourenço, “duas Europas” (LOURENÇO, 1994, p. 147): a protestante e a católica.

Com a Reforma houve o endurecimento das leis e doutrinas, ditadas pelo Concílio de Trento. A partir daí, Portugal inicia uma luta para manter os princípios culturais e morais estabelecidos pelo Catolicismo.

Os jesuítas, apoiados pelo Concílio de Trento, mantiveram-se firmes com os planos de manter a ordem cultural, moral e principalmente dogmática. Um dos locais encontrados para fixar esses planos foi a escola, utilizando-se da metodologia *Ratio*. Segundo William Bangert, em *História da Companhia de Jesus* (1985), essa metodologia “caracterizava-se pelo seu perfil teológico e dogmático, incutindo na mente dos alunos a doutrina católica e, ao mesmo tempo, extirpando possíveis questionamentos e desvios religiosos, filosóficos e intelectuais às diretrizes da igreja.” (BANGERT, 1985, p. 347).

Embora a principal finalidade fosse manter a ordem religiosa, o método adotado com a intenção de alavancar a educação do país gerou um processo de estagnação. Por longos anos⁸, a *Ratio* gerou sérios problemas, sobretudo, o impedimento dos portugueses de evoluírem intelectualmente, conforme a pesquisadora Ana Cristina Araújo destaca em *Cultura das Luzes em Portugal: Temas e problemas*:

[...] a rigidez do método prescrito pela *Ratio* impediu a ocorrência de atualizações no ensino e inovações na cultura letrada oficial portuguesa, estagnando-os. Durante esse período, os inicianos, pelo menos em termos normativos insistiram na vigilância e na manutenção de seu método pedagógico. Nas 15^a (1706), 16^a (1730-1731) e 17^a (1751) Congregações Gerais da Ordem, foi reafirmada a aversão a qualquer ideia contrária ao aristotelismo escolástico. (ARAÚJO, 2003, p. 32-33).

Dentre os outros fatores que contribuíram, indiretamente, para o atraso, inclusive do conhecimento em Portugal, destacaremos dois: a União das Coroas⁹ portuguesa e espanhola (1580-1640) e a luta pela Restauração, a partir de 1640, após várias crises políticas que provocaram estagnação, decadência e atraso cultural.

Segundo Maria do Rosário Themudo Barata, em sua obra *Portugal e a Espanha* (2001), essa busca pela recuperação de espaço político, no decorrer do século XVII, em virtude da rápida ascensão comercial da França, Inglaterra e da

⁸ De 1599 até a expulsão dos jesuítas, em 1759.

⁹ A União Ibérica ocorreu a partir da crise sucessória do trono português. Essa crise de sucessão decretou o fim da Dinastia de Avis e coroou o rei Filipe II, da Espanha, como rei de Portugal quanto da Espanha.

Holanda, ocasionou a “atlantização das atenções.” (BARATA, 2001, p. 191), uma vez que se sentiu ameaçado pela perda de territórios. De acordo com o historiador português José Sebastião da Silva Dias, em Portugal e a cultura europeia (Sécs. XVI a XVIII), todas essas motivações “monopolizaram os interesses portugueses, fazendo com que eles não atentassem aos acontecimentos e às mudanças em curso do outro lado dos Pirineus.” (DIAS, 1953, p. 257).

O século XVIII nasceu contrapondo às suposições metafísicas do racionalismo matemático Seiscentista e do escolástico, visto que a escolástica seguia com um modelo abstrato para explicar a organização do universo. Esse motivo provocou inquietações por parte dos teóricos das Luzes, que buscavam reduzir o aristotelismo, inclusive em Portugal.

Embora a situação intelectual da maioria dos portugueses que viveram no século XVII e meados do século XVIII tenha estagnado – em virtude das doutrinas religiosas e pela manutenção do catolicismo, sob as diretrizes do Concílio de Trento –, a cultura e o saber eram vistos por outros países como inferior aos demais: “A filosofia e a ideologia exigem de mim uma coerência que por vezes me pesa, sempre que o berço me embala com maior insistência, trazendo-me à memória um Portugal distante e parado no tempo.” (HORTA, 2017, p. 569), afirma a personagem Leonor no romance horteano.

Segundo o historiador José da Silva Dias, “o Iluminismo procurou harmonizar-se com as tradições cristãs, quer nos países protestantes, quer na Áustria, na Itália, e na Espanha” (DIAS, 1953, p. 48). Esse processo de apropriação das Luzes, entre os diversos países, ajudou em uma conciliação de ideias, em favor do conhecimento e baseado no uso da razão, tendo como principal objetivo, conforme mencionado anteriormente, combater o dogma da fé.

O Iluminismo em Portugal pode ser entendido como uma “atualização da tradição”. Ainda no reinado de D. João V, após examinar criticamente a situação educacional no país, concluiu-se que era péssima, pois poucas pessoas sabiam ler e escrever corretamente. Nessa época, foi publicado O verdadeiro método de estudar, (1746)¹⁰, de Luís Antônio Verney.

¹⁰ De acordo com Ribeiro (2002), trata-se de uma obra composta por 16 cartas de cunho problemático, filosófico-cultural e pedagógico.

Essa obra exerceu influxo nas ações reformadoras de Pombal, importante nome da política portuguesa no reinado de D. José I. Através dessa obra, criou-se possibilidades de condições para o estabelecimento do Iluminismo em Portugal, sobretudo, no que se refere à educação das mulheres.

No romance em análise, Leonor se destaca por ser inteligente, educada em relação às mulheres da época, principalmente, por ser revelada nos “Outeiros poéticos a tomarem vulto: brilhantes, cultos, inventivos, cheios de ousadia. E neles era sempre Leonor quem mais se distinguia, num inesperado e diverso cintilar feminino até então desconhecido em Portugal.” (HORTA, 2017, p. 71). Sua fama e seus versos se espalharam,

Chegando até à Corte a fama do seu brilho e da sua erudição, assim como cópias dos seus poemas, começando o seu nome a correr de boca em boca, pelo invulgar facto de ser mulher culta, talentosa e inteligente. Enquanto isso, nos salões lisboetas tão depressa era referida com admiração a sua beleza, como era sublinhado com desconfiança o seu talento poético, assim como os invulgares conhecimentos, quer no domínio literário, das humanidades, quer no das ciências. (HORTA, 2017, p. 71).

Arriscamo-nos a afirmar que a desconfiança ao seu talento poético está associada ao fato de ser uma mulher, que tinha conhecimentos nos diversos âmbitos, tanto sociais, filosóficos, quanto científicos – conhecimentos comuns, apenas entre homens. Sobre essa temática, vemos, de acordo com o trecho do romance que a Rainha, por ser mulher, sofreu acusações de que não podia governar o país. “Furioso, o marquês de Pombal desvia de D. José o olhar de aço, a remoer rancores antigos contra D. Maria, de quem nunca gostou e que não quer como Rainha, Senhora de Portugal.” (HORTA, 2017, p. 106).

O plano do Marquês era criar uma lei que impedisse as mulheres de governar:

Cada vez mais empenhado na execução de um sigiloso plano para a afastar, do qual apenas dá conta a José Seabra da Silva, seu secretário-adjunto. E que culminará com a apresentação da Lei Sálica ao Soberano, convencendo-o habilmente a assiná-la. Lei essa impeditiva do exercício da realeza por mulheres. (HORTA, 2017, p. 106).

As perseguições à rainha eram constantes. Raivosos pelo fato de ela ser a mulher mais poderosa do país, mais acusações surgem, principalmente, sobre sua saúde psicológica:

Soberana de um Portugal que jamais fora governado por Rainha, sinto-me na obrigação difícil de mostrar severidade e pulso firme nas decisões tomadas, exigindo a mim mesma atenção a tudo o que se passa não só à minha roda mas em todo o país. Aparentando a maior lucidez e serenidade. (HORTA, 2017, p.159).

Nesse sentido, retornamos ao método de Verney, visto que a educação amplia o sentido da vida, da tolerância. Ademais, o senso crítico cultural era baseado na inclusão e no respeito. De acordo com Ribeiro (2002), “ambos os sexos deveriam aperfeiçoar-se no verdadeiro método de estudar, que deveria conter o novo espírito cultural.” (RIBEIRO, 2002, p. 42). Segundo Cabrita (2010),

No Portugal do século XVIII havia peças de teatro distribuídas pelo circuito do “cordel”, que se diziam adaptadas «ao gosto português», ou seja, peças de Metastasio, Molière, Goldoni, Voltaire, que eram «actualizadas» tendo por objectivo fazer rir e, simultaneamente, compatibilizá-las aos hábitos e ao gosto dos que frequentavam o teatro. Estas peças procuravam caricaturar situações típicas da sociedade contemporânea e revelam-nos a importância atribuída às figuras femininas. Elas são objecto de sátiras de tipo misógino e são também espelho (ainda que deformado pela intenção caricatural) de comportamentos que denunciavam que se estavam a verificar mudanças nos costumes portugueses ao longo da segunda metade do século XVIII. As mulheres surgem nesses textos associadas a comportamentos de transgressão: por não cumprirem os seus deveres domésticos e familiares reivindicando maior autonomia, por desejarem conviver com pessoas de ambos os sexos, por quererem ser elas próprias a escolher o futuro marido e por casarem de acordo com a sua inclinação. Ora tudo isto aponta para ideias que se discutiam na época e para as transformações sociais que estavam em curso. (CABRITA, 2010, p. 29).

Com a expulsão dos jesuítas, e com condições para estabelecer o Iluminismo, muitos pensadores católicos, a exemplo de Antônio Ribeiro dos Santos, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas e Teodoro de Almeida, alinharam-se ao novo seguimento, visto que

os pensadores portugueses dessa conjuntura objetivaram recuperar o ideal humanista no que tange ao ensino das línguas clássicas, como o latim, grego e hebraico, além da retórica, que a partir do alvará de 28 de junho de 1759 revestiu-se de singular importância na educação lusitana por conta da eficácia persuasiva do discurso no âmbito da comunicação, elemento crucial previsto pelo novo ideal pedagógico, assim como a filosofia natural, matéria fundamental que ganhou espaço em Coimbra com a reforma de 1772. (TEIXEIRA, 1999, p. 188).

Assim, pensadores e filósofos introduziram novos valores, novos métodos para estabelecer a educação como fonte e a busca pelo saber. Em seu artigo “As mulheres no pensamento dos filósofos iluministas”, Ligia Maria Sánchez Coelho da

Silva Cabrita (2010) afirma que “uma das maiores violências contra as mulheres” foi de “não deixá-las falar, e ocultá-las da elite intelectual. A prática do anonimato devia-se ao dever da mulher de manter a discrição e usar de prudência perante a sociedade do tempo.” (CABRITA, 2010, p. 64).

Sobre esse assunto, Vanda Anastácio (2009) nos explica que

O facto de estas mulheres terem publicado muito pouco, ou de o terem feito de modo anónimo ou parcial, escondeu durante muito tempo o verdadeiro papel de produtoras e de mediadoras intelectuais que desempenharam no sistema literário do seu tempo. Aquelas cuja atividade pudemos detectar, não quiseram expor-se para além de círculos bem definidos. (ANASTÁCIO, 2009, p. 43).

Esses círculos bem definidos, considerados por Ligia Cabrita (2010) como “o escape para a difusão do saber das mulheres, era a escrita”, embora fosse “no anonimato e até sob pseudônimo masculino” (CABRITA, 2010, p. 5), configurando também como um período de censuras e de “leituras proibidas”.

1.3 FORMAÇÃO CULTURAL DE LEONOR DE ALMEIDA E AS “OBRAS PROIBIDAS”

O delírio é uma arte que cultiva à pena, na invenção da alma e da natureza. Mas não será o corpo o melhor de si, o que nela sustenta a tanta luz e avoluma a tanta rebeldia? Ou o poema?

(Maria Teresa Horta, 2017, p. 15)

Ao longo da história, observa-se a invisibilidade das mulheres, sobretudo as escritoras na elite intelectual portuguesa. À época, os conventos foram centros formadores de escritoras, tendo sido vistos, ao longo dos séculos, como lugares que mantiveram “uma multidão de mulheres que viviam num mundo à parte, fechadas numa clausura, orando, cantando e bordando, com uma única ligação ao mundo exterior, a roda da portaria.” (CABRITA, 2010, p. 65).

Em uma realidade não diferentemente de outras mulheres de Portugal, em que o tipo de educação dada passava pela reclusão, pelo recolhimento em casa e que sua principal função era a de doméstica, baseada nos costumes, no patriarcalismo, em Chelas, Leonor de Almeida Portugal teve uma formação cultural ampla. Embora enclausurada, teve acesso a livros considerados proibidos às mulheres. Nesse período, contactou com os poetas e letrados da época, como, por

exemplo, António Dinis da Cruz e Silva, Correia Garção, Sebastião Ferreira Barroco, Filinto Elísio e outros visitantes.

Desses e de outras poetisas e amigos, Leonor de Almeida recebia os livros “por trás das rendas da janela que dá para o parlatório.” (HORTA, 2017, p. 103). Ali, encontrava as suas amigas Teresa de Mello Breyner (Tirse) e Joana Isabel Forjaz, que, na inevitabilidade úmida da reclusão, de “odores a círios votivos” (HORTA, 2017, p. 55), eram cúmplices.

Recorrendo ao romance de Horta, percebemos a capacidade de Leonor em aprender algo a ser considerado útil para a sua formação, pois desde criança foi diferenciada por sua curiosidade, manifestando interesse, assim como seu pai, por Astronomia e Botânica. Ambos passavam tardes inteiras folheando mapas celestes em busca de respostas para as suas dúvidas. Suas atitudes eram perceptíveis, e sua mãe, Leonor Távora, observara que tais feitos eram diferentes, se comparados aos das crianças de sua idade, ou seja, as suas ações e as suas condutas eram notadas, embora tivesse pouca idade. Podemos perceber, no enxerto a seguir, no momento em que seu pai estava sendo preso, a postura da protagonista:

Leonor observava o Pai a ser levado aos empurrões cobardes; foi ela que me impediu de cair, arrastando-me primeiro para a casa de fora e em seguida amparando-me até ao quarto onde me deitou na cama gelada. Só bastante mais tarde me dei conta de ela ter agido não como uma menina de oito anos, mas como uma mulher. (HORTA, 2017, p.31).

Após prenderem o pai de Leonor, punido ao ser acusado do crime de lesa-majestade, Leonor, sua mãe e sua irmã foram encarceradas no convento de Chelas. Foi durante essa estadia que biograficamente constata-se que foram aumentando os interesses por diversos temas relacionados com áreas do conhecimento, como a Física, a Matemática, a Teologia, a Ciência, a Literatura, a Geografia, a Política, a Filosofia. Por isso, o romance horteano afirma que “poemas, política e filosofia passam a dar nova coloração aos acabrunhados e medíocres dias conventuais, até aí sem sustento nem respiração suficiente para a sua desmesurada ambição.” (HORTA, 2017, p. 47). Essas junções de temas despertam-na uma atitude cada vez mais ambiciosa. Ou seja, A protagonista assume uma posição política inquestionável, com argumentos pertinentes sobre todo e qualquer assunto, conforme adita Isabel Cristina Rodrigues:

Alcipe, como te chamará Filinto Elisio, interessou-se pela filosofia, pela política e pelas ciências da natureza (astronomia, física, botânica...), elegendo como leituras privilegiadas, entre outros. Rousseau, Voltaire, Diderot, D'Alembert, Ovídio, Homero, Goethe, Schiller, Leibniz. Teresa D'Ávila ou Hildegarda de Bingen. Destemida, Leonor não gostava senão de obras a que não podia aceder “por regimen” e, por isso, no Mosteiro de Chelas - onde foi enclausurada, com a mãe a irmã, dos 8 aos 27anos, a pretexto do atentado ao rei D. José que, ocorrido em 3 de setembro de 1758, havia sido imputado aos marqueses de Távora, devorou tudo quanto podia ser lido, incluindo livros proibidos por imposição censória a exemplo dos enciclopedistas franceses. (RODRIGUES, 2012, p. 46).

A formação cultural pode ser percebida através de suas leituras, suas recitações e suas produções poéticas, pois sua busca pelo conhecimento é incessante. Em uma certa feita, o romance narra a seguinte cena: “O padre Foios deixou-me visitar Bocage, que me pareceu magro, enfraquecido, demasiado apático para a sua habitual vivacidade e demasiado passivo para a sua conhecida truculência...” (HORTA, 2017, p. 738). Ao encontrar-se com o escritor, revela-lhe que “tem escrito poesias e descobrira que o mesmo tinha traduzido *Henriade*, de Voltaire, e *Pharsalia*, de Lucano; neste momento está a trabalhar nas *Metamorphoses* de Ovídio.” (HORTA, 2017, p. 738).

Nesse sentido, buscaremos traçar quais as maiores influências da nossa protagonista, suas principais fontes, sobretudo aquelas que são coerentes com seus propósitos e questionamentos. A busca de Leonor por conhecimento nos remete aos estudos de Vanda Anastácio, em seu artigo “Nota de investigação sobre a Marquesa de Alorna (1750-1839) e o Brasil”, ao abordar sobre a formação cultural entre os poetas do Brasil e Portugal, no século XVIII.

A pesquisadora nos revela que, embora as personagens não tenham cruzado o oceano, o início das trocas de correspondência de Leonor com a D. Teresa de Mello Breyner deixa claro as opções literárias e posições políticas de Leonor:

Na correspondência entre as duas amigas, são frequentes as referências a autores e a obras, os comentários a leituras feitas, os conselhos acerca de questões de poética e de estilo, e as opiniões que deixam transparecer, de modo mais ou menos claro, as suas posições políticas. (ANASTÁCIO, 2012, p. 99).

Esses comentários e críticas se referem a dois escritores brasileiros: Cláudio Manoel da Costa e José Basílio da Gama. Ambos são inseridos ao nível de leitura, tanto por leitores do Brasil quanto por leitores de Portugal. Nesse sentido, as críticas da Marquesa de Alorna, direcionadas ao escritor Cláudio Manuel da Costa,

encontram-se também no romance, quando Leonor declara que ele é “um Pobre rapsodista que [...] bebeu e vomitou algumas passagens do Metastasio, e do Guarino.” (ANASTÁCIO, 2012, p. 99).

Essa depreciação dada por Leonor, conforme Vanda Anastácio ressalta, é um “critério de desvalorização dos autores, de uma geração nascida durante o reinado de D. João V.” (ANASTÁCIO, 2012, p. 99), e revela a preferência dos modelos italianos, que tiveram a sua obra difundida em virtude da proximidade da geração com a Arcádia de Roma.

No que se refere ao jovem José Basílio Gama, a pesquisadora Vanda Anastácio nos revela um caráter feudalístico, ou seja, D. Leonor o comparava com o Marquês de Pombal, considerado “carrasco” de “sua família” e que a este escrevia, “por necessidade, para a sua sobrevivência.” (ANASTÁCIO, 2012, p. 99).

Nesse sentido, percebe-se que o Brasil esteve presente direta ou indiretamente na formação cultural do Império Português durante o século XVIII, conforme afirma Vanda Anastácio, contribuindo para a formação cultural de Leonor de Almeida, sob seus diversos olhares, opiniões e críticos aos poetas:

um espaço de referências culturais comuns, marcado não só pelos mesmos modelos educativos e pela mesma formação acadêmica, mas, também, por leituras comuns, pela frequência dos mesmos círculos sociais e pela partilha das mesmas redes clientelas. (ANASTÁCIO, 2012, p. 100).

Dentre as outras várias influências culturais de Leonor, os principais são Nicolau Copérnico, com seu livro *A Revolução dos Orbes Celestes*. Nessa obra, o escritor faz um esquema do universo em suas duas vertentes entre o realismo científico e o instrumentalismo. No campo metafísico, revela a existência de um mundo terrestre singularizado em sua existência corruptível.

Em Chelas, Leonor recebia de seus apoiadores e admiradores os livros e páginas de poemas que revelam o seu gosto literário. Atentos para satisfazê-la, conforme descrevia um de seus admiradores no romance, Leonor “parece interessar-se, sobretudo, por autores proibidos...” (HORTA, 2017, p. 60), dentre eles estão Soror Juana Inés de la Cruz, António Correia Garção, Maximiano Torres e Francisco Manuel do Nascimento:

Para lhe dar, levo comigo um livro de poesias de Soror Juana Inés de la Cruz, que recebe sôfrega, encostando nele em seguida o rosto, a tomar-lhe

o cheiro da encadernação de couro, pele curtida e marcando a ouro. Entrego-lhe depois algumas páginas soltas para onde passei versos recentes de alguns poetas portugueses e brasileiros: de António Correia Garção, que ela já conhece, de Nicolau Tolentino, de Anastácio da Cunha, de Domingos Maximiano Torres e de Francisco Manuel do Nascimento. E num impulso tão raro em mim, sem reflectir, peço-lhe que me deixe ler os seus poemas. (HORTA, 2017, p. 62).

Diante disso, em troca, o admirador pedia-lhe poemas de sua autoria. Em uma de suas confissões romanceadas por Maria Teresa Horta, aborda o comentário de Rousseau sobre as capacidades das mulheres e dos homens, enfatizando sobre a indiferença entre ambos, sobretudo, em Portugal, país que limita sua capacidade de observação e o poder de persuasão:

Nunca me esqueci, porém, de que mesmo ele, ao julgar as capacidades da mulher e do homem, usou dois pesos e duas medidas: «*A mulher observa, o homem raciocina*», chegou a afirmar com ênfase e indiferença, chocando-me. Mas tenho de reconhecer que em Portugal jamais sequer se pensou na mulher como alguém com capacidade para observar fosse o que fosse... Minha Pátria amada, a quem sempre tanto quis, mas que limitou, amarguro, deu descaminho `a minha vida. (HORTA, 2010, p. 105. grifo da autora).

Madame du Châtelet (1706-1749), filósofa e física iluminista, na obra Discurso sobre a felicidade, escrita em 1749, afirma que os homens, ao agirem de forma virtuosa, podem alcançar uma tripla recompensa: a “saúde da alma”, o reconhecimento dos seus pares e a possibilidade de alcançar a “estima universal.” (CHÂTELET, 1974, p. 15 *apud* TAMIZARI, p. 27). Para Châtelet, as ações têm como foco principal o futuro, pois há o objetivo de ultrapassar a existência e registrar o nome na História. Nesse sentido, Leonor torna sua busca incessante pelo saber e, consequentemente, a sua marca na historiografia portuguesa é visível e inspiradora.

Sobre a arte e a política, Leonor de Almeida bebeu nas fontes primárias, dentre elas: Pascal, Pope, Fénelon, Rousseau, como os principais precursores/impulsionadores do Iluminismo (Rousseau, Voltaire e Diderot); ou seja, os três filósofos citados, no primeiro capítulo deste estudo, que influenciaram o seu pensamento:

Leonor de Almeida prefere discutir o pensamento filosófico, a arte da política, os avanços da ciência. Partilham Pascal, Pope, Fénelon e até Rousseau. Ajudando-a ele a encenar uma comédia de Voltaire, que fez escândalo entre madres, padres e pensionistas, causou rebuliço entre as noviças e enfureceu a madre superiora. (HORTA, 2017, p. 52).

Essa fúria, de todos os superiores do convento, revela os verdadeiros gostos literários de Leonor, embora fosse obrigada a escondê-los enquanto estava no espaço monástico. A filosofia das Luzes a encantava, pois proporcionava argumentos pertinentes, ou seja, poderia discutir sobre quaisquer temas. Por isso, Maria Teresa Horta ficciona essa postura no romance da seguinte forma:

Tapa os seus verdadeiros gostos literários, a admiração por Rousseau, Diderot, Voltaire e a filosofia das Luzes. Mestra no iludir, joga com os sentimentos e o entendimento; faceira, julga evitar conflitos e torcear confrontos. Nunca deixando claro o não, como quem consente. Mas também sem jamais dizer o sim, e explicando isso com doces argumentos. (HORTA, 2017, p. 52).

Nesse sentido, o “não” fora acatado em sua vida como fonte de inspiração para conquistar o que mais lhe impressionava, o conhecimento, e enquanto estava presa, pois acatava ou não as ordens do pai, bem como de quem tentasse impedi-la de ler os “livros proibidos”:

Faço de conta que aceito as suas ordens – decidi com astúcia –, pois se quando encubro o que leio, o que quero, sinto e penso jamais me desacerto com o meu Pai, o melhor é fingir acatar sem recalcitrar sobre cousa alguma e tomar como certos os seus conselhos em todas as matérias. Deste modo poderei com tranquilidade aprender com Rousseau, Voltaire e Diderot, pois todos eles deixam de me estar interditos, embora a censura os tenha proibido. (HORTA, 2017, p. 76).

Por isso, a personagem protagonista continua afirmando:

“Afinal, eu nem sei porque me admiro, se desde o início sempre te vi fascinada e de bom grado a enredares-te nas perigosas palavras de Rousseau, de Voltaire e Diderot, na teima de seguires-lhes o rasto apesar de eu te haver prevenido contra tão perniciosas leituras.” (HORTA, 2017, p. 573).

As leituras perniciosas de Leonor de Almeida tornam-se ameaças para aqueles que se acham detentores dos limites impostos pelo absolutismo. Conforme podemos ver nesse excerto retirado da rubrica “Ladainha da Prelada”, d’As Luzes de Leonor, através de seus atos é considerada uma pessoa “Perigosa no querer passar além de seus limites.” (HORTA, 2017, p. 117):

É ela, D. Leonor de Almeida, a provocar o assombro com as suas maneiras e modos de despropósito, a prata de brilho das suas ideias; o amargor dos seus princípios. Atitudes e equívocos, caprichos de timbre herético com

versos de precipício. Convoca quem for preciso para ficar do seu lado. Por ambição e por gosto o centro resplandecente ou chama de cera e vela, a labareda do sol onde a frágil borboleta tomba e arde desmaiada.

É ela, D. Leonor de Almeida, quem recia e quem desvenda, quem inventa e imagina, quem desatina e porfia, teima, briga e pleiteia, quem tocando na lonjura revoa no seu voar, e ainda insubordina, tece e espalha o estremecido e envenena o devolvido da ciência, estudo e verso, da tentação o seu canto. Imaginando o equívoco, semeando o sobressalto, encrespando o que é mar alto no coração dos mais fracos.

É ela, D. Leonor de Almeida, arrastando e lendo alto textos de regozijo ou tristeza desatada. Debatendo e defendendo filosofias perversas e salmos de pouco arrimo, renegados, negados pela Igreja e tidos como nefastos, onde o ímpio faz seu ninho. Maliciosa arrogância de quem há muito desdenha desta casa do Senhor, ofende e desarranja na incerteza o cuidado, desliza e desafia na recusa do que é frágil.

É ela, D. Leonor de Almeida, tão depressa vidro e lágrimas, enevoados turvor, ou malícia de candura em arremedos e dor, da maior extravagância no primor do desprimor, onde o lume faz de lâmina; o sal na ferida aberta onde o sangue se incontinência e em seguida nos mostra o brilho do seu desdém. Versejando sem decoro, reclama e declama quando me encontro presente, prelada eu por meu mérito e esmero do Patriarca.

É ela, D. Leonor de Almeida, perfume de lúcia-lima, vestido sem armação, raridade de cultivo, rosa rubra e rosmaninho fiado com fio e cuspo, com a ponta do sossego escondendo a rebelião, uivo de lobo ou gemido, quando parece bordar no centro do próprio crivo: ponto de cruz todo ele com a linha da mentira. Águia em vez de andorinha, voo alto de poiso vão, debruçada no desvão, cisterna do proibido.

É ela, D. Leonor de Almeida, alma nunca aplacada, gémea da tempestade, torvelinho e desacerto, novelo de muita água; imagem de mau exemplo sem nunca querer emendar-se, arrepender-se e salvar-se, redimindo os seus pecados, sanando a alma danada o seu desvão mais cavado no fundo da solidão, onde o negrume é negado, teimosia obscura de ofensa obstinada; de sutura e tentação, de pecado e de deslize. (HORTA, 2017, p. 117-118, grifo da autora).

Sobre o campo metafísico, uma das perguntas que se faz: O que/quem é Deus? Vemos que Leonor, em Chelas, também é questionada e criticada por não obedecer às regras internas: “insubordina, tece e espalha o estremecido e envenena o devolvido da ciência.” (HORTA, 2017, p. 117). Nesse sentido, Diderot aborda não somente questões sobre ciência, mas também sobre religião, e sobre esse assunto o filósofo argumenta:

O que é Deus? – Pergunta que se faz às crianças, e à qual os filósofos têm grande dificuldade em responder. Sabe-se com que idade uma criança deve aprender a ler, a cantar, a dançar, o latim, a geometria. Só em matéria de religião não se consulta o seu alcance: assim que tem entendimento logo lhe perguntam: “O que é Deus?” É no mesmo instante, é da mesma boca que a criança aprende que há espíritos maliciosos, fantasmas, lobisomens e um Deus. Inculcam-lhe uma das mais importantes verdades de uma maneira capaz de a desacreditar um dia perante o tribunal da sua razão. Com efeito, que haverá de surpreendente se, descobrindo aos vinte anos de idade a existência de Deus confundida na sua cabeça com uma massa de preconceitos ridículos, acaba por a não reconhecer e a tratar como os

nossos juizes tratam um homem de bem que por acidente se acha no meio de um bando de malandros. (DIDEROT, 2013, p. 24).

Se considerarmos o lexema “homem”, tal qual é na Bíblia, vemos que a mulher também é encaminhada ao tribunal da razão, constantemente. Leonor, por sua vez, era tida como uma perversa e não aceitava as injustiças. Um modo de defesa era através de argumentos pertinentes, provindo de quando se debruçava às leituras, incansavelmente – uma delas, Joias Indiscretas (1748).

A outra obra proibida de Diderot criticava o rei Luís XV e sua amante Magda de Pompadour. “O enredo da novela se dá em torno de um rei entediado que recebe um anel mágico, que quando dirigido a uma mulher, tem o poder de fazer sua vagina contar seus segredos.” (DIDEROT *apud* TAMIZARI, 2018, p. 60).

Nesse sentido, o homem expõe suas necessidades. Consequentemente, segundo os fundamentos cristãos, a função da mulher era estabelecer a linhagem e educar os filhos. Essas representações da mulher e sobre a mulher, ao longo do tempo, têm deixado pistas sobre a luta para manter-se em um espaço social, que se entende por conjunto de traços e pistas de índoles patriarcais.

Michel Pêcheux (1988) torna evidente que o pode ser aproximado daquilo que se chamou de ideologia ou universo de representações e de crenças, e nesse ambiente a memória é utilizada como estatuto social para uma condição de seu funcionamento entre a sociedade. Portanto, essa condição é considerada “[...] um conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina.” (PÊCHEUX, 1988, p. 254).

Sobre esse assunto, a partir da afirmação de Camilo Castelo sobre o papel da mulher na sociedade, Vanda Anastácio, em seu artigo “Mulheres varonis e interesses domésticos. Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX”, afirma que

no discurso manifesto de todas as instâncias invocadas, se encontram os mesmos *topoi* (incapacidade, inferioridade, fragilidade) bem como as mesmas propostas de confinamento ao espaço doméstico, às tarefas conjugais e à maternidade, dependência do pai ou do marido. (ANASTÁCIO, 2005, p. 1).

A pesquisadora destaca que quando Camilo Castelo Branco publicou a sua opinião acerca das mulheres no século XIX havia um pensamento misógino muito forte, então, a reflexão de Camilo sobre a inferioridade das mulheres deve ser questionada pelo fato de elas não terem acesso à educação, refutando o fato de as mulheres se conformarem com os seus papéis de esposa e mãe:

Sabendo que a generalidade das mulheres não tinha acesso à educação, parece aceitável que, as que tinham, estivessem de tal modo limitadas que se conformassem com os seus papéis de esposas e mães. Mas é verdade que a literatura produzida entre a segunda metade do século XVIII e anos 30 do século XIX, tropeçamos continuamente factos que parecem desmentir esta ideia. (ANASTÁCIO, 2005, p. 4).

Embora haja muita misoginia e preconceito, a pesquisadora afirma ainda que muitas mulheres casadas abriam as portas de suas casas para o convívio literário, sobretudo com a colaboração de seus esposos. Essas assembleias noturnas aconteciam no meio da alta burguesia.

2 O ROMANCE HISTÓRICO DE MARIA TERESA HORTA

Atualmente, Maria Teresa Horta tem 85 anos e é consolidada como uma das maiores representantes da Literatura portuguesa contemporânea. Com mais de 30 obras publicadas, dentre as quais, destacamos: *Espelho Inicial* (1960); *Ambas as mãos sobre o corpo* (1970), seu primeiro romance; e *Minha senhora de Mim* (1971), Ainda temos *A dama e o unicórnio* (2013); *A paixão segundo Constança H.* (2018); entre outros livros. Concentramos nossa pesquisa no romance *As luzes de Leonor: A marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos e poetas*, que teve sua primeira versão publicada em 2011¹¹, cujo gênero, segundo a autora, é apenas “Romance”.

Iniciamos esse capítulo com a polêmica entrevista da autora sobre o gênero que categoriza a obra estudada. Fizemos, também, um breve estudo sobre o romance histórico e seus precursores através de Alexandre Herculano e Almeida

¹¹ Para desenvolver este estudo, utilizamos a versão publicada em 2017.

Garret. Ademais, apresentamos a importância do romance de Maria Teresa Horta no contexto português, principalmente, referente às mulheres da época, e os fatores que motivaram Leonor de Almeida na busca por divulgar sua arte.

Faremos uma revisão da bibliografia crítica, a partir das pesquisadoras como Teresa Almeida (2014) e Maria Luísa Malato (2017), cujo objetivo de estabelecer a relação da Marquesa de Alorna com Teresa Horta parece interessante, para enfim, apresentar o estudo sobre a natureza do romance historiográfico e os principais motivos de sua focalização na figura da Marquesa de Alorna.

2.1 O ROMANCE HISTÓRICO

A visão de mundo que fundamenta a forma romance é a de um universo organizado em torno de um sistema de valores coesos e unificados por um pensamento ordenador.

(Nelly Coelho Novaes, 2005, p. 56)

Em entrevista ao programa português **Ler mais Ler Melhor**, no dia do lançamento d'As luzes de Leonor, no palácio Fronteira, Maria Teresa Horta utiliza o pronome possessivo “minha”, para se referir à Leonor. Através desse lexema, entendemos a caracterização/reinvenção da protagonista, das demais personagens e da arte de escrever, sem extrapolar os limites, tanto da realidade quanto da ficção. Vejamos o trecho dessa entrevista:

Minha Leonor, porque tomei posse dela, ao longo de treze anos, porque é a minha avó, e eu fui atrás das minhas raízes, e é a minha Leonor, porque ela me consentiu que eu fosse. A princípio eu sonhava com ela, e nem via a cara, e quando ela passou a ser a minha Leonor foi quando ela me apareceu com o rosto e aquilo que eu tinha criado, muito provavelmente, a partir do real. Aliás, isto é um romance, não é uma biografia e eu parti voando para uma mulher que voa toda vida. Reinventei-a, portanto seguindo sempre, como é óbvio, seguindo com determinados limites. Tentando sempre não ultrapassar com a minha arte de contar. Muitas das coisas que aqui estão, claro é a partir da personalidade dela que nos chega através da poesia e através de cartas e diários e tudo mais que ela deixou. Uma obra imensa e não publicada, e publicada, que as filhas publicaram as poesias dela. É... e eu fui atrás de tudo isto e das asas dela, para conseguir acrescentar as minhas de poetisa e as dela de poetisa também para nos encontrarmos as duas e nos difundirmos bastante, por isso ela é a minha Leonor. E eu fiz um livro daquilo que ela foi desmesurando-a e acho que consegui captar dela a sua essência, na realidade de asas, de fogo, de incêndio interior, para tornar aquilo que eu sei que ela foi e o que ela seria hoje e, por isso há, muitas das vezes, as pessoas diziam: – mas será que ela fazia isso, naquela época? Fazia, porque ela era a Leonor. E eu, de vez em quando, torno isso incisivo, para as pessoas entenderem que ela merece..., portanto, eu trago-a até a mim, digamos, que há um

funcionamento meu, nela, e as duas poetisas. A Leonor que nós temos a ler, a ver, crescer, incendiar-se, correr, voar, pode ser uma mulher do século XXI, são, claramente, ficção, mas também há pedaços em itálico, são cartas dela escritas ao pai e às amigas dela, porque este romance é de Leonor, mas também de muitas mulheres, outras que atravessam o livro, e é um arquivo grande. É um imenso prazer de as trazer à poeira dos tempos, onde elas estavam submersas e há outras que eu inventei, obviamente, mas tudo o que se passa com a Leonor sempre são tanto oscilantes, por exemplo, eu não digo que ela não esteve em países em que ela não esteve. Eu não digo, por exemplo, que ela teve cinco filhos, porque ela teve oito, e eu não digo que ela nasceu numa data errada, todas aquelas datas são verdade, eu contei pelos dedos, os nove meses dos filhos que ela teve e fiz os oito partos que ela teve. Portanto, tudo isto é real, por isso, eu digo que o meu livro é uma grande tapeçaria, que eu teci com a realidade e com o imaginário, com a ficção, portanto há uma tessitura, durante todo tempo, entre a poesia, a realidade e a ficção. (grifo nosso).¹²

Maria Teresa Horta (re)cria uma personagem a partir de um contexto histórico. De fato, o foco está na personagem de Leonor de Almeida e sua trajetória de vida, e dos percalços que enfrenta. Não somente a personagem, o enredo, o foco, mas também a estrutura do romance envolve o leitor, devido a uma detalhada elaboração das imagens e dos discursos entre as personagens: “[...] a ficção é um suplemento do documento histórico, mas não a sua negação. A obra foi concebida com rigor e atenção a cada detalhe.” (ALMEIDA, 2014, p. 211).

Nesse sentido, Maria Luísa Malato reitera a afirmação de Maria Teresa Horta, justificando a inserção dos personagens históricos, bem com a caracterização e fidelidade ao narrar os acontecimentos. Consequentemente, torna-se um dos fatores que determinam uma ação do gênero romance histórico, embora haja exceções, no sentido filosófico: a proximidade, ampliando ao plano histórico, e o importante resgate da memória:

Convém, como já frisou Maria Teresa Horta em diversas entrevistas, sublinhar que *As Luzes de Leonor*. (HORTA, 2011) não querem ser mais um “romance histórico”. É certo que figuras como Leonor de Almeida, Marquês de Pombal, Filinto ou Bocage “representam aquilo que reproduzem”, para retomarmos a formulação de Roman Ingarden (1976, p. 266). Mas há, naqueles pormenores excessivos e potencialmente “inúteis” da obra de Maria Teresa Horta (2011), uma estratégia simpática, no sentido filosófico que a palavra “Simpatia” tem no pensamento setecentista: uma energia de proximidade com o outro que é também de complementaridade. (MALATO, 2016, p. 65).

Nota-se que, tanto por meio das descrições das personagens quanto no detalhamento das vestimentas, dos espaços das personagens, a autora nos entrega

¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KklIGtPCv4o>, acesso em 25 de maio de 2022.

um romance bem elaborado, utilizando um universo semântico e uso da palavra para apresentar os valores femininos, mas também denuncia uma época que reprimia as mulheres quando fala sobre sexualidade, o sufocamento do sentimento, tal qual vemos na personagem Maria Rita. Essa característica de composição textual nos faz identificar a ascensão das mulheres pelo poder da fala e da escrita, pois é possível verificar também no romance essa fala, essa escrita da mulher como instrumento de poder, principalmente, o poder de decisão/escolha – decidir o destino –, como vemos na personagem de Leonor.

Segundo a autora de *As luzes de Leonor* (2017), “é apenas um romance sobre a história de Leonor de Almeida”, quarta marquesa de Alorna, neta dos marqueses de Távora (avó em quinto grau de Maria Teresa Horta). Leonor foi uma mulher que se destacou na história literária e política de Portugal, no período denominado como o século das Luzes.

As luzes surgiram contrapondo a ideia sobre identificação da fala da mulher como artifícios da mania, da esquisitice, a identificação exclusiva da mulher com a maternidade, além do devaneio ser visto como uma marca natural. Lembremos que a mulher era vista como ser formado para a ignorância, ou seja, incapacitada de assumir cargos de responsabilidade e funções que exigem colocar em prática o que se planeja.

De acordo com a pesquisadora Showalter (1994), pautando-se na questão da diferença que defende haver na escrita das mulheres – a qualidade literária –, há quatro modelos teóricos: biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. Cada um desses consiste em “um esforço para definir e diferenciar as qualidades da mulher escritora e do texto da mulher; cada modelo representa também uma escola de crítica feminista ginocêntrica [...]” (SHOWALTER, *apud* LIMA, 2022, p. 19). Segundo a autora,

Uma teoria baseada em um modelo da cultura da mulher pode proporcionar [...] uma maneira de falar sobre a especificidade e a diferença dos escritos femininos mais completa e satisfatória que as teorias baseadas na biologia, na linguística ou na psicanálise. [...] uma teoria da cultura incorpora ideias a respeito do corpo, da linguagem e da psique da mulher, mas as interpreta em relação aos contextos sociais nos quais elas ocorrem [...]. Uma teoria cultural reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, raça, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto gênero. (SHOWALTER *apud* LIMA, 2022, p. 19).

Diante dessa afirmação da pesquisadora, veremos como a tessitura elaborada por Maria Teresa Horta, sobre a marquesa de Alorna, flutua entre as noções de história, ficção e realidade. Antes, porém, faremos um breve contexto sobre o gênero romance, estudando Nelly Coelho, que afirma que “a época de ouro do romance começa com a consolidação da sociedade romântica, fundada no pensamento burguês, cristão, liberal, cartesiano, etc.” (COELHO, 2000, p. 73).

De acordo com as noções históricas, citamos José Saramago, em *Viagem a ilha desconhecida*, para demonstrar o que se chegou até nós: “Passados 5 séculos, em Portugal, o mar acaba e a terra principia.” (SARAMAGO, 1995, p. 11), e não há mais ilhas a serem descobertas, nem caminhos a serem desvendados.

Assim, o passado que chegou até nós foi através dos textos que exaltaram as glórias de Portugal e construíram, conforme a hipótese levantada por Eduardo Lourenço (1999), “[...] a consciência nacional (nos que podiam ter) que a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança de ter sido.” (LOURENÇO, 1999, p. 31). Percebemos, através dessa hipótese, que, historicamente, Portugal, um país de tantas glórias e descobertas, manteve-se estagnado educacional, cultural e politicamente, embora pudesse ter sido e permanecido como uma das maiores potências mundiais.

No romance em análise, Maria Teresa Horta expõe sua crítica a Portugal, através da personagem William Beckford que, após uma apresentação de Leonor de Almeida, na casa de Henriqueta e duque de Lafões, contradiz as falácias direcionadas à personagem Leonor de Almeida, por seu posicionamento culto e coerente diante do que lhe é proposto a fazer: “Por seu lado, Beckford acha-a diferente de todas as portuguesas que conhece: tão culta quanto ousada, tão firme quanto vulnerável, com um talento poético inesperado numa mulher em terra lusa.” (HORTA, 2017, p. 854).

De acordo com Fátima Marinho (1999), “houve um refinamento das reflexões em torno da narrativa. Obviamente idealizam os movimentos [...] o passado só nos pode chegar textualizado [...] a narrativa sempre será um simulacro do passado.” (MARINHO, 1999, p. 38). Maria Teresa Horta expõe em “Memória” esse movimento:

Tão diferente eu hoje da mulher ardente que nos primeiros anos do século XIX se precipitava, entregando-se a acontecimentos e a causas, cheia de incendiadas e inabaláveis certezas; temendo, talvez, mas nunca recuando frente aos limites e obstáculos, aos reveses da vida. (HORTA, 2017, p. 884).

Nesse sentido, vemos que o texto de Saramago se constrói na contramão, pois, segundo ele, “o compromisso do escritor não é com a verdade histórica, canonizada, distante do autor.” (SARAMAGO, 1995, p. 32). Portanto, o olhar do escritor não é com a “verdade histórica”, canonizada, distante do autor. O olhar crítico de Saramago repõe em uma outra “verdade”, que se lança para o futuro. Ou seja, “não há mais em jogo o destino da nação, agora é tempo de cada um de nós sonhar e construir seu próprio destino.” (SARAMAGO, 1995, p. 32).

Esse destino, segundo Leonardo Pereira (2020), em estudos sobre os textos a História da humanidade, afirma que não é o tempo das narrativas, mas a partir da poesia que o homem vivia e respeitava a ordem natural:

Na sua interpretação da História da humanidade, Victor Hugo caracterizou os tempos primitivos como sendo o per sinônimo período de nascimento da poesia, que é vista como sinônimo de adoração divina. O homem vive uma época marcada pelo sentimento de comunidade e de intensa integração com a natureza, numa existência tranquila respeitadora da ordem natural do mundo. Praticamente uma “idade de ouro” da humanidade. (PEREIRA, 2020, p. 13).

A interpretação que Leonardo nos traz aproxima-se da ideia de Rousseau em relação à ordem natural. Esse movimento foi destacado pela pesquisadora Sirlene Cristófano, em seu artigo “Reflexões d’alma em busca do amor ideal”¹³, ao analisar A primavera, de Francisco Rodrigues Lobo, afirmando que, a partir dos séculos XVI e meados do XVII, houve uma reorganização da novela pastoril, visto que em sua obra Francisco Lobo individualiza o Maneirismo¹⁴:

O final do século XVI e o início do século XVII- tempo em que Francisco Rodrigues Lopo produz sua obra literária – correspondem ao período considerado maneirista da nossa literatura. Porém a criação de uma obra em um determinado espaço cronológico não é norma para lhe referenciar uma indicação histórico-literário, porque a ideia do período literário é caracterizado por um olhar específico, concretizado em normas e valores, levando-se também em conta, a retórica e recursos estilístico. (CRISTÓFANO, 2013, p. 160).

¹³ In **Travessias pela literatura portuguesa**: estudos críticos de Saramago a Vieira/Aldinida Medeiros. (Organizadora). Campina Grande. EDUEP, 2013. 240p.

¹⁴ Segundo a pesquisadora não foi encontrado, na obra, “vestígios de religiosidade que atravessa a cultura portuguesa, o Maneirismo foram adaptados a uma ideologia cristão”, a partir de 1607. (CRISTÓFANO, 2013, p. 160).

Desse modo, a pesquisadora conclui que há o banimento da protagonista, pois há uma busca pelo verdadeiro amor ou

verdadeira ideia de amor ideal que, segundo o neoplatonismo amoroso é a contemplação da amada enquanto emanção da suma beleza. Assim, o amor satisfaz-se de si mesmo e a possibilidade de relegar a paixão o grande pecado contra o amor. (CRISTÓFANO, 2013, p. 173).

Cabe ressaltar que, ao final séculos XVII, ocorreu uma intensa transformação social, cultural, política, econômica e mental na Europa. O surgimento do Iluminismo, movimento fundamentado na ideia de razão universal, defendia que todos os indivíduos estavam aptos a agirem de acordo com sua própria vontade, a ter acesso ao saber e ao conhecimento, provocando, portanto, intensas revoluções e guerras.

Diante disso, em sua obra *O romance histórico*, Lukács (2011) traça um panorama cronológico da configuração conceitual do gênero, sob uma concepção marxista, citando romances do entre guerras. O autor preocupa-se em apontar os aspectos literários da história e da ficção como intermediadoras da representação da realidade. Para isso, dividiu o gênero em três fases: iniciando no século XIX, a clássica, com Walter Scott; em meados dos oitocentos, a decadente; e finaliza com a reabilitação da ficção. Para o escritor francês Victor Hugo,

A humanidade passou por três grandes etapas históricas, três momentos distintos que formavam suas instituições e representações culturais. Essas etapas históricas vivenciadas pelo homem foram chamadas de “ideais do mundo”, compreendendo os “tempos primitivos”, os “tempos antigos” e os “tempos modernos.” (HUGO *apud* PEREIRA, 2020, p. 13).

Nesse sentido, Aldinida Medeiros (2014), em seu artigo “Caminhos do romance histórico contemporâneo português: percorrendo veredas”, faz um esboço da cartografia do romance, e “caracteriza-o como Gênero híbrido entre a ficção e a História”. Para ela, “o romance histórico alcança atualmente, principalmente a partir da metade do século XX, o que podemos chamar de um grande momento de explosão editorial.” (MEDEIROS, 2014, p. 201-202). A autora ainda afirma que:

Mas de lá até os dias atuais, muitos têm-se debruçado sobre o tema para confluírem desses estudos afirmações no sentido de que as ficções históricas reconstroem versões sobre fatos e figuras históricas, discutem o passado, se opõem ao poder. Portanto, a visão que se tem agora da História resulta num “novo fazer” do romance histórico e advém de um conjunto de aspectos que ganha ênfase com os teóricos do pós-modernismo. No domínio da metaficção historiográfica, o questionamento, a leitura crítica dos registros ou a ironia aos fatos assentados são a tônica

para a elaboração de um mundo em parte real e em parte ficcional: o romance. (MEDEIROS, 2014, p. 203).

Por seu turno, ao conceituar o gênero romance, Carlos Reis (2003), em *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos estudos literários*, ressalta que

O romance foi o gênero por excelência daqueles períodos literários: o Realismo, o Naturalismo e o Neo-Realismo – em que se tratava de dar a conhecer (é isso que etimologicamente significa narrar e narrador vem de *gnarus*, "sabedor") situações e conflitos sociais, por vezes até sob o signo de movimentos ideológicos de índole para científica (p. ex: o positivismo ou o materialismo histórico); [...] e é ainda por isso que a narrativa literária (particularmente o romance) constitui o campo privilegiado de recolha de materiais humanos e sociais a que sociólogos e historiadores da Cultura reconhecem um certo valor documental. (REIS, 2003, p. 349).

A partir da recolha desse material e o seu reconhecimento de valor documental, a pesquisadora Priscila Ferreira, em seu artigo *O romance histórico na Literatura Portuguesa*, afirma que “as certezas de que a Literatura não servia como fonte de conhecimento começou a ser questionadas, por misturar fatos imaginários com fatos reais.” (FERREIRA, 2009, p. 3). De acordo com essa abordagem, vale-nos resgatar as considerações do pesquisador Leonardo Athayde (2022)¹⁵, que parte do princípio de que o romance é um instrumento de ensino, e destaca quatro importantes motivos de utilizar o romance para fazer esse resgate:

- I- o romance é possível verificar as constantes mudanças determinadas pela crítica literária, seja de um escritor que esteja ou não inserindo no cânone literário;
- II- fazer um mapeamento histórico dos gostos literários e mentalidade de uma época;
- III- ter uma visão aprofundada de uma determinada escola ou tendência literária; e, por fim, mas não menos importante;
- IV- a construção de uma imagem ou interpretação histórica de uma época ou personalidade histórica¹⁶.

Nesse sentido, o romance horteano nos revela valores documentais por nos informar, principalmente, os padrões éticos, e como esses padrões influenciavam nas vivências das pessoas:

¹⁵ Ministrante do curso intitulado *O romance histórico como instrumento de ensino aprendizagem*, ofertado pela UNESP. Participamos do mesmo de maneira online.

¹⁶ Conferir através do link:

<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AKg5VBwMVllvbpo&cid=E7A6D81C9AFA769B&id=E7A6D81C9AFA769B%21794&parId=E7A6D81C9AFA769B%21131&o=OneUp>. Aula do dia 04/08/2022.

A 7 de Abril de 1781, os juízes acordam, no que diz respeito ao atentado contra o Rei D. José, terem sido culpados apenas o duque de Aveiro e seus cúmplices. Todos os outros que foram torturados e em seguida executados com grande crueldade no cadafalso em Belém, numa manhã de tempestade, estavam inocentes. (HORTA, 2017, p. 366).

Por esse motivo, a família Távora foi presa, incluindo filhos, netos e criadagem. Após a confissão final do duque de Aveiro, foi solicitado que a família Távora fosse libertada. Contudo, Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro do monarca, ordenou que os amigos e os serviçais da família fossem presos, torturados e queimados em praça pública.

O romance refere acontecimentos importantes relacionados à história do país, como o “Tratado de Paz e de Amizade entre as Coroas de Portugal e de Espanha que é assinado em Badajoz pelos plenipotenciários do Príncipe Regente e de sua Majestade Católica no dia 6 de Junho de 1801.” (HORTA, 2017, p. 803).

Outro importante evento histórico aludido no romance foi o Terremoto de Lisboa, de 1755. A partir dessa catástrofe, Maria Teresa Horta narra o comportamento de Leonor de Almeida, com apenas 5 anos de idade, como uma das sobreviventes do evento. É justamente nesse trecho que é introduzida, segundo Teresa de Almeida (2017), uma homenagem de Teresa Horta à personagem criada por Helia Correia:

[...] introduzindo-a em sua obra, **Lillias Fraser** conta a história uma menina que escapou a um massacre na Escócia por saber adivinhar o futuro. Vem para Lisboa, foge do terramoto, graças às suas qualidades de vidente, vai ficando em Portugal, aprisionada, por um dom que enche de tristeza os seus dias por ser capaz de ver a morte dos outros. Face à personagem luminosa de Leonor de Almeida, a heroína do romance de Helia Correia representa o lado mais sombrio do século XVIII, com as suas guerras, as suas perseguições, os seus massacres. Uma é o reverso da outra: enquanto Lillias Fraser resiste recusando-se por vezes a falar, Leonor ousa, desafia e ataca, mesmo nas circunstâncias mais duras da vida. (ALMEIDA, 2017, p. 213, grifo da autora).

Corroborando com essa ideia, Jaqueline Lima (2022), ao comparar essas duas narrativas, afirma que

O romance **Lillias Fraser** (2001), de Helia Correia, é um exemplo dessas narrativas experimentais. Considerado pelo pesquisador português como um dos mais importantes romances históricos de fundo maravilhoso e assombroso. O enredo dessa narrativa gira em torno da história de uma menina escocesa que sobreviveu ao massacre de Culloden, e que possuiu o dom peculiar de ter visões, frequentemente previa a morte das pessoas. É

interessante destacarmos que n'As Luzes de Leonor (2012) há uma intertextualidade com essa obra. Essa personagem aparece em alguns momentos da narrativa, como no primeiro capítulo, em uma determinada cena em que Leonor, ainda menina, a encontra em uma das idas ao Convento das Inglesinhas com Dona Brites. Na ocasião Lillias prevê a desgraça que marcaria o futuro da neta dos Távoras. (LIMA, 2022, p. 55, grifo da autora).

Numa análise comparativa dos dois textos, Miguel Real (2012) afirma que os aspectos encontrados no romance *Lillias Fraser*, de Helia Correia, centram-se em uma “atenção ao real e o concreto – a sobrenaturalidade e o fantástico da ideia que comanda a narrativa. Os registros narrativos são marcados por uma espécie de idolatria da frase”. Nesse sentido, a autora “transforma as palavras em símbolos eternos da realidade humana ao estabelecer uma analogia romântica e mística entre a realidade humana e a realidade natural.” (REAL, 2012, p. 134).

Desse modo, a caracterização do Terramoto por Helia é operada através de um realismo mítico-lírico. Essas qualidades simbólico-mágicas são atribuídas ao envolvimento social das personagens.

Quanto ao campo lexical e ao espaço geográfico, Miguel afirma que *Lillias Fraser*:

estatui-se, como definitiva carta de alforria literária, pois Helia Correia teve a capacidade de narrar uma história complexa, articulando cinco espaços geográficos diferentes (Culloden, Edimburgo, Lisboa, Mafra e Almeida), cruzando dois tempos históricos e harmonizando mais de uma dezena de personagens, elementos unificados pela narração da vida de **Lillias**. (REAL, 2012, p. 136).

Outro fator importante datado em 1780 foi quando a rainha D. Maria I nomeou Pina Manique como Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino, mantendo-se na função até 1805. Na primeira década dos anos Oitocentos, sob o domínio político-militar inglês, a Intendência não deu sinais de vitalidade, tendo sido reforçado o papel da Guarda-Geral de Polícia (criada em 1801).¹⁷

A Constituição de 1822 veio conferir ao poder executivo competência para “(...) prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição” (artigo 122º), determinando ainda a existência de “uma força militar permanente, nacional”, para manter a “segurança interna e externa do reyno”

¹⁷Disponível em: [http:// www.sirp.pt](http://www.sirp.pt). Acesso em 22 de abril, 2022.

(artigo 171º). Em cada província, eram criados corpos de milícias (artigo 173º) e previa-se ainda a formação de uma Guarda Nacional (artigo 174º).

Conforme Leonor escreveu no CADERNO, em Lisboa, a 8 de Julho de 1788:

Tanto ele quanto eu temos a certeza de que a nossa correspondência continua a ser aberta e lida. Além do mais, “os moscas” de Pina Manique rondam-me a casa, e o próprio intendente, quando me encontra na Corte, não desprende de mim o seu olhar de folha de aço.” (HORTA, 2017, p. 599).

É fato relevante informar que Pina Manique, no romance de ficção, torna-se espião e perseguidor de Leonor.

Outro fator histórico ficcionado por Teresa Horta diz respeito a seu contato com outras mulheres eruditas. Segundo Teresa de Sousa, a escritora soube “aproveitar o desconhecimento dos biógrafos e biógrafas sobre a sua estada em França, durante seis anos¹⁸, para a pôr em contato com as mulheres de seu tempo.” (ALMEIDA, 2017, p. 215).

Nesse período, Leonor de Almeida encontra-se com Maria Antonieta, com Germaine de Stäel, Sophie de Condorcet, Madame Roland e também com Olympe de Gouges, a grande defensora dos direitos das mulheres, que os revolucionários condenaram à morte. Portanto, a vivência europeia de Leonor é acompanhada, no romance, com homenagens “às mulheres que, nos salões ou nas ruas, lutaram pela condição feminina.” (ALMEIDA, 2014, p. 215). Assim, Leonor de Almeida é tida como uma das representantes em favor do espaço da mulher em ambientes dantes frequentados apenas por homens.

A autora, através de suas pesquisas, resgata e reescreve a história mantendo uma liberdade discursiva sobre o que ocorreu e o que desejaria ter acontecido realmente: “Queria apagar da memória portuguesa a política exercida como crueldade, as perseguições implacáveis, os crimes contra a Igreja, a perfídia e as intrigas, a injustiça, as prisões sem julgamento e a insídia, o derramamento de sangue.” (HORTA, 2017, p. 152).

Sobre essa perspectiva adotada por Maria Teresa Horta, através da escrita do romance contemporâneo, significa dizer “não apenas a possibilidade de uma concepção mais aprofundada do passado histórico, como também a ampliação do campo da figuração de nossa pré-história concreta.” (LUKÁCS, 2011, p. 467). Nesse

¹⁸Conferir também Vanda Anastácio. Introdução a Marquesa de Alorna, Sonetos, organização de Vanda Anastácio, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007, p. 38.

sentido, ao aprofundar no passado das personagens, Horta amplia o campo da figuração, como podemos verificar no contexto de Paris, quando estava em ruínas, bem como os sentimentos das personagens, sobretudo Maria e Leonor:

Quando chegam à casa da Boa Morte, porém, relutam em abandonar o abrigo da carruagem, atordoadas e pálidas, como se temessem ir ao encontro de uma existência sem grades, nem cercas, nem portões intransponíveis. E Leonor dá-se conta que tem de aprender a lidar com o seu novo destino; só isso a fará perder aquela sensação de medo, provocada por todo o imenso espaço de liberdade que numa reviravolta súbita a vida lhe propõe. (HORTA, 2017, p. 171).

Segundo Maria Teresa Horta, dois séculos separam obra e personagem histórica reinventadas, não como processo biográfico, muito menos historiográfico, mas escreve-se sobre Leonor “apenas para entendimento”, conforme no Epílogo da obra:

Leonor.
E ao pretender conhecer-te, em tudo te descubro e reinvento.
Tão depressa mulher como poetisa ou política e sábia e sonhadora, mas sempre personagem, porque eu não faço a tua biografia: tento recriar-te minha avó, inventando-te do grão de luz ao bago da romã.
Tão perto, apesar dos dois séculos que nos separam.
(HORTA, 2017, p. 1054).

Para Michel Foucault, o autor “é um constructo social” (2001, p. 263). Nesse sentido, na constituição da literatura e das fatalidades históricas, a autora expõe no romance as mudanças sociais, rupturas e continuidades.

Maria Teresa Horta faz uma divisão de capítulos que contempla diferentes momentos e diferentes sociedades, desde o século XVIII – quando a Revolução Francesa e o Iluminismo desempenham papel central – até o início do século XIX, deixando mais difícil separar, no romance, “o que é do domínio da História e o que é do domínio da ficção.” (MALATO, 2017, 114). Sobre a ficcionalidade, Rodrigues afirma que

A ficcionalidade monta-se, primordialmente, nesta obra, a partir de duas ondas contrárias, o segmento “Raízes”. Tendo como figura principal Leonor de Távora, cuja morte e seus momentos prévios são inventiva e habilmente descritos pela romancista, atando-se e desatando-se o nó da relação adúltera entre Teresa de Távora e D. José, e aquilo a que poderíamos chamar o turbilhão do enredo, a que pertence o capítulo “Memórias”, tão suave como tempestuoso. O resultado deste percurso - em que é perceptível uma descontinuidade sintática com uso livre do parágrafo e singular disposição gráfica do texto - exige uma coordenação precisa entre

um movimento centrífugo e centrípeto que dá uma insólita unidade ao livro. É como se, ao caminhar para fora, o romance se encaminhasse para dentro, sendo que as vozes (ou textos) usam, do ponto de vista musical, a técnica do tema e variações. (RODRIGUES, 2012, p. 55).

Leonor de Almeida acompanhou a Revolução Francesa e acabou por conviver com Maria Antonieta, Mozart, Bocage, todas essas grandes figuras que se tornaram personagens de Horta, como maneira de demonstrar o contato da Marquesa com figuras tão importantes quanto ela. Sobre a tensão história e a transição, Miguel Real (2012) ressalta que a publicação de *O Profeta do Castigo Divino*, de Pedro Almeida Vieira, constitui-se como o romance português que melhor descreve a tensão social entre estes dois Portugais, finalizando com o auto de fé em que o Pe. Malagrida é queimado, em 1761, anunciando a vitória (provisória) do Portugal iluminista. Para ele, “um excelente romance histórico.” (REAL, 2012, p. 210), porém, “lamenta-se, apenas a diminuta descrição do terramoto.” (REAL, 2012, p. 211).

N’As Luzes de Leonor, Teresa Almeida (2014) declara “de fato, dizer que se trata de uma ficção sobre a Marquesa de Alorna é pouco, sobretudo num país em que, com algumas exceções, se utiliza o romance histórico sem grandes preocupações de exatidão.” (ALMEIDA, 2014, p. 74). Sobre este assunto, Vanda Anastácio comenta no prefácio da obra: “é num lugar condicionado de fatos, por datas, por documentos, nesse território mágico em que a ficção e a história mutuamente se seduzem sem nunca se renderem à outra”.¹⁹ Atentemo-nos como reage a personagem Leonor em relação à invasão francesa a Portugal, o que nos ajuda a entender a complexidade apontada por Almeida e Anastácio:

Quando recordo os primeiros anos do século dezanove, tenho de admitir que admiro e até me comovo com o próprio entusiasmo, entre a paixão desmedida, que preferia não recordar, e o empenho em salvar Portugal das invasões francesas que, estava ciente disso, mais tarde ou mais cedo iriam acontecer. Sonhava então com uma nova Europa fortalecida, capaz de derrotar Napoleão. Época da minha vida marcada pelo excesso, pela utopia e pelo sonho, enquanto me ia soltando do passado de que fora refém, num apertado nó cego. (HORTA, 2017, p. 832).

Sobre o romance histórico, ao ato que atribui aos critérios históricos e sociológicos, sobretudo pessoal, a crítica de Miguel Real gira em torno das descrições e dos excessos de explicações que deixam o “leitor cansado”. Os

¹⁹ Vanda Anastácio, “Palavras de apresentação”. In HORTA, 2017, p. 9.

excessos da narração que se misturam com a necessidade de perfeição do personagem, enaltecem a história e o protagonista, e o contraste entre as tradições literárias. Afirma, portanto, que

O favor atribuído pelo autor à história e à sociologia como fundamentos extraliterários do conteúdo do romance força-o a excessos explicativos, por vezes pesados ou cansativos do ponto de vista narrativo, como, por exemplo, a necessidade de narrar a totalidade da vida de cada personagem na sua primeira aparição no texto, ou, também como exemplo, a narração da história das monjas do Convento do Lourçal quando padre Malagrida a este se desloca para ouvir a revelação da profecia sobre o Terramoto de 1755 pela Santa do Lourçal. São excessos narrativos motivados pelo defeito de perfeição que Pedro Almeida Vieira parece constitutivamente possuir: o sentimento da necessidade, face à abundância de divina da sua vida que não hesita em usar estratégias ardilosos (como o das bolas de cera no mar) para exaltação de uma maior santidade pessoal e divina. Acresce um lado milagreiro, que espanta o próprio Diabo (como a aparição súbita e misteriosa de Malagrida na sessão da Academia Real de História, deslocando-se em menos de duas horas entre Setúbal e Lisboa) e uma beatice supersticiosa, que atrai o mulherio crédulo de Lisboa e de São Luís do Maranhão. Padre Malagrida é assim figurado, na visão ficcional de Pedro Almeida Vieira, como máximo exemplo de mentalidade evangélica dominante no Portugal de D. João V, em absoluto contraste com a nova mentalidade moderna e europeia elevada a figura de Estado por D. José I (excessivamente caricaturizado no romance, seguindo a tradição positivista oitocentista que identificava D. José com um rei tolo) e o Marquês de Pombal, este denominado por Malagrida de Diabolos. (REAL, 2012, p. 212).

Maria Teresa Horta faz de maneira magistral essa relação entre a história e a protagonista do romance histórico de que fala Real, ao descrever no seu romance diversas situações nas quais o detalhamento e informações ajudam o leitor a se envolver na narrativa, mesmo sendo uma obra densa e de mais de mil páginas. Diz a narradora que a “aflição e a confusão continuam imensas, numa amálgama de destroços, lama e corpos a boiar nas águas barrentas e grossas.” (HORTA, 2017, p. 541). Essas informações tornam-se mais nítidas ao lermos nomes de lugares, países, datas, o regime (absolutista) da época, os motivos das ameaças de guerras, articulações, etc.:

A Princesa guarda para si o que sabe, preocupada com o medo que Portugal sente face à perspectiva de ser invadido pelas tropas espanholas, enviadas por seu pai, o Rei Carlos IV, pressionado nesse sentido pelo favorito Godoy, então aliado de Bonaparte.
Carlota Joaquina deixa errar os olhos escuros pelos labirintos dos jardins de Queluz, que ela conhece desde menina, agradada com o tom fulvo velado do crepúsculo, a colorir as águas cintilantes da Cascata Grande onde os últimos raios do sol mergulham.

Também ela tem os seus informadores, que sempre a põem a par do que se passa na Corte, nas reuniões do Conselho de Ministros ou do Conselho de Regência, assim como de cada uma das decisões de D. João, seu marido. Desse modo, antes mesmo de a carta do Príncipe Regente para o embaixador português em Inglaterra ter sido expedida a 8 de janeiro, sabe o que dela consta, embora o seu conteúdo seja estritamente sigiloso. Trata-se da formal solicitação ao governo inglês da ajuda militar prometida, com a maior urgência, “pois a invasão não demoraria mais de quinze dias”. (HORTA, 2017, p. 897).

O romance histórico, segundo Lukács (2011), revela a disputa entre as forças sociais, em uma perspectiva adequada à do cotidiano da vida dos indivíduos medianos. De acordo com Reis, “É no plano concreto, histórico e social da sua existência que o escritor chega a desfrutar de um certo ascendente, na comunidade em que se encontra.” Segundo o crítico, essa ascendência é “tanto maior, do que os diversos mecanismos de promoção do escritor, pois lhe permite intervir nas esferas públicas e políticas.” (2003, p. 55).

Contudo, diante de todos esses processos históricos/ficcionais não cabe a nós desvelar a verdade histórica sobre tais acontecimentos. Conforme Marinho (1999), “mais importante do que os acontecimentos será a reflexão sobre a própria História.” (1999, p. 34).

No romance em estudo, a autora apresenta essas disputas a partir do declínio que o país vivia durante o processo de transformações históricas, através da figura do herói que emerge é a de um sujeito oriundo de um grupo social, que se identifica revelando sentimentos, angústias e emoções, “[...] evitando referir as crianças descalças a fitá-las de longe, as esmolas dadas aos pobres todos os sábados ao meio-vinte dias no portão dos fundos do pomar.” (HORTA, 2017, p. 23). Nesse sentido, Maria Teresa Horta retoma, ou seja, recupera não um tempo histórico, desvela uma continuidade, através da renovação de uma mulher, tornando-se uma atitude necessária para fortalecer a luta de mulheres de outras gerações. Ao pensarmos em todo o acontecido de sua vida biográfica, desde criança, ao sobreviver a um terremoto, a separação dos pais, quando enclausurada, entre outros fatos, corroboramos com Rodrigues ao afirmar que

Leonor d'Almeida Portugal ressurgue agora retrato de Maria Teresa Horta em múltiplas facetas da sua personalidade, que foi marcada pelo ensinamento e o recreio, acção e a as lidas da Corte e os interesses literários, filosóficos e científicos. Na abundância de ligações possíveis entre os cinco sentidos e, ao gosto da época, As luzes de Leonor disse ia também uma tapeçaria de tensões, desigualdades entre os mundos feminino e masculino, ou às vezes, no entrecruzamento de géneros, uma longa história de quem viria a ser,

mais tarde, marquesa de Alorna. Poderá iniciar-se a leitura pelo prólogo ou pelo epílogo, o romance é um colar de pérolas cujo fecho só se chega, de exaltação, a fechar. O gesto epistolar, esse tece ao leitor a dimensão do tempo, do espaço, que entre eles se faz personagem como a Natureza ou a sua representação. Frondosa, a escrita, ilustra a ser de habilidade e as mentalidades do Barroco em seu esplendor de engenhos e essências. (RODRIGUES, 2012, p. 62).

Dentre esses fatos, um nos chama atenção: que Leonor de Almeida não assinava suas cartas, pois tomava para si pseudônimos. De acordo com Carlos Reis, a adoção de outro nome está relacionada ao fator indireto pelo qual o autor tem de tomar para si outra identificação por circunstâncias sociais:

Curiosamente, a identificação da autoria e a instituição da autoridade nem sempre decorrem em linha directa do nome civil do autor. Referimo-nos aqui à possibilidade de o escritor utilizar um nome literário, ou seja, o nome falso que o pseudónimo constitui; aconteceu e acontece assim, em Portugal, com Filinto Elísio, Júlio Dinis, José Régio, João Falco, Miguel Torga, António Gedeão, Eugénio de Andrade ou Bernardo Santareno, nomes literários de personalidades que, na sua vida quotidiana e profissional, usaram ou usam o que é o seu nome de registo civil. Os motivos de utilização de um pseudónimo (e os exemplos apontados são escassos relativamente à efectiva dimensão de um fenómeno que pode considerar-se bastante corrente. (REIS, 2003, p. 106).

As mulheres assinavam os textos através de pseudônimos, de acordo com Carlos Reis, “naturalmente para nos ocultarmos no todo ou naquela parte de nós que luta contra outras.” (REIS, 2003, p. 496). Dentre os vários que adotou, podemos observar Leonor de Almeida, dia após dia, a querer enveredar-se pela literatura, pois a via como instrumento de representar as suas dores íntimas e de repensar a sua realidade: a “imaginar novas sociedades, outras regras e modos de pensar.” (HORTA, 2017, p. 83), diz Leonor, “que nunca se esquiva a explicar-se, com olhar de brilho. E assina como Alcipe os últimos versos, mas conservando ainda os heterónimos dados a si própria: Lília, Lise, Lídia...” (HORTA, 2017, p. 83).

Nas cartas que trocou com Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio), encontramos a seguinte passagem no romance:

São esses nomes que continuam nas páginas dos seus diários e cadernos, onde toma notas e sublinha pensamentos numa caligrafia regular, letra miúda e de leitura difícil.

Li teus versos, Alcipe, e quando os lia.

Bem cri que com a História conversava. (HORTA 2017, p. 83, grifos da autora).

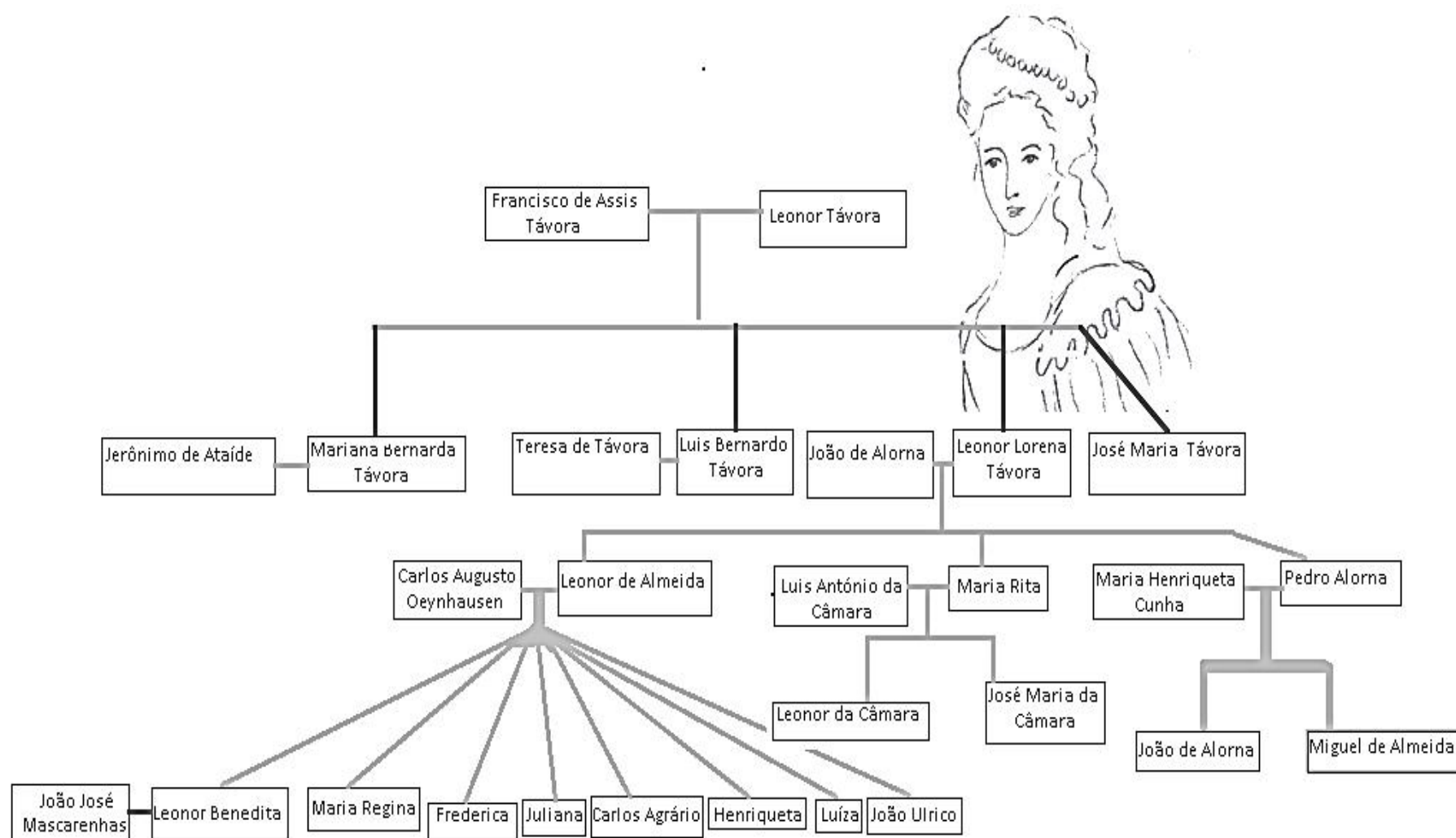
Essa declaração de Francisco Manuel do Nascimento nos remete ao fato de a História e a ficção estarem presentes, ambos multiplexados nas ocorrências com os personagens, no enredo, ou seja, em toda a estrutura da obra.

2.2 A ESTRUTURA DO ROMANCE

Conforme citado anteriormente, Maria Teresa pesquisou durante 13 anos para a escrita d'As luzes de Leonor: A marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis. A funcionalidade semântico-pragmática do título de um romance, segundo Carlos Reis (2003, p. 216), “completa-se num subtítulo, pois pode aprofundar tematicamente o título ou porque avança na filiação de género.” Reis explica ainda que, “até o século XIX, os títulos prolongavam-se em excelentíssimos subtítulos que desde logo se referiam às aventuras e desventuras.” (*idem, ibidem*), como o título das Máximas de virtude e formosura, com que Diófanes, Climinéia e Hemirena, príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça (1752), de Teresa Margarida da Silva e Orta, no século XVIII.

De fato, a saga da Marquesa de Alorna nos é apresentada em 1065 páginas, divididas em XXV capítulos, organizados a conter um poema no início de cada capítulo. Cabe ressaltar que esses 25 poemas são de autoria de Leonor de Almeida. Antes, porém, de iniciar a saga da Marquesa de Alorna, na página 2, a autora nos apresenta uma árvore da família Távora:

Imagem 2: Árvore genealógica da Família Távora



Fonte: Adaptação de **As luzes de Leonor**, 2017, p. 2, pela discente Simône Gomes dos Santos.

A árvore genealógica da família Távora inicia com os avós de Leonor, Francisco de Assis e Leonor Távora; em seguida temos os tios, irmãos, sobrinhos e filhos. Através dessa árvore, o leitor é conduzido a entender a qual personagem se refere a obra. Embora o romance não seja uma bibliografia de Leonor de Almeida, conforme afirma a autora, o leitor pode se confundir desde o início, devido à aproximação entre os gêneros literários. Além disso, os fatos são relatados em uma sequência cronológica e organizados com o foco narrativo na protagonista, inserindo acontecimentos triviais e históricos, tecendo-os, ficcionalmente.

No romance em questão, pela memória das “Leonores” são representadas emoções, e a partir daí tomamos conhecimento do enredo, através de uma narradora onisciente.

A obra é narrada pela voz de uma narradora onisciente, que testemunha a impossibilidade de se aceder a uma verdade única e inequívoca. Cada acontecimento é refletido por diferentes espelhos, criando um efeito de disseminação que envolve os leitores e as leitoras num ambiente mágico, embora o ambiente de tragédia que envolve a vida de Leonor e sua família. (ALMEIDA, 2014, p. 208).

Os poemas²⁰ da Marquesa de Alorna, de forma especial e essencial, eternizados n’As luzes de Leonor, tem como objetivo a comunicação através do tempo. Maria Teresa os enxerta no romance a fim de proporcionar ao leitor uma história que, embora seja ficcional, esteja mais próxima da realidade em que as personagens viveram ao longo do século XVIII e início do século XIX, tentando estabelecer um diálogo entre a sua escrita e a da Marquesa.

Se observamos, os poemas pré-anunciam os acontecimentos do próximo capítulo. O livro possui também pequenas rubricas, como “Beladon”, “Raízes,” “Memória”, “Monólogos”, “Diário”, “Caderno”, “Datas”, “Anos” e “Tempo”. Sobre essa estrutura, Teresa Almeida nos explica que a rubrica “Raízes é a âncora que sustenta As luzes de Leonor, o seu princípio e seu fim, metáfora da crueldade de Pombal.” (SANTOS, 2018, p. 36). Sobre o plano estrutural do romance, Isabel Cristina Rodrigues ressalta que

No plano estrutural do romance (porque é de um romance que se trata e não, de modo talvez mais simplista de uma biografia), as suas 1054 páginas

²⁰ No início de cada capítulo, Maria Teresa Horta enxertou os poemas escritos pela Marquesa de Alorna.

instauram uma espécie de variação na repetição, no sentido em que todos os capítulos partilham a mesma arquitetura formal, embora o corpo interior de cada um deles se veja necessariamente alterado com o progressivo devir do texto. Cada um dos vinte e cinco capítulos que compõem o todo de *As luzes de Leonor* é constituído por quatro partes: um poema inicial da autoria da Marquesa de Alorna, que remete o alcance da sua embrionária verdade, em jeito de simbólica rima, para as secções subsequentes; o setor “Raízes”, cujo espaço diegético acolhe o episódio do longo trajeto de infortúnio da Marquesa de Távora, avó de Leonor, desde o seu desembarque em Lisboa (vinda da Índia) até ao momento final da sua execução, a secção “Memória”, onde a própria Leonor de Almeida, num gesto rememorativo de clara inspiração autobiográfica, se contempla “como Narciso no espelho do abismo.” e, por último, um segmento temporal apenas designado pela referência explícita aos seus limites cronológicos (por exemplo, 1754-1758). (RODRIGUES, 2012, p. 150).

A Memória, considerada como essencial, escrito “em primeira pessoa pela Marquesa de Alorna, já envelhecida, [...] em que se opõe o amor à razão. Trata-se de um texto chave na obra desta escritora cujos escritos encontraram sempre alguma forma de censura ou de silenciamento [...]” (ALMEIDA, 2014, p. 211-212). Para Isabel Cristina Rodrigues (2012), a última seção

parece recair o ónus da variação diegética dentro do paralelismo estrutural que enforma o livro, visto que só aqui o sentido de avanço cronológico (e também o de relevo biográfico da obra) se exprime, à margem da desordenação discursiva dos episódios que caracteriza, por exemplo, a secção intitulada “Memória”, que é textualizada, como já foi referido, em função do protagonismo enunciativo de Leonor. Todavia, o que esta secção ganha em clareza biográfica, em função da orientação cronológica que preside à sua discursivização, perde (ou ganha, mas pelo avesso desse ganhar) em coesão genológica. Em cada segmento cronológico da vida de Leonor de Almeida (como 1758-1768 ou 1773-1777) parecem assim confluir, em harmonia aparentemente dissonante, fragmentos textuais pertencentes a distintas orientações de género (como a carta o diário ou a mais radical modalização do lirismo) e, sendo certo que esta aparente dispersão de género não deixa de conferir, pelo impeto de comprovabilidade que a sustenta, solidez biográfica ao texto (na realidade, os enxertos das cartas ou dos diários transcritos são reais, razão pela qual são sempre grafados em itálico), é igualmente certo que o convívio discursivamente próximo de fragmentos textuais influidos por orientações genológicas divergentes é já, senão um estilema, talvez um genologema de Maria Teresa Horta. (RODRIGUES, 2012, p. 150-151).

Portanto, através da Memória, são expostos fragmentos significativos para a compreensão do enredo e para se entender a quais personagens se referem (Leonor Távora, Leonor Lorena e Leonor de Almeida). Desse modo, essas personagens não são cúmplices ou silenciadas pelas maldades através das quais são expostas. De acordo com Vasconcelos (2012, p. 137), “não basta à história

reavivar uma época e das personagens que desempenharam os seus papéis. Leonor de Almeida se destacava em busca de liberdade”.

Em seu cotidiano, Leonor enfrentava uma liberdade de se comunicar através da linguagem poética, sendo esta “uma forma de comunicar das deusas e dos deuses” (2012, p.138), o que nos faz lembrar as palavras do filósofo Schiller: “A liberdade é, em todas as suas contradições morais e em todos os seus infortúnios físicos, um espectáculo infinitamente mais interessante para ânimos nobres do que o bem-estar e a ordem sem liberdade.” (SCHILLER, 1997, p. 227).

Para inserir os fatos, com precisão, Horta escreveu um romance extenso com períodos de quase um século, sendo possível conhecer o passado dos portugueses, através dos contextos apresentados. Sobre essa extensão e a quantidade que consiste no romance, Carlos Reis afirma que segue uma hierarquização de um universo ficcional:

Extensão e a quantidade de componentes que se encontram num universo ficcional narrativo estimulam a apresentação ordenada desses componentes (uma ordenação que sugere hierarquização), no quadro de uma economia interna que pode aconselhar o culto de certas fórmulas de abertura relativamente estáveis; por exemplo, fala-se primeiro das personagens e dos espaços, porque a sua caracterização preliminar condiciona o desenrolar da história. (REIS, 2003, p. 208).

De fato, a caracterização condiciona o desenrolar da história, através da hierarquização estabelecida e a economia interna, que caracterizam o universo ficcional, contrastando com um fator: a extensão, pois requer tempo para ser apreciado/analísado. A demanda de tempo para leitura, sobretudo para um leitor moderno, o ato de parar para ler o romance, segundo Malato (2016), é “uma forma de aprender respirar mais lentamente”:

O tamanho do último romance de Maria Teresa Horta importa, porque é uma “análise”, isto é, uma forma de aprender a respirar mais lentamente, até aos limites do suportável pelo leitor moderno, que é gente de respiração ofegante e agendada. A leitura é como uma viagem com ponto de chegada anunciado: quanto mais longa, mais tempo nos dá para pensar, quanto mais centrada no ponto de chegada, mais dispersa. A leitura de alguns livros é uma peregrinação: vale como extensão e como fragmento metafórico. (MALATO, 2016, p. 61).

No romance, cuja estrutura tece pelo cruzamento labiríntico de outros documentos, recheado de pensamentos éticos e espirituais de outros autores (reais

ou inventados), encara-se em personagens que se multiplicam segundo as infinitas possibilidades manifestadas, a partir de uma “verdade”, seja ela histórica ou reinventada.

2.2.1 Mulheres e homens em perfis intelectuais: a personagem no romance

Segundo o dicionário *Priberian*, a palavra “personagem” é oriunda do termo latino *persona*, e os romanos assim designavam as máscaras usadas pelos atores gregos em suas representações teatrais. A personagem é uma espécie de amplificação ou síntese de todas as possibilidades de existência permitidas ao homem ou à condição humana. Segundo Nelly Coelho, “a personagem é a transfiguração de uma realidade humana (existente no plano comum da vida ou num plano imaginário) transposta para o plano da realidade estética (ou literária)” (2000, p. 74).

No artigo, A personagem do romance, Antonio Candido afirma que “não há ação narrativa sem personagens que a executem ou vivam.” (2009, p. 51). A personagem, é, portanto, “o elemento decisivo da efabulação, pois nela se centra o interesse do leitor. Adultos ou crianças, todos nós ficamos presos àquilo que acontece às personagens ou àquilo que elas são.” (COELHO, 2000, p. 74). Desse modo, se é certo que as luzes envolvem Leonor de Almeida, “são as do Iluminismo português e europeu (igualmente designadas por Época das Luzes), não é menos certo, que, como lembra Maria Teresa Horta, são muitas as Luzes experimentadas por Leonor num excesso de si própria.” (HORTA, 2017, p. 896).

Assim, de acordo com João Silverio Trevisan (1994), “focalizar personagem real em romance é passível de polêmicas mais díspares”. O crítico afirma ainda que “quando, contudo, o autor, a fim de visão interpretada, realiza uma prospecção abissal na busca das trilhas essenciais percorridas pela figura central, sejam elas geográficas, do pensar da criação, do cotidiano, salvaguardas estariam garantidas”. (TREVISAN, 1994, p. 291).

Segundo Antonio Candido,

Não espanta, portanto, que a personagem pareça o que há de mais vivo no romance; e que a leitura deste dependa basicamente da aceitação da verdade da personagem por parte do leitor. Tanto assim, que

nós perdoamos os mais graves defeitos de enredo e de ideia aos grandes criadores de personagens. Isto nos leva ao erro, frequentemente repetido em crítica, de pensar que o essencial do romance é a personagem, — como se esta pudesse existir separada das outras realidades que encarna, que ela vive, que lhe dão vida. Feita esta ressalva, todavia, pode-se dizer que é o elemento mais atuante, mais comunicativo da arte novelística moderna, como se configurou nos séculos XVIII, XIX e começo do XX; mas que só adquire pleno significado no contexto, e que, portanto, no fim de contas a construção estrutural é o maior responsável pela força e eficácia de um romance. (CANDIDO, 2009, p. 52).

Por outro lado, Miguel Real caracteriza a personagem como uma “categoria fundamental da narrativa”, pois “evidencia a sua relevância em relatos, através de diversa inserção sociocultural, ela é normalmente o eixo central, é nela que gira a ação e em qual se organiza toda a economia do relato.” (REAL, 2003, p. 360).

Ainda sobre o tema, observa Philippe Hamon que “a personagem é uma unidade difusa de significação, construída progressivamente pela narrativa.” (*apud* REAL, 2003, p. 360). Portanto, a personagem é constituída pela soma das informações facultadas sobre o que ela é e sobre o que ela faz.

Podemos observar que esse movimento ocorre em *Notre-Dame de Paris*²¹, de Victor Hugo, através da personagem Esmeralda, principalmente no que se refere ao perfil, conforme destaca o pesquisador Leonardo Athayde:

A heroína do romance é a dançarina cigana La Esmeralda, espécie de “mulher fatal” que encarna, em toda a sua potencialidade, a beleza feminina. Com seus encantos atrai o olhar devotado dos homens e a inveja das mulheres, ora representa a inocência e bondade, ora encarna o desejo carnal, possuindo um lado angelical e outro demoníaco (PEREIRA, 2020, p. 17).

Na narrativa, além da temática da miséria e da moral, o autor caracteriza a sociedade, manifestando sua intenção advinda da narrativa de Walter Scott, em retratar o movimento histórico em torno das diversas camadas sociais representadas no romance. Através dos recursos imaginativos, apresenta “as necessidades e ações do povo francês durante o século XV.” (PEREIRA, 2020, p. 20).

²¹ *Notre-Dame de Paris* é a configuração de uma sociedade medieval em crise, ou seja, por mudanças paradigmáticas de suas estruturas de sustentação, captada na representação das tensões sociais existentes entre as diversas camadas sociais que compunham a sociedade francesa do período, aspectos históricos que contribuíram para que Hugo construísse uma Idade Média marcada pelo contraste entre o sublime e o grotesco perpassado pelo processo histórico. (PEREIRA, 2020, p. 21).

Nesse sentido, a personagem condiciona a integração da narrativa, seja porque em si completa-se a caracterização, seja porque a partir dessa configuração, colabora para que essa eminência seja carregada de potencialidades dinâmicas. A partir desse envolvimento, “a personagem vive o enredo e os torna vivos.” (CANDIDO, 2009, p. 51). Assim, o escritor elabora a ação, ao longo da aventura:

No romance ela é criada, é estabelecida acionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro. Daí a necessária simplificação, que pode consistir numa escolha de gestos, de frases, de objetos significativos, marcando a personagem para a identificação do leitor. (CANDIDO, 2009, p. 55).

N’As luzes de Leonor, Maria Teresa Horta nos mostrará uma personagem que encanta, pela cor da pele, por sua beleza inquestionável, pelo olhar sereno, pela teimosia/rebeldia, por suas condições de conduta, variando de acordo com o tempo e o espaço em que se encontra, mas, principalmente, por sua inteligência e ousadia. Assim, a personalidade da personagem é descrita da seguinte maneira por Isabel Cristina Rodrigues:

acabando, assim, por expor a densa personalidade desta mulher de tantos luzimentos a uma renovada luz, cuja força irradiante parece igualmente atingir aquilo que na vida pública e privada de Leonor, habitava ainda o avesso da luminiscência marcadamente feminina. (RODRIGUES, 2014, p. 149).

A esse fator, o termo engrandecimento tem aqui o sentido de “visão aumentada de determinado fenômeno – visão que altera as normais dimensões ou valores de algo. Assim, tanto os aspectos positivos como os negativos, através da visão estética, acham-se engrandecidos ou magnificados.” (COELHO, 2000, p. 75). A partir do autor, essa visão adquire uma atitude racional ou emocional, e assim, seguindo os preceitos aristotélico, “toda a representação trata de figurar, através de um elemento representante, a presença de um ausente, entendido como elemento representado.” (COELHO, 2000, p. 75), ou seja, a serviço da demonstração social.

Isso ocorreu através da ruptura da tradição, uma inovação radical de escritores, que rearticula as categorias fundamentais do romance, transformando a personagem em uma figura enigmática, reelaborada, no tempo e no espaço, com o

desejo de cultivar a condição ficcional, e ao mesmo tempo, garantir a representação sociocultural.

O romance moderno procurou “justamente, aumentar cada vez mais o sentimento de **dificuldade** do ser fictício.” (CANDIDO, 2009, p. 56, grifo do autor). De acordo com a natureza das personagens, Candido (2009) afirma que de fato “depende da concepção do autor” e declara ainda que são “construídas a partir de um modelo real, conhecido pelo escritor, que serve de eixo, ou ponto de partida.” (2009, p. 66). A partir daí, combinar a memória, a observação e a imaginação dão vida às concepções intelectuais e morais, ou seja, diminui a ideia de esquema fixo e/ou delimitado, parte do trabalho de seleção do romancista. Isto é possível porque o trabalho de seleção é posterior à combinação que permite uma margem de experiência com o texto narrativo.

2.2.2 As personagens do romance: uma galeria d’as Luzes de Leonor

No romance em análise, foi possível verificar 425 personagens entre as principais e secundárias que são citadas, a exemplo de poetas, filósofos e pintores que influenciam direta e indiretamente a incessante busca por “conhecimento, política e poesia” (HORTA, 2017, p. 758), da protagonista homônima do romance de Teresa Horta. Assim, elaboramos um quadro síntese quantitativo para melhor repensar algumas questões relativas às personagens:

Quadro 1: Total de personagens femininas e masculinas no romance

HOMENS	MULHERES
256	169

Dentre essas personagens principais há reis, vice-reis, rainhas, príncipes e princesas, duques e duquesas, condes e condessas, freires e freiras, padres e madres, abades e abadessas, arcebispos, governadores, desembargadores, comendador, intendente geral de polícia, inspetor geral de cavalaria, ministros, secretários, carteiro, banqueiro, cônsul, general, autoridades censitárias, entre outros. As personagens secundárias são referenciadas como açafatas, infantas,

meninas fidalgas, aias, jardineiro, guarda-roupas, cozinheiras, damas de companhia, pintores, anjos e arcanjos, poetas, filósofos.

Nesse sentido, Antonio Candido destaca que “o vínculo entre autor e a sua personagem estabelece um limite a possibilidade de criar.” (2009, p. 63). Segundo as considerações de Mauriac, o “romancista deve conhecer e estabelecer seus limites e criar dentro deles; e isso uma condição de angústia, impedindo certos voos sonhados da imaginação, que nunca é livre como se supõe, como ele próprio supõe.” (*apud* CANDIDO, 2009, p. 63).

A partir dessas considerações, Mauriac propõe uma classificação de personagens, levando em conta o grau de afastamento em ponto de partida da realidade:

1. Disfarce leve do romancista, como ocorre ao adolescente que exprimir-se. Só quando começamos nos desprender (enquanto escritores) da nossa própria lama, é que também o romancista se configura em nós. Tais personagens ocorrem nos romancistas memorialistas.
2. Cópia fiel de pessoas reais, que não constituem propriamente citações, mas reproduções. Ocorrem nos romancistas retratistas.
3. *Inventadas*, a partir de um trabalho tipo especial sobre a realidade. É o caso dele, Mauriac, segundo declara, pois nele a realidade é apenas um dado inicial, servindo para concretizar virtualidades imaginadas. [...] (CANDIDO, 2009, p.63).

Por isso, Teresa Horta se utiliza das cópias fiéis das pessoas reais para escrever o seu romance, como Napoleão Bonaparte, Pina Manique, Teresa de Melo Breyner, Maria Antonieta, D. Maria I, D. João V, entre outras personagens. No quadro abaixo, mostraremos a quantidade de aparição de cada personagem no romance, de acordo com suas patentes e suas respectivas funções:

Quadro 2: Quantidade de personagens principais e secundárias – homens e mulheres

FUNÇÕES	HOMENS	FUNÇÕES	MULHERES
Rei	3	Rainha	3
Frei	9	Freira	8
Conde	16	Condessa	13
Visconde	3	Viscondessa	-
Marquês	12	Marquesa	5
Padre	5	Madre	6

Príncipe	2	Princesa	5
Duque	3	Duquesa	4
Imperador	1	Imperatriz	1
Desembargador	4	-	-
Intendente-general	1	-	-
Ministro	9	-	-
General	3	-	-
Autoridades censórias	3	-	-
Pintor – <i>En passant</i>	6	Pintora	1
Poeta – <i>En passant</i>	9	Poetisa	4
Escritores	72	<i>En passant</i>	38
Governador	1	-	-
Cardeal	4	-	-
Arcebispo	2	-	-
Bispo	3	-	-
Comendador	2	-	-
Inspetor	3	-	-
Guarda-roupas	1	-	-
Juiz	1	-	-
Inquiridor	1		
Médico	1	-	-
Bibliotecário-Mor	1	-	-
Major	-	-	-
Comerciante	1	-	-
Pensionista	1	Pensionista	1
-	-	Açafatas	2
-	-	Aias	1
-	-	Cozinheira	8
-	-	Damas de companhia	1
-	-	Madame	12
-	-	Camareira	6

Fonte: O quadro foi elaborado pela discente Simône Gomes dos Santos.

Ao observarmos o quadro expositivo, percebemos que os principais cargos, tais como médico, juiz, inquiridor, desembargador, general, arcebispo, comendador, cardeal, cujas decisões eram importantes, todos são ocupados por homens. As demais posições atribuídas às mulheres na escala social, no que diz respeito ao espaço público e político, estão em uma escala bastante inferior, pelo fato do patriarcado cobrar à sociedade uma mulher com o seu papel no espaço privado, para continuar a prole, por exemplo, o rei/rainha, conde/condessa, príncipe/princesa, duque/duquesa. É possível identificar a maior quantidade de freiras/madres, visto que eram as responsáveis pelas mulheres enclausuradas nos conventos.

De acordo com várias definições de filósofos e outros pensadores reunido por Rafael Bluteau (1789, tomo V) sobre o lexema “mulher”, contido no seu Dicionário, essas posições estabelecem a relação da mulher como a “Rainha do lar”. Nesse sentido, através desta exposição, é possível entender o quão intenso era o sistema patriarcal durante os séculos anteriores, em que o homem era promovido como autor e consumidor de atos gloriosos, a exemplo do poder de decisão e do domínio da arte da guerra.

As mulheres são vistas como simples provedoras e apassivadoras de conflitos internos familiares, conforme discorre Pierre Bourdieu (2012) sobre as divisões que foram instituídas entre os gêneros na sociedade. O sociólogo esclarece que

coube aos homens situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Diante disso, abordaremos os aspectos sociais das portuguesas na primeira metade do século XVIII, quando a inferioridade moral e política feminina era naturalmente propagada, com o objetivo de confinar, controlar, disciplinar seus pensamentos, principalmente os atos, advinda dos séculos anteriores, resquícios de uma época em que as mulheres deviam total obediência aos maridos/homens.

As mulheres “viviam confinadas a uma parte da casa e não deviam ser vistas por homens que não pertencessem à família.” (ANASTÁCIO, 2009, p. 40). Com isso, os espaços sociais mais frequentados pelas mulheres eram as igrejas. Reforçando essa limitação de espaços, o projeto educacional de Verney traz que, conforme Cabrita, era de

“[...] adosar o ânimo agreste, de um marido áspero, e ignorante: ou saberá entreter melhor, a disposição de animo, de um marido erudito; do que outra, que não tem estas qualidades: e desta sorte reinará melhor a paz nas famílias. O mesmo digo das-donzelas, a respeito dos parentes.” Portanto, podemos afirmar que a educação que o filósofo português defende para as mulheres tem apenas objetivos de ordem utilitária. (CABRITA, 2010, p. 35-36).

Seguindo essa linha de raciocínio, as mulheres eram divididas em categorias que a sociedade da época dividia e subdividia-as em solteiras, moças que pertencem à nobreza, casadas, nobres, etc.:

cabe salientar que, naquele contexto, para além das solteiras, existiam duas categorias de mulheres que eram extremamente marginalizadas: as “solteironas” – notemos o teor pejorativo do termo – e as viúvas. Essas, possivelmente, por já terem cumprido as funções de esposas e mães, aquelas por serem consideradas impossibilitadas de cumpri-las. Assim, a única alternativa possível de readquirirem o seu destino “natural” era vivendo para Deus, ainda que para isso tivessem que ingressar no convento ou recriar a vida conventual no próprio espaço doméstico. (LOPES *apud* LIMA, 2022, p. 57).

As moças pertencentes à nobreza, naquele período, permaneceram em reclusão, vivendo na monotonia e praticando as atividades a elas destinadas, tais como “as lições de língua, música e dança” (LOPES, 1989, p. 113). Por outro lado,

Num contexto cultural em que o espaço concedido à actuação das mulheres era extremamente reduzido e em que estas viviam na dependência do pai ou do marido, instituições como os conventos eram vistas como uma solução digna para o problema que representavam as mulheres pertencentes às camadas superiores da sociedade sempre que não dispunham de tutela masculina: quer por terem ficado órfãs ou viúvas, quer devido ao abandono familiar, quer por que elas próprias ou, aqueles que tutelavam tinham cometido infracções à ordem ou à moral social. (ANASTÁCIO, 2009, p. 19)

As mulheres, principalmente, a mais jovens, eram proibidas de falar sobre o corpo e do corpo, como podemos encontrar n'As Luzes de Leonor esses silenciamentos com frequência:

Histórias de crianças que morrem enfaixadas, abafadas em cortinas de tule e veludo. De jovens mulheres que escrevem e disfarçam os poemas em cadernos forrados com restos de vestidos. São incompreensíveis os silêncios da História sobre as crianças, as noviças, as mulheres, todas guardadas para dentro de portas. Está tudo lá um pouco, em As Luzes de Leonor, recordando-nos que poucos estudos há ainda sobre a nossa história da sexualidade, a violência do coito por obrigação, as superstições ligadas à masturbação, menstruação, concepção, gravidez, os mitos do parto ou do puerpério, as diferentes opiniões médicas sobre o aleitamento, as técnicas cirúrgicas ou químicas para provocar o aborto, os movimentos das “fazedoras de anjos.” (MALATO, 2017, p.118).

Sobre a sexualidade feminina, em História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna (1991), Georges Duby e Michelle Perrot abordam diversos assuntos sobre as mulheres, desde o corpo em si, a beleza, os cuidados com o corpo, inclusive, a sexualidade. Segundo as teóricas,

A sexualidade, sempre esteve presente e cada vez mais policiada, tornou-se um fantasma das autoridades civis e religiosas. Autorizada apenas dentro do casamento, e, mesmo assim, apenas na sua função de procriação, o sexo estava sujeito a uma vaga de controlo e repressão que procurava moldar os costumes das populações urbanas e rurais segundo as linhas estritamente definidas pela Igreja e pelo Estado. (DUBY, PERROT, 1991, p. 92).

Assim, durante a Idade Média, “havia a formulação de uma ética sexual baseada na recusa do prazer e na obrigação da procriação.” (DUBY, PERROT, 1991, p. 92).

2.3 AS LUZES DE LEONOR E A HISTORIOGRAFIA

Enquanto a água se pode guardar em garrafas, as histórias não podem ser engarrafadas sem que se estraguem rapidamente. Têm de andar ao ar livre como animais selvagens. Temos de as soltar para que possam correr todas nuas.

(Afonso Cruz)

O que move a sociedade são fatos e a historiografia se encarrega de manter estes arquivados.

(Miguel Real)

Na opinião de Miguel Real, “a História, tal como se escreve, ou repetindo a provocação – tal como a fez o historiador, é primeiro livro, mais que o primeiro livro.” (2012, p. 501-502). O historiador sempre fará uma viagem no tempo e essa lacuna entre a viagem e os fatos geram novas fontes de interpretações, novos pontos de vista, conseqüentemente, uma “zona de obscuridade”, e aí, segundo o autor, “o romancista tem o seu campo de trabalho. [...] Não cabendo ao romancista corrigir o passado, pois isso nunca poderia ser tarefa dos romancistas, mas substituir o que o foi pelo que poderia ter sido” (REAL, 2012, p. 502).

Nesse sentido, a História lida por meio de um romance passa a ser somente uma leitura crítica, não a do historiador, mas da História, que será introduzida nessa operação como uma instabilidade, vibrações, causada pelas perturbações do que foi e do que poderia ter sido.

Assim, os caminhos da História que o romancista escolheu para a sua ficção torna-a constituidora de uma fidelidade, que será predominante, pois há uma inserção de dados históricos não mais que suficientes em um tecido ficcional, tornando-se dois mundos em apenas um livro: um mundo de verdades históricas e outro de verdades ficcionais. Ambos fazem sua viagem no tempo, embora para os historiadores esse tempo seja impreciso, provocando uma redução de fatos, ou a rarefação. Nesse sentido, a História se aproxima da ficção ao “preceder a omissões, estabelecendo assim como os acontecimentos e as relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram.” (REAL, 2012, p. 503).

O Romance Histórico, gênero literário cultivado desde o século XIX e que vem passando por significativas modificações desde esse período, através de Maria Teresa Horta nos apresenta que sua variante contemporânea, na qual nosso *corpus* de pesquisa se enquadra, nos permite olhar criticamente para o passado histórico com objetivo de mostrar, através dos aspectos historiográficos, os motivos de uma constante busca por conhecimento, como instrumento de revide, aos longos séculos, ao patriarcado.

O acesso a uma obra, de acordo com o arcabouço teórico de Maria Teresa Horta e através da ideologia iluminista, encontra no livro o motivo de libertação e entendimento do mundo. Desse modo, Horta inicia um debate relevante para a história revisionada ao fazer o cruzamento das fontes da forma coesa, exata sobre

uma mulher escritora, sobretudo, subversiva no século XVIII. Ademais, as abordagens sobre diversos temas de natureza histórico social, sobretudo, a história das glórias e decadências de um país, compõem a estrutura de uma narrativa pensada, estudada de maneira minuciosa por Horta, que tem o intuito maior de trazer às novas gerações a importância de Leonor e das mulheres na constituição da nação portuguesa:

Maria Teresa Horta nos apresenta uma versão sobre a história de vida de Leonor de Almeida, a Marquesa de Alorna. Para tanto, dá destaque à voz da mulher, categoria marginalizada pela historiografia, como também nos permite conhecer os fatos que marcaram a sua trajetória de vida por variadas perspectivas. Nos momentos em que o foco narrativo centra-se no narrador autodiegético, ou seja, quando vamos conhecendo os acontecimentos pela ótica da própria Leonor, notamos o caráter subversivo com que ela os relata, apresentando um teor crítico e denunciativo sobre o sistema político que vigorou em Portugal no século XVIII, durante o reinado de D. José I, enquanto o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo esteve no comando. (LIMA, 2022, p. 50).

O recorte feito entre guerras, revoluções e perseguições aos idealistas da época, descritas no romance em estudo, principalmente através da sequência cronológica, das cartas, cadernos, diários, conforme a narradora relata, em um dos sentimentos vividos por Leonor de Lorena, ao chegar no convento de Chelas, em 1758 traz que “Os múltiplos sentimentos que na altura não expressa a mais tarde em cartas clandestinas enviadas ao marido.” (HORTA, 2017, p. 50).

Ao que se refere à inserção de documentos, podemos nomear de cruzamento histórico-documental, ou seja, os excertos presentes no romance através de diários e das cartas de Leonor de Almeida ao pai, ao irmão, aos amigos. Dentre esses recortes, destacamos a segunda carta de Leonor após seis anos no convento, enviada em segredo ao pai, cujo conteúdo refere-se “às febres, a tosse, as dores, os suores, as ânsias convulsivas, que o Dr. Tamagnini chama debilidade histérica” (HORTA, 2017, p. 79), em um evidente ato misógino que associou durante anos problemas de foro psíquicos das mulheres que não seguiam o mesmo padrão social. Após essa revelação ao pai, Leonor lhe escreve, na tentativa de lhe acalmar os ânimos:

Meu Querido Pai:

Está melhor, graças a Deus! Sossegue V. Ex. a Eu vou escrever quanto puder, para dar a V. Ex. a uma ideia clara; e queira Deus que V. Ex. a

sossegue. O nosso Tamagnini, assim como o Wade, prometem-nos felicidades e, mais que tudo, o seu estado presente, que é quanto pode desejar-se.

Já o mano disse a V. Ex. a o princípio disto, e por isso escuso repetir. Sábado de tarde principiaram os arrepiamentos e só da meia-noite por diante se descobriu a febre. No domingo, pela manhã, era já bastante alta, e veio Tamagnini, que receitou o lambedor, de que dei conta na carta passada, para se lhe dar uma colher de duas em duas horas, dentro de caldo de frango com escorcioneira, pevides, almíscar, etc. Este pequeno remédio que supriu a sangria indicada, mas para a qual faltavam forças, soltou um suor copioso que, sem diminuir a febre, fez ao menos que ela nos não pusesse em última consternação. Na segunda-feira, pela manhã, sangrou-se no braço e saiu sangue dissoluto e com uma crosta muito espessa. [...] Na terça, pela manhã, não havia nenhum prospecto de melhoras, excepto que o suor continuava; mas a agudeza da dor que havia na região lombar, segundo os termos, a qual correspondia à clavícula direita e mostrava ofensa do fígado, assustava muito; aplicaram-se sobre a dor continuamente uns vapores de um cozimento de malvas, violas, alfavaca de cobre e sabão. Com isto cessou inteiramente a dor e moderou-se a tosse. Por outro modo, igualmente feliz e delicado, aplicou Tamagnini uma xícara de cozimento de avenca continuamente defronte da boca e do nariz, para respirar um ar purificado e doce, de modo que a secura do ar lhe não exacerbasse a tosse, e conseguiu com isto um grandíssimo alívio. (HORTA, 2017, p.79, grifo da autora).

De acordo com a pesquisadora Maria de Fátima Marinho, “um bom romance histórico ensinava mais do que um livro de História.” (MARINHO, 1999, p. 15). Tal afirmação nos faz pensar que através desse fragmento citado, podemos entender como eram os procedimentos relacionados aos cuidados com os pacientes, bem como a medicação utilizada, como “lambedor”, “raízes para cozimento”, ao mesmo tempo, o apego à “Religião”, como invocação divina de cura:

O dia, porém, de terça-feira foi de susto e de horror, sem que ela perdesse o ânimo nem chegasse a julgar-se no estado em que a vimos. Tamagnini, a quem não esquece nada, nos disse que seriam a propósito os sacramentos, e essa custosa diligência foi executada pela ternura mais industriosa que é possível.” (HORTA, 2017, p.79, grifo da autora).

Passado mais um dia, não havendo melhoras da mãe, Leonor e Maria Rita receberam o viático. Após o ato de fé, chamaram os médicos para a conferência, que constatam a melhora de Leonor Távora:

A familiaridade terna que temos com a nossa querida Mãe nos deu lugar a tratar esse ponto com a delicadeza necessária, trazendo-a a todas as disposições necessárias, sem as violências do costume. A sua mansidão, o seu juízo lhe fizeram achar nos socorros da Religião até remédio grande para a saúde, porque, recebendo o viático quarta-feira, pela manhã, com uma devoção e uma paz digna do mais amável de todos os objectos, ficou melhor, com o desafoço que produziu essa diligência. Logo que recebeu o

sacramento, tanto eu como a mana assentámos que todo o aparato destas funções, que é desnecessário a quem tem virtude e juízo, se havia de omitir e que, trabalhando nós por conceder-lhe a sua paz, devíamos inteiramente incumbir-nos das funções devotas, sem deixar intervir nenhum dos eclesiásticos que, sem método, pudessem abreviar a vida de minha Mãe. Para isto se necessitava valor, e Deus nos tem dado todo quanto é necessário. Nós fomos quem, depois da comunhão, pronunciámos todas as graças que se deviam a Deus naquele acto. Conversações pacíficas e interrompidas com ela, que não tinham por objecto senão a indiferença para as cousas transitivas deste mundo, a puseram em um estado tal, que passava de descanso a alegria, até que chegaram os médicos e se fez a conferência. [...] Tem rido, tem conversado, tem feito galantes projectos de melhoras e consolação para V. Ex. a Eu juro isto nos Santos Evangelhos! [...]. Graças a Deus que a minha Mãe vive e está para melhorar. (HORTA, 2017, p.79, grifo da autora).

Com a melhora da mãe, Leonor preocupa-se com o que pode ocorrer ao pai, principalmente à sua saúde física, enquanto preso:

mas, meu querido Pai, não arrastariam V. Ex. a os seus filhos para a cova, se ambos houvessem morrido juntamente? O tormento inexplicável de ver acabar minha Mãe, não era um motivo dobrado para V. Ex. a cuidar de conservar-se, por amor de nós? Meu querido Pai da minha alma, anime-se V. Ex. a muito, cuide de si! Nós estamos constantes e robustas, capazes de resistir a todas as mágoas, não digo bem – capazes de gozar de todas as delícias que nos promete a melhora de minha Mãe. A nossa exactidão, o nosso amor está-lhe demorando a vida. Esta filha a mais terna, L. (HORTA, 2017, p.79, grifo da autora).

A obra horteana literalmente nos remete a um momento histórico preciso, seja através da inserção das descrições das cores, dos sabores, bem como das intrigas entre famílias, lutas, disputas, o poderio da fé e anunciações de um novo período através dos processos da Revolução das máquinas – aumento da jornada de trabalho. Ou seja, no romance há um detalhamento de um determinado período histórico de Portugal, descrito e vivido pelas personagens de tal maneira orquestrada fielmente ao tempo que nos faz corroborar a consideração de Marinho sobre a importância de um romance histórico para se conhecer um determinado século ou espaço vivido.

Ao que se refere às documentações, em nota, a autora nos dá ciência de como os textos originais são organizados em sua obra:

Cabe ressaltar que todos os textos entre aspas são:

- a) Transcrições de documentos oficiais da época;
- b) Transcrições de correspondências, diários, cadernos e outros documentos particulares da época;

- c) Citações autênticas de fontes identificadas;
- d) Transcrições de poemas com autoria indicada. (HORTA, 2017, p. 4).

Esse processo de escrita de Maria Teresa Horta nos remete aos estudos de Linda Hutcheon, ao declarar que o escritor contemporâneo possui

[...] uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto. Não é um desejo modernista de organizar o presente por meio do passado ou de fazer com que o presente pareça pobre em contraste com a riqueza do passado (ver Antin 1972, 106-114). Não é uma tentativa de esvaziar ou de evitar a história. Em vez disso, ele [o presente] confronta diretamente o passado da literatura – e da historiografia, pois ela também se origina de outros textos (documentos). (HUTCHEON, 1991, p. 157).

Ao subverter as narrativas tradicionais, Maria Teresa Horta publica sua obra de maior fôlego reunindo, conforme destaca Isabel Cristina Rodrigues, “em forma de síntese feliz, os marcos de um percurso literário ideológico desde sempre pautado, pelo propósito de legitimadora nobilitação do feminino.” (RODRIGUES, 2019, p. 148). A narrativa busca, portanto,

Reconduzir a figura de Leonor de Almeida, a Marquesa de Alorna, ao lugar que por direito lhe pertence na (pré-) história do feminismo português, constitui um texto a todos os níveis excepcional, que transcende os limites aparentes da circunstancial idade de gênero (ou da própria História de Portugal e do Iluminismo português) para se converter naquilo que de verdade é – um verdadeiro monumento de decifração psicológica da alma humana e uma lição magistral de arte e escrita literária. (RODRIGUES, 2019, p. 148).

Por fim, vale ressaltar que essa centralidade na figura de Leonor de Almeida nos faz remeter às considerações de Aldinida Medeiros, que constata que “a tendência que o romance histórico apresenta, já de algum tempo, em trazer mulheres que são figuras referenciais na condição de protagonista.” (MEDEIROS, 2014, p. 208).

3 AS LUZES DE LEONOR: A PRESENÇA FEMININA

Vivi em ti durante todo este tempo – agora, que eu parto, com quem te pareces tu, verdadeiramente? Será que existes, ou inventei-te dos pés à cabeça?

(Virginia Woolf)

A presença feminina na história e na literatura foram quase silenciadas em Portugal e no Brasil. Porém, no romper do século XX, deparamo-nos com a escrita erótica reverberante de Maria Teresa Horta, que se revela com um processo enunciativo feminino, definindo várias características e representações.

Conforme citado anteriormente, o governo português dificilmente reconhecia as mulheres como intelectuais capazes de decidir as situações políticas do país, pois viviam sob domínio de homens. Diante desse contexto, “o que fizeram as mulheres que viviam no mundo masculino para não atravessar a fronteira do esquecimento? A escrita! Em Portugal, durante o século XVIII, são muitas as mulheres que escrevem, mas não publicam.” (CABRITA, 2010, p. 62). O que produziam era lido por vizinhos, amigos e especificamente outras mulheres, porém não havia incentivo para publicação em larga escala.

O apagamento das mulheres na história literária converte-se em uma revisão de abordagens, visto que, ao longo dos séculos, os homens foram tidos como figuras centrais para narrar e protagonizar. Nesse sentido, Alleid Ribeiro Machado ressalta que

na esfera historiográfica, diversos estudos procuram denunciar a quase invisibilidade das mulheres como sujeitos, seja no campo da criação artística, seja como parte das grandes narrativas da história, ou mesmo como protagonistas na própria criação literária e historiográfica. Tal apagamento conduziu a uma nova forma de exigir a presença feminina nas linhas gerais dos acontecimentos reconhecendo, antes de tudo, a negligência secular com que o gênero fora tratado. [...] salientando a importância e a participação das mulheres na constituição das sociedades e culturas, considerando-as nos espaços artísticos, culturais, públicos e políticos e no próprio cotidiano. (MACHADO, 2017, p. 44-45, grifo da autora).

A partir dessa discussão, dos costumes dos portugueses e da Revolução Francesa, analisamos o romance de Maria Teresa Horta, expondo como a narradora elabora a saga de vida e luta da Marquesa de Alorna. Antes, porém, cabe-nos relembrar o perfil biográfico da Marquesa, com o perfil de Mariana Alcoforado, de

Teresa Margarida, de Madame de Staël, de Olympe de Gouges e da inglesa Mary Wollstonecraft, que questionaram o patriarcado, sobretudo destacamos como tais atitudes continuam a inspirar mulheres ao longo dos séculos, principalmente no que se refere à educação, costumes, cultura e política.

Nuno Gonçalo Monteiro, em *História da vida privada em Portugal: a idade moderna* (2010), afirma que “os benefícios eclesiásticos e os conventos de religiosas constituíam uma condição necessária para a difusão de construção social, sobretudo, um padrão de comportamento. E foi neste terreno que as coisas se começaram a alterar.” (MONTEIRO, 2010, p. 142).

A partir dessa afirmação, iniciamos essa abordagem com a contribuição de Mariana Alcoforado, uma escritora do final do período histórico-literário seiscentista. É de suma importância mencioná-la, pois, a partir das *Novas Cartas portuguesas*, Horta resgata essa personalidade como personagem de uma nova obra. Por isso Alcoforado representa a figura

emblemática, um amor não correspondido e de uma entrega amorosa abnegada. Trata-se de uma mulher que, por meio de sua escrita, rompeu fronteiras de sua condição para transpor desejo e paixão, num discurso em que se deixa intervir a ausência e saudade do objeto amoroso. (MACHADO, 2017, p. 46).

Sobre a releitura das cartas de Mariana Alcoforado, Alleid Ribeiro Machado afirma que “serve de mote para avançar na linha diacrônica da literatura até o período seguinte que marcaria a história de Portugal: O Iluminismo²².” (2017, p. 51).

A escrita de Alcoforado foi considerada subversiva por expor assuntos que romperam com os ensinamentos propostos pela religião e por abalarem estruturas moral e religiosa. Desse modo, questiona-se o patriarcado, e além disso as práticas conventuais.

No tocante aos assuntos proibidos, a condição poética enquanto papel social, pode elevar ou tornar o sujeito como função de objeto, tanto pelo meio da veiculação

²² Porém ressalta que “o Iluminismo não irá admitir a mesma generalização em relação aos papéis de gênero aplicados às mulheres de classe aristocrática e burguesa. Enquanto movimento filosófico heterogêneo, que se desenvolveu principalmente na França, Alemanha e Inglaterra, o Iluminismo possuía como forte divisa a defesa do conhecimento e da racionalidade crítica contra os dogmas religiosos” (MACHADO, 2017, p. 51-52).

quanto pela aceitabilidade, dependendo da condição ou imposição social em que está inserido. As mulheres como sujeito social, coparticipantes da criatividade artística, começam a ser inseridas no meio literário não mais como reprodutoras, e ressurgem como produtoras de opinião e de maneira transgressora.

A quebra dessa hegemonia tem seu marco inicial com as “três Marias”, com as Novas Cartas Portuguesas, segundo explica a própria Maria Teresa Horta:

Foi o primeiro caso internacional feminista no mundo! Moveu as mulheres do mundo ocidental todas. Incluindo a Simone de Beauvoir. Atravessaram Paris duas vezes, com escritores e atores, em direção à embaixada portuguesa”. Tão somente esse aconteceu. “[...] também houve o caso das mulheres que subiram ao teto da embaixada portuguesa, na Holanda.”. Puseram os homens da embaixada todos cá fora, como eram muitas, e só ficaram mulheres lá dentro. Quando subiram ao telhado colocaram uma faixa grande a dizer “viva as três Marias”.²³

As vozes das três Marias iniciam um processo de representação de todas as outras vozes femininas que foram silenciadas ou permanecidas no anonimato, vozes essas que foram censuradas.

Embora retomem o tema da metalinguagem, que compõe a utopia de se encontrar na política da escrita, as três Marias expõem seus anseios, desejos e o tema erótico. A mulher inicia o processo de participação constituindo o desejo da mulher, ao produzir sob o olhar feminino de si mesma, de dentro para fora, de si para os outros, do individual para o social.

Já sobre D. Teresa Margarida da Silva e Orta, tem-se que

A voluntariosa Teresa, em tudo merecedora de pertencer ao chamado “século das mulheres”, nasceu em S. Paulo e veio, ainda menina, para Lisboa, onde estudou, casou e foi dama das Cortes de D. João V e de D. José I. No seu tempo era conhecida pela sua erudição e “engenho” poético.” (CABRITA, 2010, p. 77).

Dona de uma engenhosidade, conforme afirma Cabrita (2010), pois “costumava compor poesia de tema religioso ou de circunstância, mas, com as Aventuras, passa a utilizar a prosa e o tratamento do tema social com especial atenção aos assuntos políticos.” (CABRITA, 2010, p. 77). Essas intenções estão

²³ <http://ensina.rtp.pt/artigo/maria-teresa-horta-e-a-aventura-das-novas-cartas-portuguesas/>. Acesso em 12 de maio de 2022.

expostas em *As aventuras de Diófenes*²⁴ (1752), para Machado (2017), “uma novela de intenção moral e político social”.

Tal obra “teve sua edição intitulada *Máximas e Hemirena, Príncipes de Tebas*, venceram os mais apertados lances da desgraça, assinada por Dhorothea Engrássia Tavadra Dalmira, o pseudônimo de Teresa Margarida.” (COELHO, 1984, *apud* MACHADO, 2017, p. 61).

Por seu turno, em *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX* (2022), as organizadoras Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos, reúnem o pensamento de 16 mulheres. Destacaremos os pensamentos da britânica Mary Wollstonecraft e da francesa Olympe de Gouges, pois ambas produziram textos que “reivindicaram direitos para as mulheres e, por isso, têm sido comumente recuperadas por causa de suas ideias pioneiras sobre o que hoje entendemos por feminismo.”²⁵ (DAFLON; CAMPOS, 2022, p. 22).

Sobre a primeira etapa de produção escrita de Mary Wollstonecraft, coincide com o momento pré-revolucionário, em que o seu principal interesse teórico gira em torno da educação das mulheres: “Seus primeiros quatro livros, foram elaborados, tratando, paulatinamente, como deveria ser a educação dirigida às mulheres, enquanto tecia reflexões sobre o papel das mães, das famílias e sobre a finalidade do matrimônio.” (DAFLON; CAMPOS, 2022, p. 30).

A educação feminina se fez, principalmente, por influência de Rousseau (2004). Para o filósofo, era interessante mantê-las instruídas e capazes de manter uma conversa apropriada com os homens. “Por esse aspecto, o Iluminismo é um movimento contraditório, uma vez que não faz a conciliação entre as supostas diferenças entre os gêneros, embora tenha existido como uma filosofia que abarcava universal.” (MACHADO, 2017, p. 57).

²⁴ D. João V e o carácter absolutista da sua atuação aparecem quase explicitamente criticados neste romance, facto que também explicaria o facto de a obra ter sido entregue aos censores cerca de três meses depois da morte de D. João V. Esta atitude pode ser considerada como uma transgressão por parte de D. Teresa Margarida, não apenas ao nível de uma reivindicação feminina, mas da intervenção em esferas consideradas masculinas. E pagou por essa transgressão, pois a sua autoria foi posta em causa por grande parte da crítica. (CABRITA, 2010, p.78-79).

²⁵ Maria Filomena Dias Nascimento (1997, p. 82), em seu artigo *Ser mulher na Idade Média*, explica que “o feminismo é um fenómeno e uma preocupação circunscritos exclusivamente a um determinado período histórico”. E ressalta, ainda, que algumas obras que desvelam sobre o tema, “muitas vezes tem a sensação de que, mais do que uma preocupação em conhecer o passado, tenta-se moldar a realidade histórica às preocupações atuações de recuperação do prestígio feminino e de redefinição do papel da mulher”.

Para abordar sobre esse movimento contraditório, embasamo-nos nas pesquisas de Rosa Cobo, impressas no livro *Fundamentos del patriarcado moderno*, Jean Jacques Rousseau (1995). Sobre as teorias de Rousseau, a pesquisadora afirma que são misóginas:

Las teorías de Rousseau son tan marcadamente misóginas que ilustrados notables como D'Alembert han polemizado con él. En el año 1759 D'Alembert le envía una carta en la que desautoriza sus concepciones pedagógicas desde argumentaciones ilustradas sosteniendo que los defectos femeninos provienen de: «La esclavitud y degradación a que hemos reducido a las mujeres, las trabas que ponemos a su intelecto y a su corazón, la jerga fútil y humillante para ellas y para nosotros [...] Finalmente, la educación funesta, yo diría casi homicida, que les prescribimos, sin permitirles tener otra; educación en la que aprenden casi únicamente a fingir sin cesar, a ahogar todos los sentimientos, a ocultar todas sus opiniones y disfrazar todos sus pensamientos [...]». (COBO, 1995, p. 241)²⁶.

Nesse sentido, “*La teoría del Estado de Rousseau se organiza en torno a la defensa y salvaguardia de la libertad y de la igualdad de los ciudadanos (varones) [...]*” (COBO, 1995, p. 243)²⁷. Portanto, as mulheres eram submissas, formando um modelo patriarcal, pois cada membro possuía obrigações morais e materiais, seguindo o objetivo comum, cabendo ao homem o processo ativo na vida pública e política, e em casa ser o esposo e pai. Às mulheres, “*La sujeción.*” (COBO, 1995, p. 244).²⁸

Essa sujeição, segundo Mary, “*son apelaciones radicales a la razón*” (COBO, 1995, p. 245)²⁹ regula a organização político-social e a educação do indivíduo. Nesse sentido, o amor, a ternura, a felicidade fazem parte das virtudes femininas, pois “*Rousseau cree que las mujeres son la fuente de la pasión sexual o dicho de otra forma, cree que su naturaleza es profundamente irracional.*” (COBO, 1995, p.

²⁶ As teorias de Rousseau são tão marcadamente misóginas que notáveis iluministas, como d'Alembert, polemizaram com ele. No ano de 1759, D'Alembert enviou-lhe uma carta em que repudiava as suas concepções pedagógicas com base em argumentos esclarecidos, argumentando que os defeitos femininos provinham: “A escravidão e degradação a que reduzimos as mulheres, os obstáculos que colocamos à seu intelecto e seus corações, o jargão fútil e humilhante para eles e para nós [...] Enfim, a educação desastrosa, diria quase homicida, que prescrevemos, sem permitir que tenham outra; educação em que aprendem quase apenas a fingir sem cessar, a abafar todos os sentimentos, a esconder todas as suas opiniões e a disfarçar todos os seus pensamentos [...]. (COBO, 1995, p. 241).

²⁷ “A teoria do Estado de Rousseau é organizada em torno da defesa e salvaguarda da liberdade e igualdade dos cidadãos (homens) [...]” (COBO, 1995, p. 243).

²⁸ “A sujeição” (COBO, 1995, p. 244).

²⁹ “são apelos radicais à razão.” (COBO, 1995, p. 245).

245).³⁰ Esse é um ponto chave n'As Luzes de Leonor, por ser a principal busca de Leonor de Almeida – o conhecimento –. Embora cumpra com sua função matrimonial, suas atitudes rebeldes desconstruíram padrões, principalmente sobre a existência do conceito de família.

Ao desconstruir os padrões, citamos Maria Rita e Leonor de Almeida. Salientamos que Maria Teresa Horta descreve as duas irmãs com perfis totalmente diferentes. Por um lado, Maria é submissa ao pai, casa-se com o Conde da Ribeira. Por outro lado, Leonor de Almeida casa-se com um conde alemão, antes, porém, conforme mencionado anteriormente, fê-lo aceitar as designações de seu país, uma vez que ele teve de se converter ao Cristianismo. Nesse sentido, Maria Teresa Horta caracteriza o perfil de Leonor de Almeida, comparando ao da avó materna, contrapondo ao de Maria Rita:

E sendo Leonor a que tenta rebelar-se, fugir-lhe apesar das afirmações contrárias, é a ela que teima em dominar, em domar, em dirigir, a fim de lhe modificar o carácter forte e resistente ao mando alheio, igual ao de sua avó a marquesa de Távora, sogra de quem ele nunca gostara. Em Leonor reconhece a insolência. O modo como se recusa a obedecer. Em tudo contrária à doçura da mãe e ao mel de Maria [...] (HORTA, 2017, p. 138)

Leonor de Almeida, portanto, é considerada rebelde, principalmente por tomar decisões e não consultar a opinião dos pais, por prevê as respostas de ambos. Na narrativa, Leonor de Lorena, “que na mulher apenas entende a humildade” (HORTA, 2017, p. 201), para as duas filhas sonhava “com um futuro de normalidade e recato, porque desse modo as sabe defendidas [...]” (HORTA, 2017, p. 99). Assim, a escolha de Leonor é repudiada pela mãe.

Menina, digo-te com susto.
Nunca tive eu outro pensamento que o do meu Pai e do meu marido, aceitando grata a obediência imposta, filha, e só de imaginar desobedecer eu tremo, menina, e gemo quando te escuto falar tanto de vontade própria como do desejo que o corpo faz ouvir, não apenas na quentura do coração, mas no resto inteiro, esquecida eu com merecimento de meus suores, sangues e cheiros que cubro, lavo, fecho por dentro da pele, mantendo-os limpos, afastada de todo pensamento impuro. (HORTA, 2017, p. 202).

³⁰ “Rousseau acredita que as mulheres são a fonte da paixão sexual ou, em outras palavras, acredita que a natureza delas é profundamente irracional.” (COBO, 1995, 245).

Por seu turno, a pesquisadora Jaqueline Lima (2022), ao investigar as trajetórias de vida e conduta das quatro mulheres da família Távora, revela que “o intuito de mostrar que Leonor de Lorena e Maria Rita são representadas como mulheres submissas, enquanto Leonor de Távora e Leonor de Almeida como resistentes e insubmissas.” (LIMA, 2022, p. 121), e conclui: “Assim, podemos dizer que, ao ficcionalizar a vida dessas figuras históricas, de certa forma, a autora dá voz, por meio das representações, a uma gama de mulheres que foram vítimas e silenciadas pelos poderes dominantes.” (LIMA, 2022, p. 124). Leonor de Almeida representa uma dessas vozes ao questionar os padrões, por ter atitudes rebeldes, ao escrever seus poemas ousados, principalmente após a morte de Carlos Augusto, quando ela inicia um relacionamento com general da Vendeia, o jovem Henri Forestier.

Sobre essa retórica sentimental da existência da família, em Rousseau, Cobo afirma que há uma luta de poder, pois a sujeição e a violência provocam problemas irreversíveis:

La retórica sentimental rousseauiana esconde una lucha de poder soterrada entre los mismos miembros del matrimonio. Desde el momento en que hay sujeción de una de las partes, hay violencia por la otra. Sujeción y violencia son realidades correlativas. Si, por una parte, la existencia de la familia tal y como es definida por Rousseau libera al varón de muchas energías que serían dedicadas al ejercicio del espacio público, por otra la sujeción de la mujer provoca un problema de violencia latente imposible de resolver. (COBO, 1995, 247).³¹

O pensamento de Rousseau assegura-se no patriarcado, em que a mulher deve garantir a unidade familiar, cumprir o papel tradicional de filha obediente, esposa carinhosa e uma mãe que “*deve derramar ternura y solicitud hacia sus hijos.*” (COBO, 1995, 247).³² Nesse sentido, “*La familia rousseauiana actúa como el soporte material e ideológico básico del Estado.*” (COBO, 1995, p. 250).³³, pois para

³¹ A retórica sentimental de Rousseau esconde uma luta de poder oculta entre os próprios casais. A partir do momento que há sujeição de uma das partes, há violência da outra. Sujeição e violência são realidades correlatas. Se, por um lado, a existência da família tal como definida por Rousseau libera o homem de muitas energias que seriam dedicadas ao exercício do espaço público, por outro, a sujeição da mulher acarreta um problema de violência latente que é impossível de resolver. (COBO, 1995, 247).

³² “Você deve derramar ternura e cuidado com seus filhos.” (COBO, 1995, 247).

³³ “A família rousseauiana atua como suporte material e ideológico básico do Estado.” (COBO, 1995, p. 250).

Rousseau, a função das mulheres consistia em transmitir os valores políticos, ou seja, educar os filhos no espaço privado, complementado no espaço público:

La función de las mujeres como transmisoras de los valores políticos e morales es un rasgo fundamental de este ideal familiar patriarcal. La asignación a las mujeres de la tarea de educar los hijos para ejercer en el futuro la ciudadanía reposa en la idea de que la mujer es la portadora de la piedad. Las mujeres, a través del ejercicio de la maternidad hacen posible que los niños recuperen ese sentimiento del estado de naturaleza. Una vez interiorizada, la piedad será transportada al espacio público en ciudadanos. La educación pública completará la tarea de la madre. (COBO, 1995, p. 250).³⁴

Para Conceição Flores (2007), sobre a educação das mulheres, “parte da crítica à futilidade feminina para sugerir que o estudo, o conhecimento e a leitura deveriam ser ‘companheiros’ femininos.” (FLORES, 2007, p. 5). A pesquisadora destaca ainda sobre as sugestões de livros às mulheres enquanto enclausuradas, excluindo, portanto, “os ‘perniciosos os que tratam das paixões’ [...] porque essas leituras impedem de ver ‘as luzes.’” (FLORES, 2007, p. 5).

Roco, ao citar as pesquisas de Mary Wollstonecraft³⁵, cujo principal objetivo é contra-argumentar sobre o que realmente fundamenta o patriarcado desconstruindo os argumentos do filósofo ao definir um novo ideal feminino a partir da nova família patriarcal. Segundo Cobo (1995), Mary Wollstonecraft não critica somente Rousseau, mas todos os autores que “*habían conceptualizado um modelo de mujer que contradecía a la naturaleza mostrándola um modelo como un ser artificial, débil e inferior al varón.*” (COBO, 1995, p. 252).³⁶

No romance em análise, conforme citado, Maria Rita representa essa mulher submissa à família, ao esposo, ao Estado, à igreja, aos filhos. Nos primeiros anos no convento, “sonhava com as suas bonecas” (HORTA, 2017, p. 53). Durante a

³⁴ O papel da mulher como transmissora de valores políticos e morais é uma característica fundamental desse ideal de família patriarcal. A atribuição às mulheres da tarefa de educar os filhos para o exercício da cidadania no futuro repousa na ideia de que as mulheres são portadoras de pena. As mulheres, através do exercício da maternidade, possibilitam que os filhos recuperem esse sentimento do estado de natureza. Uma vez interiorizada, a misericórdia será transportada para o espaço público nos cidadãos. A educação pública completará a tarefa da mãe. (COBO, 1995, p. 250).

³⁵ A crítica de Maria é dirigida ao capítulo V do Emílio, no qual Rousseau teoriza o novo paradigma da mulher [...] mostrando suas próprias contradições, opondo continuamente o dever de Rousseau a um dever concreto e real. (COBO, 1995, p. 253)

³⁶ “Eles conceituaram um modelo de mulher que contradizia a natureza ao mostrá-la como um ser artificial, fraco e inferior ao homem.” (COBO, 1995, p. 252).

adolescência, apaixona-se por Filinto Elísio, de início, um amor não correspondido³⁷, porém, quando obtém respostas desse amor, casa-se com o Conde da Ribeira, obedecendo as ordens do pai. Nesse ínterim, a mãe dizia-lhe: “E a ti, Maria, digo-te o mesmo de sempre: esquece o que há para esquecer, filha, pois é errado supormos que esta vida pode ser mais para as mulheres do que um vale de lágrimas.” (HORTA, 2017, p. 254).

Após o casamento com o Conde da Ribeira, através dos monólogos, Maria Teresa Horta nos faz entender que a personagem vivia um relacionamento infeliz. Naqueles, Maria Rita revela suas angústias, seus arrependimentos. Os conselhos da mãe às filhas eram palavras de conformismo e aceitação das circunstâncias. “[...]. Até porque existe apenas um possível caminho na vida das mulheres – o da conformação e aceite da pesada cruz que sempre teremos de arrastar até o fim dos nossos dias.” (HORTA, 2017, p. 373).

Recordemos, pois, na ação rebelde de Leonor ao questionar seu pai, e não aceitar os desígnios à sua vida, sendo esta a sua primeira vitória oficial diante dos patriarcas – após a clausura –, que as “Decisões do poder paternal que só Leonor tem a ousadia de contrariar, presa de ideias e ideais no mínimo insensatos, que ele em tudo repudia. À medida que as cláusulas são lidas, Leonor rejubila. Ela é a grande vencedora daquele dia.” (HORTA, 2017, 209).

No entanto, Leonor de Almeida recusava-se a atender essa educação contrária aos seus pensamentos, à sua filosofia de vida. A educação dada às filhas, por exemplo, foi confiada ao mestre Crescentini:

“Especialmente das meninas mais velhas, a perderem-se já em sonhos próprios da idade, o que as leva a querer afastarem-se do estudo, cousa que D. Leonor nunca toleraria, defendendo com convicção ser a ignorância o gérmen, a raiz de todos os defeitos e ignomínias.” (HORTA, 2017, p. 715).

Observamos, portanto, uma personagem de voz ativa, que defende o saber para a sua e às próximas gerações.

³⁷ “Ambos se arrependem por não lutarem por esse amor. Maria Rita por ser submissa às ordens do pai e Filinto Elísio, embora ora se apaixonar por Maria Rita ora por sua discípula fiel (Leonor de Almeida - que o rejeitara) declara ser um fraco. Filinto reconheceu logo o valor do seu talento de poeta, menina a desabrochar mulher à sua vista, sedenta. Agora a fazer-lhe lembrar Maria apesar de serem irmãs tão diversas. Entre ambas se dividira, mas sempre que cedera a Leonor esta rejeitara-o, para logo tornar quando ele se aproximava de Maria. E Filinto envergonhava-se por se perceber tão fraco.” (HORTA, 2017, p. 368).

Ao criticar o pensamento misógino de Rousseau em relação às mulheres, Mary “*ataca directamente o conceito de virtude.*” (COBO, 1995, p. 257)³⁸. Ao atacar o filósofo, a pesquisadora afirma que essas atitudes se devem à “*apropiación histórica de la razón por parte dos varóns. [...]*” (ROCO, 1995, p. 258)³⁹. Portanto, “*La denuncia de Rousseau se extiende a las genealogías de todo tipo de poder. Su pretensión es la impugnación y el desenmascaramiento de cualquier poder ilegítimo, es decir, no basado explícitamente en el consentimiento.*” (ROCO, 1995, p. 260)⁴⁰.

Nesse sentido, esse modelo de democracia sustenta o patriarcado, mantendo um modelo de domínio de homens sobre as mulheres, exigindo submissões. Ademais, esse processo exclui as mulheres de exercer a cidadania, impedindo-as de viver uma vida democrática, pois cabe às mulheres, conforme mencionado anteriormente, desempenhar as funções relacionadas à família, no âmbito doméstico. Segundo Cobo (1995), essas contradições devem e podem ser úteis para a emancipação de um projeto feminismo:

aunque la emancipación de sociedad y de Estado de Rousseau, ciertos principios éticos y políticos que alientan su pensamiento pueden y deben ser útiles para el proyecto emancipador que es el feminismo. Su apelación a la libertad y a igualdad, su postulado de hacer un uso crítico de la razón, la idea de distribuir el poder igualitariamente entre todos los individuos, la crítica a la desigualdad...forman parte del bagaje moral de cualquier proyecto libertador. (COBO, 1995, p. 269).⁴¹

Ao elaborar um modelo familiar burguês, Rousseau é criticado principalmente por teorizar uma concepção de sujeição, embasada no consentimento, o que nos remete aos pensamentos de Olympe de Gouges ou Marie Olympe de Gouges⁴², que foi ativista, dramaturga, escritora e abolicionista, tendo participado da Revolução Francesa (momento de sua morte, conforme mencionado no 1º capítulo deste

³⁸ “Ataca diretamente ou conceito de virtude.” (COBO, 1995, p. 257).

³⁹ “Apropriação histórica da razão por dois homens. [...]” (ROCO, 1995, p. 258).

⁴⁰ “A denúncia de Rousseau se estende às genealogias de todos os tipos de poder. Sua pretensão é desafiar e desmascarar qualquer poder ilegítimo, ou seja, não baseado explicitamente no consentimento.” (ROCO, 1995, p. 260).

⁴¹ Apesar da emancipação da sociedade e do Estado de Rousseau, certos princípios éticos e políticos que estimulam seu pensamento podem e devem ser úteis para o projeto emancipatório que é o feminismo. Seu apelo à liberdade e à igualdade, seu postulado de uso crítico da razão, a ideia de distribuir o poder igualmente entre todos os indivíduos, sua crítica à desigualdade... fazem parte da bagagem moral de qualquer projeto libertador. (COBO, 1995, p. 269).

⁴² Adotou o nome do meio de sua mãe, Anne Olympe Moisset de Gouze, e alterou a grafia do sobrenome para “de Gouges, mais aristocrático, quando se mudou para Paris, em 1774.” (DAFLON; CAMPOS, 2022, p.21).

trabalho). O seu legado na sociologia dá-se por sua “intensa reivindicação à igualdade entre os sexos, à abolição da escravidão, à defesa dos filhos gerados fora do casamento e à denúncia à tirania.” (DAFLON; CAMPOS, 2022, p. 21). Essas mulheres lutaram veementemente por uma causa inclusiva e libertadora, contribuindo para o processo de emancipação política e conquistando algum cargo no espaço público, ainda que tivessem de ser dividir em esposa e mãe. Daí reconhecemos nessas mulheres citadas a semelhança com a Marquesa de Alorna pela postura *avant la lettre* em relação aos direitos das mulheres, como apresentamos de maneira muito panorâmica e sucinta.

3.1 BREVE PERCURSO BIOGRÁFICO: O QUE CHEGOU ATÉ NÓS SOBRE A MARQUESA DE ALORNA?

Leonor, Alcipe, condessa d'Oeynhausien, Marquesa de Alorna - nomes de uma mulher única e invulgarmente plural. Chamei-lhe Senhora do Mundo. Poderia ter-lhe chamado senhora dos mundos. Dos muitos mundos de que se fez senhora.

(Maria João Lopo de Carvalho)

A primeira biografia sobre a Marquesa de Alorna que se conhece foi redigida por duas filhas da autora, Henriqueta e Francisca, e é intitulada “Notícia Biográfica”, que antecede a primeira e única edição das suas Obras completas, em 1844⁴³. Este texto preocupa-se em exaltar a figura de Alcipe enquanto representante de uma classe, dedicando amplo espaço a sua genealogia e a do marido, enumerando as distinções e honrarias que lhe foram concedidas em vida pelo Papa, por reis e por príncipes, assinalando a injustiça do seu cativeiro em Chelas e destacando sua vasta cultura.

Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre nasceu em São Jorge de Arroios, no dia 31 de outubro de 1750, e faleceu em 11 de outubro de 1839 (88 anos). Era neta dos marqueses de Távora, Francisco de Assis e Leonor Távora, e filha de João Almeida Portugal e Leonor de Lorena Távora.

Em virtude do escândalo envolvendo a avó materna, a família sofreu punições, e avós e tios foram executados, enquanto que o pai de Leonor foi preso na Torre de Belém, e logo após transferido ao Forte do Junqueira. Aos 8 anos de idade, Leonor

⁴³ A biografia e as obras completas são publicadas pouco depois de sua morte.

de Almeida foi encarcerada como prisioneira com a mãe e a irmã, no convento de São Felix, em Chelas, de 1758 a 1777. Durante o período em que esteve encarcerada, dedicou-se a leituras de índole iluministas, como apontamos.

Leonor de Almeida foi a 4ª marquesa de Alorna e 9ª Condessa de Oeynhausen, por casamento com Karl von Oyenhausen Gravenburg, alemão, que converteu-se a religião dos portugueses para que fosse realizado o matrimônio, e com ele teve 8 filhos: a primeira Leonor Benedita Maria de Oyenhausen de Almeida (Porto, 30 de novembro de 1780 – Benfica, 18 de outubro de 1850), Maria Regina de Oyenhausen de Almeida (Viena, morreu com um ano de idade), Frederica de Oyenhausen de Almeida (Viena, 1782 – Pena, outubro de 1847), Juliana Maria Luisa Carolina de Oyenhausen de Almeida (Viena, 1 de setembro de 1784 – São Petersburgo 14 de novembro de 1864), Carlos Frederico Oyenhausen de Almeida (Avignon, morreu jovem), Henriqueta de Oyenhausen de Almeida (Marselha, 3 de janeiro de 1787 – Alcântara, 20 de março de 1860), Luísa de Oyenhausen de Almeida (Lisboa, 1789) e João Carlos Ulrico de Oyenhausen de Almeida (Lisboa, 31 de outubro de 1791 – Lapa, 14 de agosto de 1822).

A marquesa esteve entre as elites europeias, e manteve sua devoção à cultura. Era bilíngue, passou por Lisboa, Porto, Paris, Avignono, Marselha, Madrid, Londres, Viena e Áustria. Com sua saúde debilitada na Áustria, retornou com o marido à Lisboa, sendo nomeado Inspetor-Geral da Infância. Ainda no posto de governador de Algarve, morreu aos 54 anos, em 3 de março de 1793.

Viúva, Leonor retirou-se de Lisboa e encaminhou-se com os filhos para suas propriedades em Almerim, onde promovia serviços sociais, principalmente no que envolvia à educação de mulheres. Foi nomeada dama de honor da rainha D. Carlota Joaquina. Após a morte do pai, em 1802 e após ser acusada de traição por propagar ideais iluministas – supostamente, com Henry Forestier, um general francês – Leonor partiu para Madrid, e em seguida para a Inglaterra. O general foi morto pelo embaixador de Portugal, D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal, após a invasão francesa a Portugal e da fuga da família Real para o Brasil. Em virtude dos problemas do irmão, em 1809, Leonor retornou a Portugal, porém os governadores a expulsaram do país. Voltou à Inglaterra, onde permaneceu até 1813. Após a morte de D. Pedro de Almeida, seu irmão, obteve licença para retornar a Portugal, fixando residência em Benfica. Dez anos após a morte do irmão, obteve reabilitação da

memória, condenado por traição à pátria. Leonor passou a utilizar do título de 4ª Marquesa de Alorna, e todos os vínculos deixados pelo irmão. Faleceu em 11 de outubro de 1839, na Rua do Salitre, na Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus, vinte dias antes de completar 89 anos. Em testamento, deixara sua filha Henriqueta como testamenteira.

Em síntese, em sua longínqua⁴⁴ trajetória de vida, Leonor foi enclausurada, estudou, casou-se, foi esposa, mãe e amante. Publicou vários livros. Frequentou palácios, esteve com reis e imperadores, filósofos e poetas. Influenciou políticas, conheceu paixões ardentes, experimentou a opulência e a pobreza, a veneração e o exílio. Junto com Teresa Margarida da Silva e Orta, Leonor de Almeida, a que Alexandre Herculano cognominou “a *Staël* portuguesa”, está inserida como pioneira na história da literatura portuguesa. De tal modo, junto com a sua família, amigos e perseguidores, Maria Teresa Horta nos entrega a “sedutora de anjos e poetas”.

3.2 A SAGA ILUMINISTA DA MARQUESA DE ALORNA: A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Será que minha vida poderia ter sido diversa?
(As Luzes de Leonor, Maria Teresa Horta)

O padrão de cenas da magnificência real e da história de Portugal inseridos nos primeiros romances históricos detalham os grandes feitos dos heróis, sobretudo, do sexo masculino. No romance em análise, Horta também resgata esse passado histórico, além de apresentar os conflitos internos e externos do país, esses, portanto, guardados na memória dos portugueses. A diferença, em relação a outros romances históricos, é que encontramos a voz de uma heroína a partir das denúncias e de seus grandes feitos.

Atendo-nos ao romance, que tem como foco Leonor de Almeida Portugal, neta dos marqueses de Távora, que se casou com Carlos Augusto, e recebeu o título nobiliárquico de 4ª Marquesa de Alorna. Sob acusação de regicídio aos avós maternos, em 1758, aos 8 anos idade, por ordem do Marquês de Pombal, Leonor de Almeida foi enclausurada, com sua mãe Leonor Lorena Távora e a irmã Maria Rita,

⁴⁴ Invulgar longevidade para a época. Leonor foi sepultada no dia seguinte à sua morte, em jazigo particular, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, Portugal.

no convento de São Félix. Seus tios e seus avós foram enforcados e seu pai preso no Forte. Conforme enxerto a seguir:

Aos dezoito anos me vi forçada a passar no convento de São Félix, em Chelas, pela suprema vontade de um déspota, cedo me determinaram a existência, pois ao condenar à morte os meus avós Távora, ao prender meu pai nas masmorras do Junqueira e ao mandar enclausurar a minha mãe num mosteiro, comigo e a mana Maria no rasto e a sombra de sua saia, julgou Sebastião José de Carvalho e Melo salgar o chão do meu destino. (HORTA, 2017, p. 22).

Houve a interrupção da infância e da adolescência, juntamente com as demais mulheres da família, pois permaneceram presas no convento durante 18 anos. Nesse período, Leonor estudou, leu livros considerados proibidos pela Inquisição e pela monarquia, por conter conteúdos que propagavam ideais iluministas.

Aos 27 anos, Leonor saiu do convento, precedida pela fama de sua beleza incomparável. Bilíngue, espalhava luzes e talento poético. Conviveu com Maria Antonieta e com a imperatriz Maria Teresa. Ao lado de Bocage e outros poetas, como Pe. Francisco Manuel do Nascimento, cujo cognome, era Correia Garção, e Filinto Elísio, despertaram e ampliaram os questionamentos, sobretudo, às proibições e interrupções às mulheres. Uma dessas proibições referia-se à escolha do noivo. Observamos na QUEIXA DE MARIA, ao relatar que “enquanto em Leonor há rebeldia, em mim há submissão.” (HORTA. 2017, p. 170), e “Tento explicar-lhe como está enganada e ela nem me ouve, entretida com as suas fantasias, e a lutar com o nosso Pai face à sua recusa em aceitar o namoro e menos ainda o noivado dela com o conde de Oeynhausen, a quem ele também odeia.” (HORTA. 2017, p. 170).

Ao contrário de sua irmã Maria Rita, casou-se com o marido que escolheu, o casamento que para muitas mulheres era considerado clausura. Leonor via em Carlos Augusto de Oeynhausen uma saída para “iluminar-se” em outros países. Ao tornar-se valida da Rainha D. Maria, que apadrinha o casamento e cede a Carlos Augusto – oficial alemão – cargo de embaixador de Portugal em Viena, sob a condição de o casal deixar o/a filho (a) primogênito (a) em Portugal.

Desse modo, embora contrariando o pai, por essa decisão de casar com o alemão, Leonor de Almeida abre para si, conforme planejado, portas para a Europa

“civilizada”, sendo notada nos salões mais cultos de Paris e de Viena. Em sua jornada, percorre estradas da Alemanha, Espanha e França – onde conhece Madame de Stäel. Leonor sempre esteve rodeada de livros e cadernos, nos quais registrou seus poemas e escreveu cartas para amigas, familiares, Rainha; sobretudo, a intenção de Leonor era enviar notícias sobre a Revolução Francesa.

Durante essa fase adulta, Leonor de Almeida teve de ser mulher, mãe, escritora e poetisa. Os seus oito filhos⁴⁵ ficaram órfãos de pai a partir de 1793. Nesse mesmo ano, Leonor regressa à Lisboa para assegurar a educação dos filhos. A condessa se torna amante do jovem general da Vendeia, Henri Forestier. Diante dos acontecimentos e tudo o que achou possível lutar, Leonor ajudou a fundar a Sociedade das Rosas, e por isso enfrentou perseguições de Lannes e do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique. Esse, pressionado por Paris, a expulsa de Portugal, em 1803.

Desse modo, a autora recria a trajetória de vida de Leonor de Almeida, e apresenta, intencionalmente, uma mulher “exemplar”. De acordo com Jaqueline Lima,

ao reconstituir a trajetória de Leonor de Almeida, a Marquesa de Alorna, recupera e dá destaque tanto aos aspectos da sua vida e da sua atuação literária, como também de outras mulheres escritoras que atuaram no período setecentista, como, por exemplo, Teresa de Mello Breyner, Joana Isabel Forjaz, e aquelas que atuaram em outros períodos e contextos históricos, uma vez que introduz na narrativa “de maneira discreta, mas reconhecível, citações de escritoras de vários tempos” (ANASTÁCIO, 2019, p. 358).

Ao longo do tempo, mulheres escritoras, poetisas e jornalistas ganharam destaque, e a possibilidade de verem suas vozes ecoadas através dos livros. Maria Teresa Horta tem publicações de cunho jornalístico e ficcional, sempre uma escrita voltada aos problemas da mulher na sociedade, subvertendo, através da escrita, ordenamentos sociais.

Ao subverter esse ordenamento, Maria Teresa Horta revela-se como uma feminista, defensora de ideais iluministas⁴⁶ e de propagação do saber, capaz de traçar o próprio destino, fazer suas próprias escolhas. A esse propósito, Leonor de Almeida buscava esses conhecimentos:

⁴⁵ Conferir os nomes, na árvore genealógica da Família Távora.

⁴⁶ Contudo, lembremo-nos que as ideias de Rousseau, apesar de avançadas e libertárias, eram bastante retrógradas, no que diz respeito às mulheres.

Incrédulos diante dos ideais mantidos intactos, tal como os princípios por mim defendidos como primordiais, determinantes da minha vida, juntamente com o gosto pela liberdade: o conhecimento, o estudo e a poesia. As Luzes. (HORTA, 2017, p. 170).

Cabe ressaltar que, embora a autora trace a trajetória de Leonor de Almeida no romance, Maria Teresa Horta não aborda idade de vivência⁴⁷ da protagonista. Entretanto, entrega-nos um livro cronologicamente elaborado, datado, de acordo com os fatos e com as viagens de Leonor de Almeida, sobretudo suas paixões, tidas como “ilimitadas”, por mais que o sistema lutasse a seu desfavor. Releva-se, assim, os preconceitos e a marginalização pela condição de “ter nascido mulher”:

Hoje já não me iludo ao reconhecer os sinais do desassossego, consciente do pouco que me sobeja, mas também daquilo que em demasia me falta; a confrontar a lividez do presente com o fogo e o fulgor do passado, quando exigia da vida o impossível, pois então tudo me parecia fácil, tomada por emoções, que na altura – sabia – só poderiam parecer condenáveis; e por isso encobri paixões ou iludi-as, simulando submeter-me, fingindo ser o meu avesso, embora interiormente inconformada com os limites impostos pela condição de mulher. (HORTA, 2017, p. 21)

Em “Memória”, Leonor de Almeida relembra o quão necessário foi o florescer da desobediência para o seu crescimento: “Quantas vezes perdi e reganhei alento para ir mais além, apesar da nenhuma proteção, a percorrer decidida as estradas da Europa.” (HORTA, 2017, p.21). Forte e determinada, negava-se a se calar frente às injustiças.

Diante desse contexto, observamos que a saga de Leonor inicia quando ainda criança conta, recria histórias, narrativas imbuídas de fadas, feras, feiticeiras, amazonas, escondidos através de “olhares ínvios que lhes arrancariam sem dó nem piedade a vigorosa força feminina” (HORTA, 2017, p. 23), histórias estas das quais, anos mais tarde, lembraria no convento de Chelas.

As ações de Leonor, neste local, revelam sua rebeldia e desconfiança em relação à oração aos santos. Dentre essas ações, Leonor ignora as pessoas que oram ajoelhadas, porém, ela, após ameaçada de castigo, dobra um joelho e deixa o outro levantado. Os terços que lhes são entregues, são enrolados e desenrolados, apenas, por não saber rezar e, ao aperceber que o pai está no fundo da igreja, a avó,

⁴⁷ O romance inicia no ano 1758 e é finalizado em 1803.

D. Leonor de Távora, ralha com ela, pois estaria fingindo uma obediência que não usa. Leonor, então, volta-se para frente e pensa: “Vou fechar os olhos e já sonho”. (HORTA, 2017, p. 25). Sonhos com “anjos e aparições, que sempre evitava de contar”. (HORTA, 2017, p. 26).

Nesse, e em outros aspectos, Leonor de Almeida se difere de sua irmã Maria Rita e de seu irmão Pedro, preferido de sua mãe, conforme observamos no trecho a seguir:

Leonor de Lorena prefere o menino, por enquanto manso ao embalá-lo nos braços. As meninas sempre foram mais soltas, ávidas e amigas; tão diversas de si própria quando pequena, como elas são hoje, que por vezes nem as reconhece dos mesmos sangues, de as ter parido. (HORTA, 2017, P. 26).

Uma dessas diferenciações está na curiosidade de Leonor, principalmente em conhecer, bem como “no idear na dimensão do impensável, a querer chegar compreensão do novo, levando-lhe com entusiasmo aos estudos”. (HORTA, 2017, p. 28). De certa forma, o pai de Leonor reconhece essas curiosidades e interesses pelo saber, o que o fez assumir a função de professor:

Ensinaamentos que passo para a minha filha, demasiado curiosa e impetuosa para a pouca idade; impaciente mais do que eu, seu Pai, sempre envolvido em eternas dúvidas, enquanto ela confunde sabedoria com o sonho que a impele a questionar, pergunta após pergunta, em busca de uma resposta que teima em fugir. Mas isso, em vez de diminuir o entusiasmo, só faz aumentar-lhe a sede de saber, que fica sempre aquém do ambicionado. (HORTA, 2017, p. 28).

Juntos, nos momentos felizes, e nos momentos difíceis e assustadores, como quando o Terremoto que atingira Lisboa, fato ocorrido enquanto se divertiam na quinta dos condes de Assumar: “entre assomos de riso, estão prestes a esconder-se na sombra da latada das rosas púrpuras, chega-lhes um revolvido e surdo clamor subido das entranhas da terra, ao mesmo tempo que o chão lhes foge debaixo dos pés desequilibrando-as. (HORTA, 2017, p. 34).

A narrativa deixa antever que o caos formado a partir dos fenômenos naturais pré-anunciavam a separação da família, que após acusação de regicídio, de fato, sofreriam consequências trágicas, já que alguns familiares seriam estrangulados; as mulheres foram levadas ao convento e o patriarca ao Forte do Junqueira. Leonor de

Almeida, aos oito anos de idade, foi levada como prisioneira para um local desconhecido, descrito, conforme o enxerto a seguir:

Estávamos na verdade diante do convento de S. Félix, no vale de Chelas, cujas portas de madeira pesada e escurecida pelos anos, com grandes gonzos firmados nos umbrais de pedra grossa trabalhados em ogiva, demoraram a abrir. Passámo-las por azulejos azuis e brancos com esbatidos desenhos geométricos, tal como me lembro ver à claridade esvaída das lanternas e dos archotes levados pelos soldados que naquela noite tempestuosa de Dezembro de 1758 nos escoltaram; chamas oscilantes a crepitar sob a chuva, que alumiavam mal os degraus começaram já na terra batida. (HORTA, 2017, p. 48).

O irmão Pedro não pôde ficar no convento religioso, onde “não se pode criar um menino.” (HORTA, 2017, p. 52). O desembargador Eusébio Tavares o levou, então, à casa da Boa Morte, para viver com criados e alguns parentes distantes. Neste período, a saga de Leonor de Almeida e das demais presentes no convento era pela sobrevivência, visto que o inverno era rigoroso:

É rigoroso o primeiro de muitos invernos passados por elas no convento do vale de Chelas. Leonor treme de frio na inóspita cela despida, que partilha com a irmã, sono leve e inquieto enrodilhada sobre própria, as pequenas mãos enregeladas e roxas a tentarem tomar do corpo o calor que lhes falta: ora debaixo das axilas, ora entre as coxas fechadas. (HORTA, 2017, p. 53).

Assim como o clima meteorológico, o clima da relação com as religiosas não era de todo pacífico, pois resistir ao processo foi doloroso, após sobreviver a um terremoto e perder o conforto do lar. Ademais, ter de seguir novas regras, novos hábitos alimentares, vestimentas religiosas, sobretudo, às novas condições que lhe impuseram angústias e sofrimentos: “Uma noite em que procurara a quentura boa do corpo da mãe, no compartimento ao lado, esta, sacudira-a, dizendo-lhe num tom seco e ríspido: Volte já para o seu leito e comporte-se como uma menina da sua condição!” (HORTA, 2017, p. 53).

Essa condição a deixava triste, porém não se abatia diante das circunstâncias, por isso algumas vezes foge das celas, embora perseguida e invejada por algumas freiras: “Leonor não desiste de imaginar o mundo lá que continua a existir lá fora, embora à medida que os dias passam o vá sentindo cada vez mais distante da sua memória. Daí a urgência de o reinventar à luz de uma realidade intensa.” (HORTA, 2017, p. 54).

Com dez anos, ainda prisioneira do Estado, Leonor de Almeida mantém-se interessada nos cadernos e livros. A memória a faz recordar o quão grande e alto pode ser o voo através dos livros. No momento, tido como sonhos de liberdade, voo para o futuro, embora consciente da reclusão, Horta escreve que

Maria não gosta de ficar sozinha. A irmã, pelo contrário, prefere estar fechada no quarto debruçada em seus cadernos e livros, voando pelo interior das páginas das histórias, dos pensamentos que sempre a levam até a mais aguda consciência da inevitabilidade da sua reclusão, desse modo colocando-a, com dez anos ainda, diante da ideia do fanatismo, da prepotência, o que sua vez a reconduz à liberdade sempre associada ao passado que ela teme poder começar a esviar-se da memória. (HORTA, 2017, p. 56-57).

Através das memórias, Maria e Leonor têm atitudes diferentes: uma preferia a reclusão, a outra, a sonhar com a liberdade, embora acontece apenas através das páginas de livros. As leituras de Leonor davam-lhe a liberdade de pensamento, sobretudo, despertavam-lhe o tom de denúncia, o tecer críticas, principalmente contra as atitudes das freiras, que as chamavam de ignorantes, pois as atitudes levavam-nas a provocar danos em seus próprios corpos, conforme pode ser visto no enxerto a seguir:

Há freiras em Chelas usando cilícios debaixo dos hábitos, a lacerá-las em torno da cintura ou no cimo das coxas até ficarem em carne viva.
 Por penitência – garantem.
 Os joelhos rasgados pelas promessas.
 Os corpos lacerados pelas disciplinas com que se açoitam.
 Revolta-me a grande ignorância de que padecem, e as levam a causar o maior dano a si próprias, tornando-se também perigosas para quem as rodeia.
 As leituras apaixonantes que faço mostram-me o pensamento arrebatado, mas jamais a martirizarão obscura de quem vive mergulhado no negrume.
 Chelas, 4 de Abril de 1765. (HORTA, 2017, p. 62).

De acordo com a narradora, o pensamento de Leonor “é demasiado rico e ágil para ceder à prisão alguma, e os Exercícios Espirituais a que a submeteram não chegam para lhe domar o caráter ousado, ambicioso e rebelde.” (HORTA, 2017, p. 64).

Leonor de Almeida hesita não poder ter liberdade, pois cada vez mais a clausura, a que o destino promoveu, deixa-a pensativa. O que a impulsiona a prosseguir a saga iluminista são os poemas das amigas e o confessor. Antes de

dormir, ela lia e refletia sobre os poemas e outros escritos de Teresa de Ávila, e poemas de seu confessor frei Alexandre da Silva, a quem pede conselhos desde que chegou em Chelas: “Ganhara-lhe afeição, verdadeiro carinho, e quando pode defende-a da má vontade das intrigas das religiosas que dela se queixam ao arcebispo, ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, recende conde de Oeiras, ou até a El-Rei D. José.” (HORTA, 2017, p. 65).

Com o avançar do tempo cronológico da narrativa, vemos que na adolescência Leonor é malvista por não professar a fé católica. Diante disso, os membros da Companhia de Jesus aconselharam-na a repensar tais atitudes, visto que não se trata mais de uma criança, mas quase uma mulher “cheia de ambição e de vida, ansiando por alcançar o esplendor e nele cumprir um destino desmedido. Admira-lhe o saber, a cultura, as Luzes raras no sexo feminino amordaçado, e até mesmo na grande maioria dos homens portugueses.” (HORTA, 2017, p. 65).

Entre as freiras, o problema se dá por meio das comédias de Voltaire. Leonor de Almeida prefere discutir com o seu conselheiro sobre os pensamentos filosóficos, a arte da política, os avanços da ciência, ao invés do pensamento religioso. Opõe-se ao subjugo do corpo e à servidão. Conforme indaga-se: “Qual é a dimensão da minha dádiva? Entre a claridade e o negrume prefiro a Luz. Chelas, 20 de Janeiro de 1766.” (HORTA, 2017, p. 66). Ao pai, que há mais de seis anos não o escreve, Leonor diz:

tenta dominar a rebeldia, domar o pensamento, limitando-se a colocar no papel o relato da rotina do dia-a-dia, em dúvidas, as ideias que os estudos despertam e o que livros desencadeiam. A omitir revoltas, ambições os versos escritos, são feitos os seus sonhos assim como tudo aquilo que a leva a voar. Aqui e ali finge ceder [...]. Tapa os verdadeiros gostos literários, a admiração por Rousseau, Diderot, Voltaire e a filosofia das Luzes. (HORTA, 2017, p. 67).

Esse posicionamento de Leonor de Almeida, ao limitar os assuntos com o pai, ao fazê-lo pensar que ela está restrita e obediente, de seguir passivamente o destino feminino, em que o patriarcado molda as preferências, interfere na educação e forma o seu caráter. Porém, o que se tem é uma mulher “Mestra no iludir, joga com os sentimentos e o entendimento; faceira, julga evitar conflitos e tornear confrontos. Nunca deixando claro o não, como quem consente. Mas também sem jamais o dizer sim, e explicando isso com doces argumentos.” (HORTA, 2017, p. 67). Desse modo,

usa a ciência para se contrapor à religião. Nesse entremeio há ainda a escrita erótica.

Essa contraposição chama a atenção daqueles que a conhecem e a sua rebeldia, pois mesmo prisioneira, alça voos através de sonhos, até o conhecimento e o pensamento das Luzes: “Atormenta-me este meu permanente estado de divisão entre o coração e a razão. E, no entanto, persigo naturalmente a utopia e o sonho. Como dizia Da Vinci: Procuro o improvável, busco o proibido, desejo o impossível.” (HORTA, 2017, p. 72).

O improvável, o proibido, sobretudo, as atenções à Leonor, aumentam com a presença de Teresa de Mello Breyner no convento: “Olham-se com cuidado, suspeitosas, mas atraídas uma pela outra apesar da diferença de idade: Teresa no princípio da maturidade, Leonor saindo da adolescência. A estranharem encontra-se naquele lugar, que lhes parece em tudo contrário ao prazer e ao encantamento.” (HORTA, 2017, p. 73).

Nesse novo ciclo de vida que se inicia, conheceremos uma Leonor de Almeida por D. Josefa de Almeida, que a intitula como uma mulher “perigosa” (HORTA, 2017, p. 75), por perspectivar uma vida diferente dos moldes tradicionais patriarcais, a qualquer custo, e que, por esse motivo, prefere “estudar a assistir as missas, tanto se entregando às letras como às ciências.” (HORTA, 2017, p. 74). Leonor, concretizada como uma mulher culta, organista, pinta e escreve sermões quando lhos encomendam. Aprende o inglês, mas sabe outras línguas, fala com facilidade o espanhol e o francês. Dizem-na interessada em árabe e no latim.

Nessa fase adulta, Leonor é caracterizada por D. Josefa como “Desconcertante e imprevisível.” (HORTA, 2017, p. 74), por ler poesias de Camões, de Hildegarda de Bingen, de Teresa Ávila, de Corneille, de Horácio ou Racine, de Dante e de Pope, que ela não conhece. Mas, segundo julga, “parece interessar-se sobretudo por autores proibidos...” (HORTA, 2017, p. 74). Assim,

Principiara a troca de ideias, de dúvidas e de escritos, de livros e catálogos de editores franceses trazidos à socapa, que Leonor e Maria escondiam entre as pregas das saias para lerem nos quartos. Pouco tempo depois já se declamavam versos, pediam-se motes para fazer poesia. (HORTA, 2017, p. 78).

3.3 LEONOR E A PRESENÇA FEMININA: SORORIDADE

A amizade com Teresa Breyner facilitou o acesso de Leonor aos livros, principalmente os de poesias, como os de Soror Juana Inés de La Cruz e alguns “escritos dos versos recentes de poetas portugueses e brasileiros: de António Correia Garção, de Nicolau Tolentino, de Anastácio da Cunha, de Domingos Maximiano Torres e de Francisco.” (HORTA, 2017, p. 77).

Diante disso, tanto esses poetas quanto a poesia de Leonor ganharam destaques no convento, principalmente “quando as mulheres começaram a frequentar o parlatório, a diferença afigurou-se mais ainda, pois tudo as distinguia e diferia das madres, das noviças, das pensionistas e das recolhidas de Chelas.” (HORTA, 2017, p. 68). A partir de então, iniciou-se no convento de Chelas “discussões poéticas, os debates sobre a literatura, as dissertações acerca da botânica, da matemática e da filosofia. Da educação das mulheres.” (HORTA, 2017, p. 78).

No romance, Leonor de Almeida retruca este posicionamento, sobretudo às proibições impostas pela condição feminina que vão além da aquisição dos livros para leituras, pois esbarravam também no usufruto de seu corpo e a entrada em universidades:

[...] Apercebo-me de como Leonor fita, surpresa, o homem fardado que, tirando o chapéu, lhe diz ainda amável:
 – Vossa Excelência vai-me perdoar, mas as damas não podem entrar nas salas da Universidade.
 Ao que ela responde num tom mordente:
 – Vou à biblioteca, não preciso das vossas salas.
 Mas o guarda torna a barrar-lhe o caminho.
 – As damas também não podem frequentar a biblioteca.
 Como se tivesse sido esbofeteada, Leonor, indignada, pergunta quase num grito:
 – E não podem porquê?
 Um profundo silêncio responde à sua pergunta. (HORTA, 2017, p. 447).

Recorremos novamente à definição de Bluteau sobre o lexema “mulheres”, que mesmo defendendo as virtudes femininas, alude a vários estereótipos, a exemplo da tagarelice.

Portanto, considera-se que a misoginia, a partir dos costumes e imposições que os homens propagam, é uma forma de inferiorizar a mulher. Por isso, Cabrita

afirma que “Enquanto não é admitida a igualdade de inteligência e das funções femininas e masculinas, são estes, os sinais de uma época que marca o início da participação das mulheres no processo irreversível do saber.” (CABRITA, 2010, p. 65).

Por isso, para Maria Teresa Horta, as mulheres são vistas em segundo plano. O modelo conservadorista, por sua vez, trata a temática do erotismo na escrita das mulheres sob o ponto de vista condenador e acusador. Tais reflexões, em certo sentido, apontam a maneira incisiva que Horta aborda as questões referentes ao feminino e ao machismo, embora utilize linguagem poética e, por vezes, metafórica, características indissociáveis do seu pensamento político, que se assemelha ao da Marquesa.

Outro fator importante a ressaltar é presença de mulheres, como a Marquesa de Alorna, nos salões e ciclos literários, no intuito de declamar poesias e se sociabilizar com outros intelectuais da altura. E a Marquesa, como podemos ler ao longo do romance de Horta, também adentra em outros espaços públicos, como a política e a cultura, o que nos faz lembrar de mulheres e transgressões, como já referiu Aldinida Medeiros sobre a “a ativa participação da mulher na política, na economia, na cultura, e nas artes (de modo geral); basta que lembremos dos nomes da importância assente na História do país. São tantos, que quiséssemos iríamos até o início da História de Portugal.” (MEDEIROS, 2014, p. 216).

As notícias sobre a poetisa Leonor de Almeida despertam curiosidade na Corte, deixando a princesa do Brasil interessada em conhecer essa mulher famosa no convento, além de tudo bela e inteligente. O encarceramento não a impediu de sonhar com a liberdade, porém, todas essas características são resumidas em apenas um adjetivo: rebelde.

Esse adjetivo impede sua libertação, embora a princesa do Brasil reconheça e culpabilize a “Sebastião José de Carvalho e Melo pela injusta situação daquela descendente dos Távora.” (HORTA, 2017, p. 93), que permanecem aflitas à existência, recolhidas à castidade, respirando um “ar sufocante longe da liberdade... Viver num convento sem vocação é ser-se obrigado a abdicação da própria vida.” (HORTA, 2017, p. 100). Diante dessa confissão ao pai, Leonor de Almeida inicia o processo de ampliação da busca pela liberdade e divulgação de sua escrita.

Embora venha a abdicar de seu nome e assumir para si outros nomes ao escrever em seus diários, “A imaginar novas sociedades, outras regras e modos de pensar, diz Leonor, que nunca se esquivava a explicar-se, com olhar de brilho. E assina como Alcipe os últimos versos, mas conservando ainda os heterónimos dados a si própria Lília, Lise, Lídia...” (HORTA, 2017, p. 99). Já Francisco Manuel do Nascimento apresenta-nos Alcipe. “Em troca dá-lhe ela o nome de Elísio, que ele juntou ao de Filinto.” (HORTA, 2017, p. 99).

Nesse sentido, Leonor de Almeida é vista como uma mulher de poesia conhecida pela clareza e argumentos de suas ideias, vista como rebelde, longe de obter a clemência e a compaixão, mas nunca desistindo de surpreender-se, de aceder ao conhecimento como processo de autocompreensão de si mesma e do mundo que a cerca.

O entendimento dos acusadores que as trancafiaram no convento deu-se, de fato, a partir da morte do Rei D. José, sobretudo, com o afastamento do Marquês de Pombal. Por isso, Leonor e as demais mulheres da família Távora saíram, finalmente, da clausura imposta e “as portas de Chelas se abriram para nós, voltei-me a olhar para trás, como se quisesse tentar arrastar comigo grande parte da minha vida que ali ficava perdida na obscuridade” (HORTA, 2017, p. 125).

A essa nova fase da vida a ser (re)construída questiona-se: “Será que minha vida poderia ter sido diversa?” (HORTA, 2017, p. 22). Por isso, após sofrer a opressão política e masculina, Leonor reflete sobre a sua própria condição de ter de passar 19 anos enclausurada.

Sobre a questão de sociedades governadas por déspotas, Michèle Crampe Casnabet afirma que “o governo despótico é monstruoso, só pode parecer pelos seus próprios meios: a violência e o prazer desenfreado que termina com a morte.” (CASNABET *apud* LIMA, 2022, p. 101). No escândalo que envolveu a família Távora, a sentença de morte foi a favor da condenação da avó e dos tios⁴⁸ de Leonor de Almeida. Sua avó, Leonor Távora foi condenada, embora houvesse contradições no processo, o que não impediu de ter sido condenada como “mandante do crime que no dia três de Setembro de mil setecentos e cinquenta e

⁴⁸ Mortos pelo simples fato de pertencerem à linhagem dos Távora.

nove se cometeu contra a Real e Sagrada Pessoa do nosso Rei D. José”. (HORTA, 2017, p. 830). Ao relatar essa estadia, Leonor de Almeida afirma que:

Os últimos anos de clausura no convento de Chelas foram talvez os mais difíceis dos dezoito que lá vivi, pois à medida que o tempo passava maior era o meu rejeito do despotismo e a consciência da escandalosa injustiça que nós, as três sofriamos, condenadas certamente pela nossa inocência. (HORTA, 2017, p. 124).

Defender-se sempre foi uma das marcas históricas das mulheres, bem como o processo de luta pelo que realmente acreditam, principalmente, em defesa da liberdade. No romance em análise, é relatado a nós um crime em que uma mulher é “acusada sem provas. Indiciada, julgada sem jamais ter sido ouvida, interrogada, escutada; e mesmo assim condenada, por conluio com padres jesuítas e fidalgos”. (HORTA, 2017, p. 837). O objetivo do julgamento, conforme a acusada, é:

Querem que de mim se diga e para sempre se creia: Leonor de Távora viveu como morreu, sem ter coração. Por ter sido destituída de doçura e quebradura feminina, mão laboriosa na senda da traição e do crime, jamais se detendo na brandura e na compaixão. Orgulho que na sua maior desmesura e paixão da crueldade me inventam, jamais em mim se desvendando a marca da ternura ou do amor arrebatado. Sem mácula no pano bordado da minha alma. Culpada? Sim, de pensar pela própria cabeça. (HORTA, 2017, p. 837).

Esse trecho deixa evidente o desejo do uso da razão, um ideal iluminista, que em Portugal do século XVII recusava-se a aceitar principalmente mulheres a pensar e a terem uma postura progressista. Leonor Távora e outras mulheres foram vítimas de um sistema contraditório, pois eram mulheres que pensavam com suas próprias ideias, conforme adita a própria personagem: “Contrária em tudo às fragilidades impostas ao meu sexo.” (HORTA, 2017, p. 837). Mesmo com essa afirmação, e todas as contradições encontradas no julgamento, não foi libertada da condenação a que fora submetida, conforme o enxerto a seguir:

Odor de gardénia em vez do cheiro a pólvora que Suprema Junta de inconfidência diz ter encontrado nas de renda do meu vestido de seda natural, sem que, todavia, ficasse dito como clareza ter sido eu a atiradora contra a Sua Majestade. Porque, para todos, mulher não atira, esconde-se cobardemente atrás das costas dos homens. (HORTA, 2017, p. 837).

Entretanto, Vanda Anastácio enfatiza que o romance de Maria Teresa Horta nos faz questionar sobre o lugar da mulher, dando voz à essas injustiçadas, no caso da família Távora, pela má ação de uma pessoa, o Marquês de Pombal.

Para a pesquisadora, o cenário do romance foi propício para dar voz a todas essas mulheres:

No magnífico cenário de época construído em *As Luzes de Leonor* movem-se sobretudo mulheres que dão voz às dificuldades da condição feminina: mulheres injustiçadas, como a 2ª Marquesa de Távora, incompreendidas, como Leonor de Almeida, vítimas de violência, como D. Maria de Almeida, resignadas, como D. Teresa de Melo Breyner, privadas de liberdade, como Gonçala, mal-amadas, como Henriqueta de Alorna, poderosas, como Carlota Joaquina, sensíveis, como D. Maria I, esvaziadas, como Leonor de Lorena, caluniadas, como a Marquesa Nova de Távora. (ANASTÁCIO, 2019, p. 357- 358).

Através da adjetivação das personagens, Vanda Anastácio nos revela que é possível compreender os perfis dessas personalidades, as “incompreendidas”, as “violentadas”, as “resignadas”, as “mal-amadas”, as “poderosas”, as “sensíveis”, as “esvaziadas”, as “caluniadas”.

Maria Teresa Horta descreve Leonor como uma heroína nobre, insubmissa à fé cristã-católica e relutante a outros preceitos que a afastassem dos ideais de liberdade, os ideais inspirados por aquelas que um dia foram insubmissas aos planos dos opressores, como é o caso da Madame de Châtelet, rebelde e sábia:

Feliz e ao mesmo tempo ensimesmada e livre no seu sonho, permitindo-se voar no próprio pensamento até Paris, de onde chegam as Luzes humanistas do conhecimento com as quais pretende construir a sua vida. Imaginando-se na pele de uma Madame de Châtelet, insubmissa e sábia nos braços de Voltaire. (HORTA, 2017, p.175).

Ao afirmar que “a liberdade” lhe provocava “vertigens”, Leonor de Almeida revela que nos novos pensamentos que provocavam essas sensações, “estavam os bailes na Corte, os concertos, os serenins, as peças de teatro a que nunca assistira antes”, e recorda-se dos tempos em que “as assembleias em nossa casa, frequentadas menos por fidalgos do que por alguns dos melhores artistas e poetas dos **outeiros** de Chelas.” (HORTA, 2017, p. 181, grifos da autora).

Essa busca nos faz questionar o que são “As luzes”? Sobre o vocábulo luzes inscritas no título recai, desde logo,

a suspeita de uma abertura semiótica inerente ao termo, ao apontar este, intencionalmente indeterminado, para a virtual coexistência no romance de distintos (e legítimos) percursos de sentido, cuja densidade inicialmente próxima do grupo da 'Poesia 61'. (RODRIGUES, 2012, p. 148).

Por seu turno, “Kant, num tratado intitulado Resposta à pergunta Que é o Iluminismo? Faz um convite, aliás, um desafio, à humanidade para que saia da menoridade intelectual a que uma posição de preguiça e de comodismo a tinha relegado.” (CABRITA, 2010, p. 17). Ao conceituar as Luzes, o filósofo ressalta que

[...] são a emancipação do homem que sai da menoridade intelectual em que viveu até então por sua vontade. O convite à saída da menoridade é feito a todos os homens, mas a verdade é que Kant está cômico das dificuldades que, neste campo, se levantam às mulheres: “É porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa”.⁴⁹

Segundo Maria Luísa Malato, as luzes representam o “conhecimento”. No romance “se ouve um eco de tudo isto quando imagina Leonor que exclama a sua pressa assanhada”. (MALATO, 2017, p. 69). Sobretudo, de “[...] viajar, de conhecer outros países: “Os mais distantes! Passos em volta uns dos outros, em torno do vasto mundo”, (HORTA, 2017, p.172). Ainda afirma a mesma estudiosa:

As Luzes não são um tempo histórico: são uma atitude. Tarefa heroica se considerarmos que estamos a referir-nos à Mulher setecentista (mas só como exemplo), do “belo sexo”, de seres feitos “pela Natureza” para fazer filhos, dar repouso ao guerreiro, responder ao desejo, mas seres históricos, emotivos, que calam palavras, razões e desejos [...] (MALATO, 2016, p. 69).

Os moldes do patriarcado, em parte, não obtiveram sucesso diante da rebeldia de Leonor, que buscava inserção das mulheres em ambientes frequentados por homens, por propagar a razão. Buscava inserção não somente para si, mas para as mulheres de um país estagnado em educação e que valorizava crenças, embora para que isso ocorresse tivesse que ceder, casando-se com o conde.

Leonor de Almeida vê no casamento uma chance para sair de Portugal, alçar voos em outros países: “E a esse motivo prende-se grande parte do seu teimoso

⁴⁹ Immanuel Kant, resposta à pergunta: O que é o iluminismo? (1784). (traduzido por Artur Mourão), disponível em http://www.lusofonia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf.

interesse pelo conde de Oeynhausen, pois imagina minha filha que sendo ele estrangeiro, a levará mais facilmente para fora de Portugal.” (HORTA, 2017, p. 190). Porém, Leonor mesmo estando livre dos conventos, através do “Contrato de casamento” (*“Que ele, o Excelentíssimo futuro Noivo se obriga a não transportar para fora do Reino a Excelentíssima futura Esposa, nem por ocasião desta jornada nem em tempo algum, sem que expressamente vá em serviço da Coroa deste Reino e de Sua Majestade.”*). (HORTA, 2017, p. 233). Sobre a escolha pelo casamento temos:

Do lugar afastado onde continua, o marquês de Alorna estremece de raiva mal contida contra Leonor que, usando a própria Rainha em proveito da sua teimosia e desobediência imperdoável, o obriga a dá-la em casamento a um jogador sem carácter nascido fora de Portugal, como se ela mesma procurasse outra Pátria. Pois sendo D. Maria madrinha deste matrimónio, como poderia ele recusar a mão de Leonor a Carlos Augusto de Oeynhausen, sem que isso se tornasse agravo público à própria Soberana? (HORTA, 2017, p. 232).

Nesse sentido, Carlos Augusto personifica a fuga para o estrangeiro, espaço livre do mundo em uma Europa que à espera. “Plano que deve ser bem delineado, preparado, estruturado. Parecendo-lhe o conde de Oeynhausen, porque é estrangeiro corporiza a sua melhor hipótese para partir o mais breve possível de um Portugal medíocre.” (HORTA, 2017, p. 180). Para isso, o noivo teve de se converter ao Cristianismo e esperar a burocracia do contrato de casamento:

Para o conde de Oeynhausen o mais penoso é a abjuração de que começa por dizer as palavras dos rituais: *Convencido há muito dos erros da seita de Lutero em que me criatura e desviado do amor da verdade, projetei entrar na Comunhão Católica Romana e abandonar com valor as trevas em que me acho abismado.* (HORTA, 2017, p. 216).

Depois do casamento, Leonor viaja para outras cidades europeias, presenciando estilos de vida e em direção a um futuro melhor do que à época vivida em Portugal:

Pudesse Leonor ficaria em França, entregue à sua própria audácia e chama, sem qualquer entrave nem ninguém que lhe travasse o passo. Parte com a tristeza na alma, deixando para trás o desafio, o conhecimento e o gosto. A sentir que se atarda demais em direcção ao futuro. Pronta a aceitar o tudo e o nada que tem para lhe oferecer o resto da Europa, senão do Mundo. Para já, espera-a a Áustria. (HORTA, 2017, p. 310).

Alguns desses fatores foram suficientes para Leonor de Almeida alcançar a tão pretendida liberdade. Podemos verificar sua Iluminação ao rememorar sua vida, no seguinte enxerto:

Iluminada pelas Luzes que me guiavam pelos caminhos do humanismo. Cultivando a poesia, a ciência, a filosofia como matérias primeiras e mais amadas. Enquanto ia alimentando de bom grado esses desafios a que me conduziam as minhas ambições. Desejando ser independente e livre. Opondo-me, recusando-me a cumprir regras que sempre levaram as mulheres à ignorância e a apatia. Situação contra a qual com tenacidade me revoltei enquanto ia alimentando desafios, intentos e vontades de tomar para mim uma vida mais condizente com os princípios que pareciam querer-me fugir, troçando dos meus esforços. (HORTA, 2012, p. 248).

Notamos, portanto, através de uma perspectiva subversiva, na narração da personagem sobre a vida que levou em Portugal e os diversos motivos que a levaram a sonhar com a partida para longe de seu país de origem, que a trajetória de Leonor é demarcada, sobretudo, pelas mudanças abruptas de espaços e na sua adaptação e questionamento aos novos lugares e as personagens que vai conhecendo e interagindo, ajudando a formar a sua opinião e a ter uma compreensão maior sobre diferentes realidades.

Uma confirmação dessas diferentes realidades, descrita no “Caderno”, em uma passagem por Paris, Leonor de Almeida descreve os motivos que a levou a seguir com seu destino, inspirando-se em mulheres fortes e determinadas, tais como:

Madame de Châtelet e Madame d'Épinay. Madame du Deffand e Julie de Lespinasse. Todas elas têm vindo de diferentes maneiras e modos a rejeitar a sombra onde, pelo facto de terem nascido mulheres, seria mais natural apagarem-se. A recusarem o passivo aceite da mediocridade e da ignorância imposta ao seu sexo. Determinação que lhes negaria o direito à inteligência, ao pensamento livre, ao estudo da Ciência, da Teologia, da Filosofia. Cada uma reivindicando para si o direito ao estudo, à independência, à sabedoria. A um itinerário de liberdade. Nesta minha passagem por Paris, reaprendo a escutá-las, a lê-las, das suas vidas tomando o ensinamento da determinação. Reivindicando o direito à obra literária. À posteridade que nos é devida. (HORTA, 2017, p. 274).

Portanto, através de suas viagens buscava apenas reconhecimento, embora, tivesse conflitos com sua melhor amiga, Theresa:

No entanto, a amizade sempre fora mais forte que todas as zangas, amos e diferenças. Enquanto Leonor estivera em Viena corresponderam-se muito, saudosas uma da outra; a recordarem apenas o envolvente convívio perdido, as confidências trocadas, a convivência diante dos desacertos da vida. Mas depois de ela ter passado a viver em Avignon a correspondência entre elas. Leonor passara a reagir mal tanto às suas recriminações como à constante tentativa das pequenas intrigas. Apesar de tudo, a primeira vez que se vêem quando do seu regresso a Portugal caem felizes nos braços uma da outra, mas sem serem capazes de reatar o convívio antigo: como se entre ambas algumas coisas se tivesse estilhaçado para sempre, mantendo-as distanciadas. Leonor desconhece mesmo que Teresa voltara a escrever, e esta, quando uns meses mais tarde a amiga lhe conta do ensaio em que trabalha sobre a importância da educação das mulheres. (HORTA, 2017, p. 511)

Theresa, assim como as outras mulheres, é exemplo de auxílio físico e psicológico para que Leonor continuasse sua intensa busca pelas luzes. Mesmo diante de mulheres como Theróigne, presa “louca, privada de Luzes e da razão” (HORTA, 2017, p. 716), a protagonista persiste: “Leonor, tal como Sophie de Condorcet, reconhece que a escrita tem o condão de resguardar, de salvar, encaminhando-a para a perenidade necessária à posteridade pretendida. A fazê-la voar até mais longe e mais alto. O mundo não lhe basta.” (HORTA, 2017, p. 716).

3.4 AS VIAGENS DA MARQUESA DE ALORNA: AS LUZES, OS FILHOS E AS PERSEGUIÇÕES

Ela parte, vai e torna sempre [...] Misturando os papéis: aqueles que recusa e os que, mesmo a contragosto, aceita.
Parto depois de cada parto. E de poema.

(HORTA, 2017, p. 15)

A saga de Leonor, na fase adulta, é marcada por suas longas viagens, possibilidades concretizadas sob condições e exigências. A Marquesa poderia sair de Portugal, porém teria de deixar sua primogênita, e por isso “Confiou no irmão como único mediador possível entre ela e o Pai, que cortara relações com ela desde que a Rainha anulara a cláusula do contrato de casamento que a amarrava a Portugal.” (HORTA, 2017, p. 278).

Por isso, a narradora revela essa proximidade e cumplicidade entre os irmãos:

E quando ela e Pedro se encontram poucos dias antes de partir, chama-lhe como dantes “*menino dos meus olhos*”, faz-lhe carinhos, garante-lhe a pertinácia no sentir em relação aos seus e na fidelidade à língua portuguesa.

Fá-lo prometer que tentará adoçar o carácter dos pais, secará as lágrimas da mãe, e velará pela educação de Leonor Benedita. Leonor não quer levar nenhum peso na consciência. (HORTA, 2017, p. 278, grifo da autora).

Após o casamento, Leonor saiu de Portugal, conheceu vários palácios, recitou seus poemas, demonstrou sua luz (conhecimento) por onde passou. Fez as viagens rumo às Luzes. Segundo os pesquisadores, essas que ela fez pelo mundo são parte das que ela fez desde menina, “À roda de seu quarto.” (GARRETT, 1997, p. 37). Ela viveu no mundo dos livros, que “abriu as portas para o mundo.” (FLORES; SILVA, 2019, p. 44) e foi acompanhada pelos voos e por Ângelus.⁵⁰

No ensaio Leonor, marquesa de Alorna, viajante das luzes (2019), Conceição Flores e Fabio Mario da Silva fazem um panorama de sua trajetória de vida: “Tendo como ponto de partida 1754, ano em que os Marquesses de Távora, os avós de Leonor, regressam da Índia, o romance tem seu fecho em 1803.” (FLORES; SILVA, 2019, p. 44), mas o principal foco do nosso trabalho são as viagens de Leonor pelo estrangeiro.

No ritmo de si mesma, eis o tempo das “viagens de poeira e secura à beira das estradas quase sempre desertas, em contáveis dias e meses de lentidões absurdas. Mas é o trilho do sonho que a impele, a ânsia do conhecimento que a invade e, portanto, ela parte”. (HORTA, 2017, p. 15). Ciente de desbravar as fronteiras, muitos foram os locais por onde passou, sempre leal aos princípios de manter conservada a sua língua, e ciente da partida: “Fora do meu país para onde vou alada e ansiosa. Prometo conservar-me leal aos meus princípios e à poesia. *Cuidarei em mostrar que a minha língua é a portuguesa, como é português o meu coração.*” (HORTA, 2017, p. 279, grifo da autora).

Assim, do Porto partem rumo à Viena, Salvaterra, Madrid, Veneza, Paris, Meiz, Manhein, Frankfurt, Estraburgo, Avignon, Marselha, Perpignan, Barcelona, Vilafranca, Valência, Madrid. Através das narrativas de aventuras, concretizadas nos escritos, a partir do Alentejo, imaginamos suas vivências. Seu sentimento era de procura (a poesia) e de liberdade (estadias em diversos países):

A procurar poesia.

⁵⁰ Personagem fantástico criado por Maria Teresa Horta, que acompanhou Leonor a partir de 1777. (FLORES; SILVA, 2019, p. 44).

Presa dos enredos dos mares, dos portos, dos continentes, das areias das praias, [...] prisioneira já da Geografia desfolhada com avidez, querendo poder fugir para longe. Nessa fuga supondo-se livre. Sensação de independência e desafoço que sempre lhe empresta a aventura e o risco contidos em cada novo país desconhecido à sua espera. Sentindo-se uma mulher diferente em cada viagem. (HORTA, 2017, p. 890)

A saída de Portugal se dá por Elvas rumo a Madrid. Nessa primeira etapa da viagem, escreve à sua irmã, em Maio de 1780. A Marquesa se mostra cansada e longe da irmã, a quem tem muita afinidade, porém consciente da decisão de desbravar o mundo enquanto está jovem, conforme afirma na carta:

A intenção da Natureza era que vivêssemos juntas; mas esta felicidade é quase superior à ideia que fazemos das cousas humanas: ao menos, minha querida mana, enquanto os nossos cabelos não estão todos brancos, e os dentes fora, não há que esperar; quando já a sensibilidade for bastante enfraquecida, então dirá a fortuna que sim, que é como mulher brava e velha, que nunca mede as cousas senão fora de horas. (HORTA, 2017, p. 295, itálico da autora).

Ao chegar a Madrid, Leonor visitou a corte espanhola e a descreveu do seguinte modo: “fantasiosa e pesada.” (HORTA, 2017, p. 296), entretanto, surpreendeu-se com o Gabinete de História Natural. Conforme escreveu à amiga Teresa de Mello Breyner, o gabinete é “*um lugar magnífico, e uma das causas que mais me recreou foi o gabinete que têm tudo o que roubaram aos americanos.*” (HORTA, 2017, p. 297, grifo da autora).

No mês seguinte, inicia a próxima viagem para o norte da Espanha, passando por Baiona em junho, de onde seguem para Paris. Chegam à cidade das Luzes em julho, sendo recepcionadas por Madame Necker, que lhe abre as portas do seu salão “conhecido por ser um espaço de conversação brilhante de discussões literárias e acadêmicas.” (HORTA, 2017, p. 301).

Nesse itinerário de liberdade, a passagem por Paris proporcionou que Leonor relesse e reaprendesse a ouvir Madame de Châtelet, Madame d'Épinay, Madame du Deffand e Julie de Lespinasse, pois elas recusavam “o fato Natural de terem nascido mulher.” (HORTA, 2017, p. 304).

Essa revisitação aos textos a encorajou a prosseguir, retomando o ensinamento e determinação para continuar lutando pelo direito de liberdade de pensamento e inteligência. Essa inspiração se dá pelo fato de elas

recusarem passivo aceite da mediocridade e da ignorância imposta ao seu sexo. Determinação que lhes negaria o direito à inteligência, o pensamento livre, ao estudo da Ciência, da Teologia, da Filosofia. Cada uma reivindicando para si o direito ao estudo, à independência, à sabedoria, [...] o direito à obra literária. À posteridade que nos é devida. (HORTA, 2017, p. 304).

Leonor continua a encorajar-se, e declara:

Habituei-me a ser criticada
por ler livros,
por falar de ciência, de política e de filosofia,
por saber inglês e latim,
por ter demasiado Luzes para uma mulher. (HORTA, 2017, p. 211).

Recomendada pela rainha de Portugal, em 28 de julho, ainda em Paris é recebida pela rainha Maria Antonieta, filha da imperatriz da Áustria. Cada vez mais encantada pela cidade Luz, recorda-se que,

“ao entrar em Viena: cintilante luminosidade de Agosto [...] Viena parecia-me, mais uma cidade de contos de fadas do que realidade; com a sua elaborada beleza [...] a perder-me de bom grado na vastidão dos Palácios Imperiais de Hofburg e de Schönbrunn. Este me faz lembrar o palácio de Versailles.” (HORTA, 2017, p. 323).

No salão⁵¹ da Imperatriz Maria Teresa, Leonor encontrou o abade António Costa, padre português violinista que soubera conquistar, pois ele se destacava pelo espírito e brilho, porém se vestia pobremente entre os elegantes. Era aceito por todos, inclusive pela Marquesa que o ouvia e o admirava:

Conhecia a fama de argúcia e cultura daquele padre português que soubera conquistar Viena, e na verdade não a desiludiram as palavras que dele ouviu, sem enleios ou aparentes disfarces. Não tentando esconder da sua apressada saída de Portugal, onde sempre se desconfia das mentes eruditas, embora raramente fale do país natal; até porque, como gosta de afirmar *a minha Pátria é aquela onde o debate de ideias pode ser feito em liberdade*. (HORTA, 2017, p. 329, grifo da autora).

É essa pátria, onde a família Távora, literalmente, foi privada de liberdade. Contudo, a narrativa não deixa de aludir a uma nova sentença e a absolvição da família de Leonor: *“Declaram que não incorreram em nota, ou infâmia alguma.*

⁵¹ Palácio de Hofburg frequentado por pessoas mais reservadas e severas do que as dos salões de Paris. (HORTA, 2017, p. 329).

Absolvem a sua memória, e ao uso do apelido de Távora que lhes foi proibido pela dita sentença. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em vinte de Agosto de mil setecentos e oitenta e um.” (HORTA, 2017, p. 368).

Neste ano, Leonor teve a sua segunda filha, Maria Regina. Sabendo dos “Perigos e reveses tantos maiores quanto impossíveis de evitar. Agarro-me, pois, à poesia, ao estudo, sem querer sucumbir ao desespero, queda após queda, parto após parto.” (HORTA, 2017, p. 368). Após a morte de Maria Regina, “Filinto Elísio não quer acreditar no que Suzane Necker lhe anuncia, [...] Leonor encontra-se grávida de novo.” (HORTA, 2017, p. 368).

Segundo ele, Leonor vivia “uma realidade de mulher parideira em detrimento do destino iluminado para o qual estaria predestinado.” (HORTA, 2017, p. 398). Embora Filinto “reconhecera logo o valor do seu talento de poeta, menina a desabrochar mulher à sua vista, sedenta de saber e de liberdade; discípula ensinada por prazer, a contas de ambivalência por ela desencadeada, deixando-o estonteado e contrafeito.” (HORTA, 2017, p. 398), pois “A gravidez adiantada aprisiona-a. Embarça-a, impede-a de ordenar o pensamento, de mover-se livre como gosta. Nunca foi tão pouca dona de seu corpo [...] Como uma nova clausura, encarregada de lhe apagar os sonhos.” (HORTA, 2017, p. 409).

Por conseguinte, a amiga de Leonor, Maria Teresa, a conforta: “*Não te deixes abater pelos Invernos em Viena. Os frios tratam-te mal? Eu creio ser a tua fecundidade que te prejudica. Imagino que um filho é tudo que tens de novo, e com isso me regozijo.*” (HORTA, 2017, p. 399, grifo da autora).

A alegria de ter seus filhos, ao mesmo tempo que convive com a melancolia, faz-lhe continuar a luta pela liberdade, e para isso utiliza a poesia como acalento, embora tenha desgostos através dos “[...] muitos partos que falseiam a minha identidade. O corpo e a sexualidade traem-me. Sinto estar a desviar-me, a esquecer-me, a afastar-me do muito que quero para mim. Mereço mais do que isto.” (HORTA, 2017, p. 464). Nas suas aflições, a cada parto, a cada recaída, lembra-se das vivências e sofrimentos e recorre às palavras dos filósofos para prosseguir, principalmente de Voltaire e Rousseau:

Volto a agarrar-me ao pensamento de Voltaire, arrimo-me às suas palavras, às suas ideias, num avanço feito de recuos e de conviências. No que respeita a Rousseau, sou dominada pela vontade de comprovar, na

realidade, as suas propostas. Aliás, as palavras e os ensinamentos de ambos me parecem cada vez mais fortes, mesmo quando me deixo levar pelas dúvidas, por medos e receios, sem coragem nem ousadia para continuar em frente. (HORTA, 2017, p. 569).

Almejar um futuro melhor sempre foi uma meta da Marquesa, e por isso desbravou tantos países, mas foi em Portugal que viveu os três momentos mais difíceis de sua vida, primeiramente, com a notícia do falecimento de sua irmã Maria Rita, em setembro de 1787. O segundo momento foi ter que retornar, inconformada, em virtude do trabalho do marido. Durante esse período visitou salões, recitou poesias, aproximou-se de Francisco Ferraz Bingre, fundador da Nova Arcádia. Em virtude disso, Pina Manique começou a suspeitar que Leonor estivesse mantendo “ligações com o estrangeiro” (HORTA, 2017, p. 721). No terceiro momento, Leonor regressa com os filhos porque o seu esposo, conde de Oyenheausen, havia falecido. Portanto, retorna à pátria como mãe solteira, no intuito de educar os filhos junto aos nobres portugueses.

Durante a viagem para ver os familiares, após a morte de sua irmã, teve de enfrentar obstáculos e tomar decisões importantes, pois tinha levado consigo suas duas filhas e os seus livros.

De fato, os livros foram importantíssimos, pois suas leituras ajudaram-na a descansar, antes de prosseguir a viagem, que lhe foi oportuna para conversar pessoalmente com a Rainha, em busca de solução para o problema financeiro que a sua família passava em Avignon, local onde ficou pouco tempo: “Ao regressar à França, em 1789, e, após curta estada em Avignon, teria partido para Paris, seduzida pelo momento que a cidade e o país vivem.” (ANASTÁCIO; SILVA, 2019, p. 51). Leonor participou de eventos, esteve em locais e com pessoas importantes, onde presenciar os primeiros passos da revolução, como explicam Conceição Flores e Fabio Mario da Silva:

Ao lado de Germaine de Stäel, assiste à abertura dos Estados Gerais, convocados em maio no mandato do ministro Necker, pai da autora das *Lettres sur les ouvrages et le caractère de [...] Rousseau* (1788). Conhece mulheres notáveis como Olympe de Gouges, autora da “Declaração dos direitos da mulher cidadã”; frequenta o salão de Théroigne de Méricourt, ardosa defensora da revolução francesa e participante das assembleias populares. Comparece ao salão de Sophie de Condorcet, que também é frequentado pela holandesa Etta Lubina Johanna, ambas defendem os direitos das mulheres, como Olympe de Gouges, são pioneiras do feminismo. Testemunha dos primeiros meses da revolução, Leonor, após

obter um salvo-conduto de Necker, retorna a Marselha. (FLORES; SILVA, 2019, p. 50, grifo da autora).

Ao retornar a Marselha, Leonor “começa a ouvir falar em sangue, sinal de que a intolerância está a vencer o ideal, que é belo e justo.” (HORTA, 2017, p. 652). Em novembro de 1789, Leonor e sua família partem em uma fragata de Marselha à Lisboa, onde o conde viria a exercer a função de marechal de campo. Inconformada por não realizar as atividades que realizava em Paris, Leonor “teve mais uma filha. Ela que sempre desejou se sentir livre e cidadã do mundo, vive enredada em gravidezes e problemas financeiros.” (FLORES; SILVA, 2019, p. 51).

Ao retornar a rotina a visitar os salões, encontra-se com “Curvo Semedo, Catarina de Lencastre, o brasileiro Caldas Barbosa e Manuel Maria du Bocage, todas as segundas-feiras, na casa da amiga Teresa de Mello Breyner.” (FLORES; SILVA, 2019, p. 51). Em virtude da morte do conde de Oeynhausen, em 3 de março de 1793, Leonor e seus dois filhos regressam a Portugal, passando um período isolados na quinta de Almada para cuidar dos seus filhos. À época, recebeu conselhos da viscondessa de Balsemão – Catarina de Lencastre –, ao voltar a morar em Lisboa, na rua do Salitre:

abre as portas da sua casa às quintas-feiras para receber poetas. Quando a Real Biblioteca Pública da Corte é aberta, Leonor é a primeira dama a frequentá-la, mas isso teve de travar um embate com Pina Maquine, o intendente-geral da polícia, que a espiava por não ver com bons olhos as relações que Leonor mantinha com a França. Ele embargava-lhe os livros que de França, abria a correspondência que lhe era destinada. Vigia-a, mandava-a seguir. Parecia mais preocupado ela do que com o avanço do exército de Napoleão na Península. (FLORES; SILVA, 2019, p. 52).

Entretanto, “Leonor continuava perseverando, decidida em convencer o Príncipe Regente de que em breve Portugal será invadido pelas tropas francesas.” (HORTA, 2011, p. 751). Essa postura de Leonor levantou ainda mais suspeitas de Pina Manique, que traçou planos para persegui-la, sobretudo por colaborar para a Fundação das Sociedade da Rosa⁵². Nesse sentido,

De todas as perseguições que, em todos os tempos e em todos os povos, foram sofridas pelos que se dedicaram à sedutora e perigosa emulação de

⁵² Essa sociedade foi organizada nos moldes franceses para “enaltecer a cultura” e “engrandecer a ciência”. Leonor participou dessa sociedade tida como uma “sociedade maçônica para as damas”, ou seja, uma “sociedade secreta” (HORTA, 2017, p. 990).

inscrever seus nomes na lista de benfeitores do gênero humano, não há quase nenhuma que não tenha sido dirigida contra nós. Experimentamos tudo o que a história nos transmitiu sobre a perfídia da inveja, da mentira, da ignorância e do fanatismo. No espaço de vinte anos consecutivos, quase não pudemos contar com alguns instantes de repouso. Após jornadas inteiras consumidas num trabalho ingrato e contínuo, quantas noites passadas na expectativa dos males que a maldade procurava nos causar! Quantas vezes nos levantamos sem saber se, cedendo aos gritos de calúnia, não deveríamos nos separar de nossa família, de nossos concidadãos, e ir para um céu estrangeiro procurar a tranquilidade da qual tínhamos necessidade e a proteção que nos ofereciam! Mas nossa pátria era-nos cara, e sempre havíamos esperado que a prevenção cederia o lugar para a justiça. Esse é, aliás, o caráter daquele que visa ao bem e que dá ele mesmo o testemunho disto, que se irrita com os obstáculos que se lhe opõem, enquanto sua inocência lhe esconde ou o faz desprezar os perigos que o ameaçam. O homem de bem é suscetível de um entusiasmo que o mau não conhece. (DIDEROT, 2015, p. 327).

Após nossas pesquisas, percebemos que as perseguições a Leonor se iniciam em Chelas e acentua-se quando passa pela Corte. “Quando a Princesa Carlota chamava Leonor para declamar poesia, o salão enchia-se, e num silêncio profundo escutavam-na, suspensos das suas palavras, dos seus versos.” (HORTA, 2017, p. 716). Vemos, claramente, no excerto a seguir, que ela foi alvo de perseguições e de “inveja” por ter certas posturas consideradas inadequadas para a altura:

Antes de se deitar criou o hábito de escrever a D. Carlota Joaquina, a dar-lhe conta dos pequenos avanços conseguidos, apesar de ter utilizado toda a sua argúcia e sagacidade, [...] “Então resume-se tudo a uma questão de estratégia?” – indaga Catarina, rindo das astúcias e artimanhas que a amiga tem de usar para chegar à posição tão almejada de dama de honor da Princesa. (HORTA, 2017, p. 847).

A posição tão almejada por Leonor representa a persistência e foco, alvo de críticas por homens e mulheres, que ao longo de séculos permanecem passivos, diante dos sonhos, ou desistem no primeiro obstáculo enfrentado. Pensemos em todas as revoluções provocadas por um simples ato de questionar em meio a uma sociedade delimitadora de certas posturas intelectuais, ainda mais sendo uma mulher que possui clareza de ideias políticas e culturais como a nossa protagonista.

Leonor, rodeada por mulheres intelectuais, conforme citado, fez com que se tornasse conselheira da Princesa do Brasil, como assim descreve o romance:

Carlota Joaquina faz questão de levar Leonor consigo sempre que sai de Queluz na companhia das suas damas, das infantas, das meninas fidalgas, aias e açafatas, para ir caçar na tapada de Mafra.

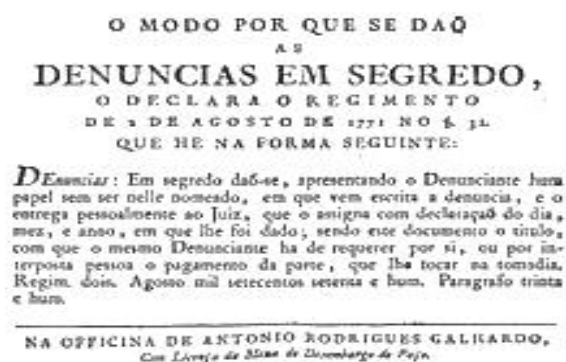
Então é ela quem manda, princesa matreira e rutilante. Pontaria certa, melhor que a do marido, montando de calças à maneira dos homens, ou de pernas nuas debaixo das saias largas, a apertar entre as coxas as ilhargas húmidas de suor do seu cavalo branco, malhado no focinho e nas patas. (HORTA, 2017, p. 700).

Esta reclusão inicia-se na infância e gira entre o tempo do exílio e o da maturidade (uma espécie de reclusão ao contrário, porque Leonor foi expulsa de Portugal, em 1803, pela mão sinistra de Pina Manique). Assim, o texto de Maria Teresa Horta “persegue sempre o traço rugoso de uma desmesura que é, em Leonor, a marca de água tanto dos seus sucessos como dos seus fracassos.” (RODRIGUES, 2012, p. 150).

Em linhas gerais da História de Portugal, as marcas deixadas por Leonor não são, somente, a de uma criança que aos oito anos foi enclausurada, aprendeu várias línguas e tem poder de argumentar com intelectuais da época. Leonor é reconhecida por ser uma mulher de “personalidade forte, temperamento altivo e aristocrático” que “já revelava uma intensa participação na agitação política do país.” (MONGELLI, 1933, p. 188).

Por atos da ignorância, foi enviada ao exílio por perseguidores fanáticos, conforme pode ser visto no Panfleto da época do Marquês de Pombal indicando o modo de receber o pagamento por denúncias anônimas.⁵³ (Lei de 2 de Agosto de 1771. THOMAZ, Manoel Fernandes).

Imagem 3: Denúncias em segredo



Denúncias “Em segredo dão-se, apresentando o Denunciante um papel sem nele ser nomeado, em que vem escrita a denúncia, e o entrega pessoalmente ao Juiz, que o assina com declaração do dia, mês e ano, em que lhe foi dado; sendo este documento o título, com que o mesmo Denunciante há de requerer por si, ou por interposta pessoa o pagamento da

⁵³ Repertório geral ou índice alfabético das Leis extravagantes. Item 301.

parte, que lhe tocar em tomadia.” (Imprensa real da Univ. Coimbra, 1815, p. 300).

O panfleto nos indica o quão necessárias foram as mudanças ideológicas, de um período de trevas para as Luzes, de mais tolerância, no que se refere à liberdade da aquisição e propagação do saber, independentemente do local e da pessoa que está proferindo a mensagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar o romance contemporâneo **As luzes de Leonor**; A marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis (2017), de Maria Teresa Horta, a fim de apresentar a saga da Marquesa de Alorna em busca pelo conhecimento. Sabemos que os temas do autoconhecimento e a busca por formação intelectual são recorrentes na literatura, inclusive a portuguesa, assim como a luta das mulheres por igualdade de gênero e inclusão no cânone literário. Conforme pode ser visto no discurso historiográfico, a identidade de gênero é responsável pela marginalização da escrita.

Embora encontramos escritoras que publicaram sobre diversos temas, essas publicações ficaram relegadas ao esquecimento, criando alguns preconceitos, conforme afirma o professor e pesquisador Fabio Mario da Silva: “muitos fatores reforçam essa problemática, o principal é o estereótipo de gênero.” (SILVA, 2014, p. 66).

A partir dessa trajetória, propomo-nos a apresentar a saga iluminista de Leonor de Almeida Portugal, que viveu no período de revoluções, foi subjugada, enfrentou preconceitos em luta de um ideal – das Luzes. A princípio, como levamos em consideração uma busca pelas Luzes, foi necessário, no primeiro capítulo, contextualizar as tendências iluministas, para compreender as ideias que foram propagadas por vários filósofos, ao defender os usos da razão, um dos principais motivos que influenciaram a Revolução Francesa. Na oportunidade, expomos as ideias de três influenciadores: Rousseau, Voltaire e Diderot, que propagaram ideias que serviram como base para lutar contra o absolutismo e o poderio da igreja.

Em virtude de sua natureza histórica, no segundo capítulo, focamos na personagem Leonor de Almeida, justificando a inserção de personagens históricas no romance. Entendemos que o principal objetivo de Maria Teresa Horta foi denunciar uma época em que as mulheres eram reprimidas socialmente. Assim, as atitudes e as decisões de Leonor de Almeida se destacam por assumir um pensamento liberal diante de um país estagnado, sem perspectivas de crescimento financeiro e intelectual. Portanto, Maria Teresa Horta, através do romance histórico, mostra-nos o quão cruel foi o processo da Família Távora, principalmente para as mulheres que foram enclausuradas, acusadas de atentado contra O Rei. Embora injustiçada, compreende-se que, durante essa clausura, Leonor de Almeida teve progressiva desenvoltura intelectual, iniciando os seus primeiros passos como poetisa.

Percebemos que os conventos são os elementos constitutivos d'As luzes de Leonor e de outros romances das escritoras portuguesas. A partir deles, conseguimos diferenciar o que é parte da condição humana e o que faz parte da imposição patriarcal, integrada à clausura dos pensamentos e desejos femininos atribuídos à restrição, tidos como impulso para aqueles que buscam, dentro de si, alcançar o alvo que são as “luzes”, a iluminação do pensamento.

Diante desse cenário, no terceiro capítulo, realizamos o estudo do romance, e esboçamos o perfil biográfico da Marquesa de Alorna, quando foi possível estabelecer uma proximidade da protagonista com a autora d'As Luzes de Leonor: a persistência, a teimosia, o pensamento como o patriarcado, principalmente, a transgressão e ousadia.

De acordo com a análise do romance, foi possível expor como Maria Teresa Horta elaborou a saga de vida e luta de Leonor, da infância até idade avançada. Desde a infância, Leonor destaca-se por ser uma criança curiosa e interessada por botânica, por matemática, por astronomia e filosofia. Em Chelas, onde Leonor passou sua adolescência e início da juventude e ficou enclausurada por ordem do superintendente, foi o período de aperfeiçoamento das leituras, conheceu poetas e filósofos, escreveu e recitou poemas, ou seja, utilizou esse período para desenvolver a escrita literária, bem como instruiu-se para ter posicionamento crítico e político.

Mesmo diante de uma sociedade excludente, Leonor de Almeida ressurgiu como produtora e propagadora de opinião política, visto que o principal objetivo de

sua saga é caminhar em busca do conhecimento para tentar repensar a sociedade onde vive. Suas viagens colaboraram para descobrir que as mulheres podiam possuir um processo ativo na vida pública, como principais formadoras de opinião. A palavra, o seu acesso e uso dela impulsionam a trama central do romance, principalmente, a impossibilidade de uma pessoa poder se expressar, de ter a sua própria voz. Sobretudo, a imposição da ausência de expressão não significa que o sujeito não tenha o que dizer, como fizeram as mulheres anteriores e posteriores ao século das luzes.

Os aspectos da vida da nobreza, no romance, tornam-se importantes para evidenciar, a partir de sua pretensão autônoma e crítica, inclusive, o desenvolvimento intelectual e humanístico, a partir da ideia de liberdade como ideal para se tornar emancipada. Apresentamos, portanto, a saga de uma mulher emancipadora, que foi levada à julgamento, sobreviveu e lutou contra às injustiças. Leonor representa a luta dos oprimidos e marginalizados, principalmente em relação à luta das mulheres portuguesas em defesa de igualdade social.

Uma das constatações a que chegamos neste trabalho é a valoração da mulher através da busca pelas “luzes”, pelo conhecimento que é libertador, pelo enfrentamento dos padrões machistas e seculares que as limitam. Leonor de Almeida é, segundo Maria Teresa Horta, um modelo de mulher a ser seguido ainda hoje, por tudo o que fez, por tudo o que teve de viver para conquistar o ideal.

Leonor representa também a defesa da escrita literária, haja visto que as representações femininas no cânone literário português são ainda escassas. De acordo com a afirmação de Cabrita, “enquanto não é admitida a igualdade de inteligência e das funções femininas e masculinas, são estes, os sinais de uma época que marca o início da participação das mulheres no processo irreversível do saber.” (CABRITA, 2010, p. 65). A luta das mulheres em busca de igualdades é constante, sobretudo no que se refere ao saber e à descoberta de sua sexualidade e presença no mundo. Portanto, corroboramos com a afirmação de Malato: “as luzes não são um tempo histórico: são uma atitude.” (MALATO, 2016, p. 69).

Em suma, Leonor iniciou sua saga entre viagens e deslocamentos que fez pela Europa, o que lhe proporcionou entrar em contato com muitos intelectuais e ter acesso a uma vasta cultura erudita, a qual foi assimilada e serviu para a sua formação crítica. Essa saga começa com a aprisionamento em Chelas até a morte

do marido e seu regresso a Lisboa, depois de viver muitos anos no estrangeiro, preocupada com a educação e a ciência.

Assim, fica comprovado, nesse estudo, que a Marquesa de Alorna, através da personagem Leonor de Almeida, uma personagem histórica e ficcional, mostra-nos como o Iluminismo, um movimento machista, trata do tema feminista/progressista em relação às mulheres. Portanto, podemos citar a Marquesa de Alorna como exemplo maior, de como as teorias iluministas contribuíram para se ter essa postura emancipada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTÁCIO, Vanda. Palavras de Apresentação. *In*: HORTA, Maria Teresa. **As Luzes de Leonor**. A Marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis. Lisboa: D. Quixote, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina. **Cultura das Luzes em Portugal**: Temas e Problemas. Lisboa: Horizonte, 2003.

ATALLAH, C. C. A. Luís Antônio Verney e as reformas culturais portuguesas: uma questão pedagógica. **Revista Vértices**, v. 8, n. 1/3, p. 55-66, 2011.

BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto/São Paulo: Livraria A.I/Edições Loyola, 1985.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa. *In*: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**, 2. Ed. São Paulo/Bauru: Editora Unesp/Edusc, 2001.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Difusão europeia do livro. Trad. Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo, 1967, 499p.

BLUTEAU, Pe. D. Rafael, **Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero...Autorizado com Exemplos dos Melhores Escritores Portugueses e Latinos [...]**, 10 vols., Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Bertrand Brasil. 11ª ed. Rio de Janeiro: 2012. 160p, disponível em <https://files.cercomp.ufg.br>.

CABRITA, Lúcia Maria. **A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses**. Dissertação de Mestrado (111 pág.). Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3708/1/ulfi085086_tm.pdf. Acesso em: 21 mai. 2022.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3150>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CIDADE. Hernâni. **A Marquiza de Alorna**. Sua vida e obra. Reprodução de algumas cartas inéditas. Porto: Companhia Portuguesa, 1933.

COBO, Rosa. **Fundamentos del patriarcado moderno**. Madrid: Cátedras, 1995.
COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a Revolução Francesa. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, pp. 281-322, Ago. 2013, 47660-2-10-20150108_220915_215420-1.pdf. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17137>. Acesso em: 13 mai. 2022.

CORTÁZAR, Julio. **Valise de Cronópio**. Trad. Davi Arriguci Jr. e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CRISTÓFANO. Sirlene. Reflexões d'alma em busca do amor ideal: A primavera de Francisco Rodrigues Lobo. In: _____ **Travessias pela literatura portuguesa: estudos críticos de Saramago a Vieira/Aldinida Medeiros**. (Organizadora). Campina Grande. EDUEP, 2013. 240p.

DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luna. **Pioneiras da sociologia [recurso eletrônico]: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022 xxkb; e PUB (Coleção Biblioteca Básica)12.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a cultura europeia (Sécs. XVI a XVIII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953.

DIDEROT; D ALEMBERT, J. R. **Enciclopédia ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Da interpretação da natureza e outros escritos**. São Paulo: Iluminuras, 1989.

DUARTE, Constância Lima. Maria Teresa Horta: uma poética da liberdade. In: FLORES, Conceição (org.). **O sentido primeiro das coisas: ensaios sobre a obra de Maria Teresa Horta**. Natal: Jovens Escribas. v. 1, 2015. p. 11-16.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Portugal: Afrontamento. 1991.

FERREIRA, Priscila. O Romance Histórico na Literatura Portuguesa contemporânea. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas, Dossiê: **O romance português e o mundo contemporâneo**, Porto Alegre. vol. 05 N.02 – Jul/dez 2009. Disponível em: seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/11114/7295. Acesso em: 24 abr. 2022.

FLORES, Conceição. Ousadia feminina no século XVIII: as “aventuras” de Teresa Margarida da Silva e Orta. *In*: **XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura** – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, 2007, Ilhéus, Bahia. Sessões de Comunicação. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007, p. 1-7. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/sessoes.html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FLORES, Conceição; SILVA, Fabio Mario. Leonor, Marquesa de Alorna, viajante das luzes. *In*: **História cultura e política no mundo lusófono**/Organizado por Rodrigo Santos de Oliveira, Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento. São Paulo: Liber Ars, 2019. p. 43-54.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo. LTC, 1981.

HORTA, Maria Teresa. **As Luzes de Leonor**. A Marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis. 8ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo**: história, teoria e ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ISRAEL, J. **A revolução das luzes**: o Iluminismo radical e as origens intelectuais da democracia moderna. São Paulo: EDIPORO, 2013.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LIMA, Jaqueline Vieira de. **Submissão e resistência**: representações femininas n'As luzes de Leonor, de Maria Teresa Horta, Dissertação de Mestrado.S Paraíba, 2022.

LOURENÇO, Eduardo. Portugal e a Europa. *In*: _____ (Org.). **Nós e a Europa**: ou as duas razões. 4 ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

LUCKÁCS, György. **O romance histórico**. Trad. de Enderle. Apresentação de Arlenice Almeida da Silva. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUIS VI. Advertências ao Parlamento de Paris no século XVIII. *In*: FREITAS, G. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano Editora, 1977.

MACHADO, Alleid. Letras femininas: mulheres escritoras em Portugal entre os séculos XVI/XVII e XVIII. **Revista Crioula**, nº 20, 2º semestre/2017, p.42-75.

MATOS, Franklin de. A moral do jardim (sobre o Candide). *In: _____ O filósofo e o comediante ensaios sobre a literatura e a filosofia na ilustração*. UFMG 2001, p. 214-218.

MEDEIROS, Aldinida. Caminhos do romance histórico contemporâneo português: percorrendo veredas. **Miscelânea**, Assis, v. 15, p.201-221, jan-jun. 2014. ISSN 1984-2899. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/152/140>. Acesso em 15 mai. 2022.

MONTEIRO, Nuno. **História da vida privada em Portugal: a idade moderna**. Revisão científica da tradução: Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, professoras da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Edições Afrontamento, Lda, Porto, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi *et all*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PEREIRA, Leonardo A. Quasímodo e Claude Frollo: criatura e criador? **Cadernos de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-21, jan. /jun. 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REAL, Miguel. O Romance Português Contemporâneo 1950-2010. **Editorial Caminho**, 2012.

REIS, Carlos. **O conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários**. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

REIS, Patrícia. A poética de Maria Teresa Horta e um entendimento distinto de Maria. *In: O sentido primeiro das coisas*. Org. Conceição Flores, Natal: Escribas, 2019, p.285-300.

SABORIT, IT. Religiosidade na Revolução Francesa [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais** 2009. A sombra que Jean-Jacques. 314 p. ISBN: 978-8599662-98-4. Aviable from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHILLER, Friedrich. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: E.P.U. 1997.

SCHOPKE, R; BALADI, M. Os subterrâneos da filosofia. *In: DUMARSAIS, C. C. et.al. Filosofia clandestina: cinco tratados franceses do século XVIII*. São Paulo: Martins, 2008.

SILVA, Fabio Mario da. **A autoria feminina na literatura portuguesa**. Reflexões sobre o cânone. Lisboa: Colibri. 2014.

TAMIZARI, Fabiana. **O conhecimento e a educação no pensamento de Diderot**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa educação, arte e História da Cultura. São Paulo, 2018, p. 239. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24644/Fabiana%20TAMIZARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e a poesia neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

TREVISAN, João Silvério. **Pai, pai**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara. 2017.